CEFET/RJ
DIRETORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO

JOÃO BATISTA DE LACERDA: "REDUÇÃO ÉTNICA" NA PRIMEIRA REPÚBLICA DO BRASIL (1889-1930)

Claudio da Silva Costa

Dissertação apresentada no Programa de Pós-Graduação em Relações Étnico-Raciais, do Centro Federal Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca, CEFET/RJ, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de mestre em Relações Étnico-Raciais.

Orientadora: Nara Maria C. Santana

Rio de Janeiro

Março/2021

JOÃO BATISTA DE LACERDA: “REDUÇÃO ÉTNICA” NA PRIMEIRA REPÚBLICA DO BRASIL (1889-1930)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Relações Étnico-Raciais, do Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca, CEFET/RJ. Como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de mestre em Relações Étnico-Raciais.

Claudio da Silva Costa

Banca Examinadora:

_____

Presidente Professor Dra.: Nara Maria Carlo Santana (CEFET-RJ) (Orientadora)

_____

Professora Dra.: Débora El Jaick Andrade (UFF/UFRJ)

_____

Professor Dr.: Mário Luiz de Souza (CEFET)

_____

Professora Dr.: Álvaro de Oliveira Senra (CEFET-RJ)

Rio de Janeiro

Março/2021

Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca Central do CEFET/RJ

C837 Costa, Claudio da Silva João Batista de Lacerda: “redução étnica” na primeira república do Brasil (1889-1930) / Claudio da Silva Costa — 2021. 97f : il. color. , enc.

Dissertação (Mestrado) Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca, 2021. Bibliografia: f. 95-97 Orientadora: Nara Maria Carlo Santana

1. Raças. 2. Lacerda, João Batista de, 1846-1915. 3. Relações étnicorraciais. 4. Racismo. 5. Identidade racial. 6.Discriminação racial. I. Santana, Nara Maria Carlo (Orient.). II. Título.

CDD 305.8

Elaborada pela bibliotecária Tania Mello – CRB/7 nº 5507/04

RESUMO

João Batista de Lacerda: “Redução Étnica” na Primeira República do Brasil (1889-1930)

Este trabalho se dedica aos estudos sobre a produção científica do médico, cientista, antropólogo e ex-diretor do Museu Nacional, João Batista de Lacerda, principalmente a sua comunicação apresentada no Primeiro Congresso Universal das Raças, realizado em 1911, na cidade de Londres, que previa o desaparecimento da raça negra no Brasil, em um prazo de cem anos. Os estudos e a produção científica de Lacerda servem de guia condutor para acessar as teorias racialistas que estavam em voga na época e que eram legitimados pela intelectualidade republicana. Os estudos de Lacerda permitem, principalmente, investigar a política de exclusão que foi desenvolvida e que afetava diretamente a população negra do país. Os estudos e os dados de João Batista de Lacerda foram gerados do acervo digital do Museu Nacional. O recorte temporal desta pesquisa histórica compreende o período da Primeira República do Brasil (1889 a 1930); período este que marca o início de um novo governo, de um novo regime e que se pretendia modernizar o país através de uma “redução étnica”, ou seja, escolhendo quais cidadãos (grupos) fariam parte dessa nova nação, desse novo Estado. E neste novo e alvissareiro Estado, segundo as propostas da época, teria a exclusão de um grupo específico: a população negra. Para entender a formulação deste Estado excludente, a pesquisa recorre ao conceito de necropolítica, trabalhado pelo camaronês Achille Mbembe (2018).

Palavras-chave: Lacerda; República; Raça; Necropolítica.

ABSTRACT

João Batista de Lacerda: “Ethnic Reduction” in the First Republic of Brazil (1889-1930)

This work is dedicated to studies on the scientific production of the doctor, scientist, anthropologist and former director of the National Museum, João Batista de Lacerda, mainly his communication presented at the First Universal Congress of Races, held in 1911, in the city of London, that predicted the disappearance of the black race in Brazil, within a hundred years. Lacerda's studies and scientific production serve as a guiding guide for accessing the racialist theories that were in vogue at the time and that were legitimized by republican intellectuals. Lacerda's studies allow, mainly, to investigate the exclusion policy that was developed and that directly affected the black population of the country. João Batista de Lacerda's studies and data were generated from the National Museum's digital collection. The time frame of this historical research comprises the period of the First Republic of Brazil (1889 to 1930); this period marks the beginning of a new government, a new regime and the intention was to modernize the country through an “ethnic reduction”, that is, choosing which citizens (groups) would be part of this new nation, this new state. And in this new and inviting State, according to the proposals of the time, it would have the exclusion of a specific group: the black population. To understand the formulation of this excluding state, the research uses the concept of necropolitics, worked on by cameroonian Achille Mbembe (2018).

Keywords: Lacerda; Republic; Race; Necropolitics.

SUMÁRIO

Introdução 7

Capítulo 1 - João Batista de Lacerda
1.1 - Os Estudos de Lacerda e as Teorias Racialistas 14
1´2 - Primeira República e as Questões Políticas e Econômicas 27
1.3 - Primeira República e as Questões Raciais e Sociais 37

Capítulo 2 - Os Intelectuais
2.1 - Lacerda e o Papel do Intelectual 46
2.2 - Intelectuais no Brasil Republicano 51
2.3 - Intelectuais Negros 59

Capítulo 3 - O Primeiro Congresso Universal das Raças
3.1 - O Congresso das Raças e a Participação de Lacerda 65
3.2 - Lacerda, Du Bois, Monteiro Lobato e o Problema da Raça nos EUA 75
3.3 - "Redução Étnica": O Branqueamento através de Mestiçagem 83

Capítulo 4 - Estado Necropolítico
4.1 - Biopolítica e Necropolítica: Os Conceitos 93
4.2 – Imigração, Desterritorialização e Outras Necropolíticas 103
4.3 - Estado Excludente, Estado Necropolítico 114

Considerações Finais 123

Referências Bibliográficas 127

Introdução

A maioria dos trabalhos de história tenta trazer à tona questões do passado que despertam algum interesse no presente. O historiador inglês Edward H. Carr sobre o assunto fez uma definição: "Capacitar o homem a entender a sociedade do passado e aumentar o seu domínio sobre a sociedade do presente é a dupla função da história" (CARR, 1982, p. 74). Esta relação passado-presente é fundamental para o historiador construir o seu repertório de pesquisas. A força motriz que impulsionou os esforços para iniciar esta pesquisa e, desta forma, recorrer ao passado para entender o presente, foi a questão racial no Brasil. Há uma profunda desigualdade racial que se manifesta em todos os aspectos da sociedade e que atinge diretamente a população negra no país. Esta desigualdade atinge este grupo no aspecto mais elementar e imprescindível de qualquer ser humano, o seu direito à vida, direito este estabelecido pela Constituição. Quantificando esta assertiva, para sair do plano das palavras e partir para o plano dos números, o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) divulgou um estudo exposto no Atlas da Violência[1] que revela que entre os 65602 homicídios cometidos em 2017, 60559 tiveram como vítimas os homens, e destes 49524 homens eram negros, isto representa cerca de 81% de homens assassinados no país.

Esta realidade se impõe de forma maiúscula ao constatar que há uma disparidade na condução política e econômica no Brasil em relação aos negros que suscita estes números tão expressivos. Esta realidade me aduziu a adentrar nos estudos das relações étnico-raciais e perscrutar o passado a fim de dominá-lo, como sugere Carr (1982, p.50), e entendê-lo para servir como um instrumento de intelecção do presente. Partindo de uma análise histórica a pesquisa foi direcionada para um momento brasileiro em que as questões raciais tomaram um corpo cientificista para explicar as desigualdades raciais presentes na sociedade. Neste sentido, o trabalho se enveredou pelas teorias racialistas, ou comumente denominadas de racismo científico, que chegaram e se desenvolveram

[1] Estes dados estão disponíveis no site https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/filtros-series/3/violencia-por-raca-e-genero

entre o fim do século XIX e o começo do século XX, durante a Primeira República do Brasil, e que visavam dar explicações para a situação do país[2].

A investigação das teorias racialistas no Brasil levou a pesquisa a um nome que foi mencionado por vários estudiosos do tema como Lilia Moritz Schwarcz (1993; 2011), Thomas E. Skidmore (1976), Giralda Seyferth (1985; 2002); este nome que liga várias pesquisas é do médico, cientista e antropólogo João Batista de Lacerda. Todos estes autores ao desenvolverem as suas pesquisas, abordando as questões raciais, remeteram-se ao trabalho que Lacerda apresentou no Primeiro Congresso Universal das Raças em 1911, na cidade de Londres, o qual apresentou uma comunicação intitulada Sur Le Métis au Brésil (Sobre os Mestiços no Brasil). Nesta comunicação, Batista de Lacerda expôs que em um prazo de 100 anos a população negra no Brasil desapareceria Tal vaticínio despertou meu interesse em saber mais sobre os estudos de Lacerda e em investigar as teorias racialistas tendo como guia os trabalhos desenvolvidos pelo médico cientista. Destarte, os estudos de Lacerda tornaram-se o objeto da pesquisa. O recorte temporal foi mantido, ficando entre 1889 e 1930, período histórico que configura a Primeira República, além de ser o período em que se pode analisar de forma mais substancial os estudos de Lacerda no contexto das teorias racialistas. O ano de 1930 é o limite de investigação desta pesquisa, não só por ser o fim da Primeira República, mas, também, por marcar, a partir dos anos 1930, a transição do discurso das teorias científicas racistas por um paradigma cultural, consubstanciado pela obra de Gilberto Freyre, Casa-Grande & Senzala (1933). No entanto, Jessé Souza (2019, p.18) afirma que o paradigma científico racial não foi superado, mas travestido de paradigma culturalista, suscitando um culturalismo racista, ou seja, o racismo ainda persevera, mas agora com outra roupagem.

Embora João Batista de Lacerda sempre tenha sido citado em várias obras que se dedicam a entender o racismo científico desenvolvido no país, principalmente, a sua comunicação apresentada no Congresso de Raças, em Londres (SANTOS; SOUZA, 2012; SCHWARCZ, 2011), observei a necessidade de aprofundar a pesquisa em seu histórico profissional e científico, inclusive, investigando os trabalhos que antecederam

[2]O Brasil, em fins de século XIX e início do século XX, era considerado um país atrasado, principalmente, se comparado as grandes nações europeias. Uma das explicações apontadas para esse atraso era que a população era mestiça e com forte presença demográfica de negros.

a sua notória apresentação em Londres para construir a sua linha de pensamento e identificar como ela é representativa de uma época. Lacerda funciona nesta pesquisa como uma chave para acessar o pensamento social e racial brasileiro no começo de nossa República, além de possibilitar a discussão sobre o papel do intelectual neste período. Outro ponto relevante em que a pesquisa se deteve foi identificar no estudo de Lacerda, "Sobre os Mestiços no Brasil", um projeto necropolítico que comporta a eliminação da população negra através da miscigenação, ou seja, do branqueamento do país.

Desta forma, o objetivo desta pesquisa foi investigar as teorias racialistas durante a Primeira República do Brasil, através da análise dos estudos de João Batista de Lacerda, e utilizando, como instrumento interpretativo, o conceito de necropolítica desenvolvido pelo intelectual Achille Mbembe (2018). O estudo se encaminhou para o entendimento da existência de um projeto de modernização nacional, um projeto que se configurou em um Estado republicano excludente. A partir deste objetivo foram verificadas a participação e a importância dos intelectuais neste processo e as medidas de cunho racial e eugênico que visavam levar o Brasil a figurar entre as grandes nações do mundo.

A construção de um imaginário social por fundamentação cientifica e pela pena de intelectuais prestigiados legitimaram as teorias raciais e eugênicas, e inculcaram na sociedade a naturalização da inferioridade dos negros. A minha contribuição nesta pesquisa é identificar e investigar como se deu esse processo e, assim, refletir sobre a formação do nosso país e como os negros após a abolição foram inseridos na sociedade brasileira. A importância desta pesquisa, embora se localize em um período passado, justifica-se pela reflexão sobre a atual condição dos negros no Brasil. A história também é dotada de permanências e rupturas, de idas e vindas, que desmontam uma percepção de uma história linear. As teorias racialistas que parecem tão distantes temporalmente ainda são aplicadas sub-repticiamente em nossos dias. Os negros ainda são considerados inferiores quando vão procurar emprego, quando participam de eventos sociais, quando são abordados por agentes policiais, quando ocupam espaços públicos e quando são cotidianamente assassinados. Ou seja, a população negra ainda é acometida por uma política de morte, de uma tácita eliminação sistemática.

Recentemente, o sociólogo Jessé Souza desenvolveu uma teoria para explicar a atual situação do país, em seu livro A Elite do Atraso: Da escravidão a Bolsonaro (2019). Ele afirma que o nosso presente é consequência direta do nosso passado escravocrata. E atribui a um culturalismo racista a configuração de um povo que se sente inferiorizado perante as nações europeias e estadunidense. Esta inferiorização, que pode ser chamada de síndrome de vira-latas, foi construída através de uma ideologia de senhor e escravo.

> Todo racismo, inclusive o culturalismo racista dominante no mundo inteiro, precisa escravizar o oprimido no seu espírito e não apenas no seu corpo. Colonizar o espírito e as ideias de alguém é o primeiro passo para controlar seu corpo e seu bolso. De nada adianta americanos e europeus proclamarem suas supostas virtudes inatas, se africanos, asiáticos e latino-americanos não se convencerem disso. Do mesmo modo, de nada adianta nossa elite do dinheiro construir uma concepção de país e de nação para viabilizar seus interesses venais se a classe média e a população como um todo não for convencida disso.(SOUZA, 2019, pg25.).

Para o desenvolvimento desta pesquisa o trabalho foi estruturado em quatro capítulos. O primeiro capítulo aborda, inicialmente, os estudos de Batista de Lacerda anteriores a sua apresentação de "Sobre os Mestiços no Brasil" em 1911, no Congresso. Esta parte vem anexada ao contexto do desenvolvimento das teorias racialistas no país. Este primeiro enfoque da pesquisa busca identificar a construção do pensamento científico de Lacerda e a adequação deste pensamento ao cenário da Ciência praticada em fins do século XIX e início do século XX. Os dois subcapítulos seguintes tratam do contexto histórico em que se desenvolve a pesquisa, apresentando as questões políticas, econômicas, sociais e raciais que estavam postas na Primeira República. Neste capítulo foram utilizados os acervos digitais do Museu Nacional a fim de gerar informações sobre os estudos e sobre a atividade profissional de Lacerda. Para realizar o contexto histórico da Primeira República a pesquisa recorreu a bibliografia de historiadores que se debruçaram sobre o tema como Bóris Fausto (1995), Lilia Moritz Schwarcz (2015; 2019), Thomas E. Skidmore (1998) e Mary Del Priori (2017).

O segundo capítulo aborda o papel do intelectual como um legitimador e um divulgador das teorias racialistas, entendendo o intelectual através das definições trabalhadas por Norberto Bobbio (1997), Noam Chomsky (2017), Renato Janine (2006) e Edward Said (2005). Desta forma, o primeiro subcapítulo mergulha nesta função do intelectual e posiciona Lacerda nesta discussão. Na seção seguinte, o trabalho destaca

alguns intelectuais do período da Primeira República que foram relevantes na estruturação e divulgação das teorias racialistas no país, como Raimundo Nina Rodrigues, Belisário Penna e Silvio Romero. A última seção deste capítulo traz para o trabalho alguns intelectuais negros a fim de verificar a participação deles nesta conjuntura racial, identificando os seus posicionamentos. Os intelectuais negros destacados neste subcapítulo foram Cruz e Souza, Manuel Querino e Lima Barreto. O acesso a maioria das obras dos intelectuais da Primeira República utilizadas para a análise nesta pesquisa foi viabilizado pela Biblioteca Digital do Senado Federal e da Câmara dos Deputados, outros exemplares foram encontrados na biblioteca do Centro Cultural do Banco do Brasil (CCBB).

No terceiro capítulo, o trabalho se direciona para a análise do Primeiro Congresso Universal das Raças focando, em primeiro lugar, nos pormenores do evento; apresentando os participantes, os temas abordados nas conferências e fazendo uma contextualização do Congresso. Ainda nesta seção, o trabalho traz a comunicação de Lacerda (Sur Le Métis au Brésil) e as considerações que ele fez acerca da importância e das principais apresentações do Congresso. Estas considerações sobre o Congresso foram publicadas por Lacerda no ano seguinte de sua apresentação na Inglaterra, com o título de "O Congresso Universal das Raças reunido em Londres (1911): apreciação e commentarios" (1912). A comunicação de Lacerda e as suas considerações sobre o Congresso estão disponibilizadas no acervo digital do Museu Nacional, na seção de obras raras. Este subcapítulo também recorre aos periódicos da época como fonte primária, pois através da cobertura da imprensa é possível perceber a importância que o Congresso tinha para o país, além de dimensionar a figura pública de Lacerda.

Na segunda seção do capítulo sobre o Congresso das Raças, a pesquisa se propõe a colocar a análise que Batista de Lacerda fez da apresentação de W. E. Du Bois no Congresso dialogando com a obra de Monteiro Lobato, "O Choque das Raças ou O Presidente Negro" (1926). A comunicação de Du Bois versava sobre a questão do negro nos EUA, tema que Lobato explora em seu livro, indicando, inclusive, uma solução para o problema dos negros estadunidenses. Na seção seguinte, o trabalho trata da solução defendida por Lacerda no Congresso em relação ao problema do negro no Brasil, ou seja, uma redução étnica, pautada na miscigenação. Nesta parte o trabalho reflete sobre

o impacto da política de branqueamento na população negra, durante o processo que almejava a redução étnica, e o quanto isso atingiu diretamente as subjetividades negras. Lélia Gonzalez encontra neste processo, no qual se enquadra um discurso, sobretudo ideológico, a força do racismo que se construiu após abolição da escravidão, afetando a população negra: “Vale ressaltar que a eficácia do discurso ideológico é dada pela sua internalização por parte dos atores (tanto os beneficiados quanto os prejudicados) que o reproduzem em sua consciência e em seu comportamento imediatos” (GONZALEZ, 2018 p.97). Especificamente, em relação aos negros, Fanon lança o dilema que foi discutido nesta seção: “branquear ou desaparecer” (2008, p. 95).

O último capítulo da pesquisa aborda a configuração de um Estado necropolítico no país, partindo de antemão da conceituação de necropolítica desenvolvida pelo intelectual camaronês Achille Mbembe. Esta primeira seção constrói a história do conceito a partir da biopolítica de Michel Foucault (1999) e avançando com a contribuição do filósofo italiano Giorgio Agamben (2007) até chegar à concepção elaborada de Mbembe (2018) para a necropolítica. Os conceitos de biopolítica e necropolítica são as ferramentas utilizadas para entender as movimentações políticas, científicas e sociais as quais o país viveu no período da Primeira República, assim como, passar os estudos de Lacerda por este filtro analítico-necropolítico.

Na segunda seção deste capítulo, o trabalho identifica a política de imigração como uma necropolítica edificada pelo Estado brasileiro. A política de imigração continha em seu cerne a estratégia do branqueamento que aliada a outras políticas se mostraram como a solução para viabilizar a modernização do país. No entanto, esta solução implicaria a escolha de qual nação formaria este Estado modernizado. Ao desenvolver este tema, a pesquisa trabalha com o conceito de desterritorialização defendido pelo geógrafo Rogério Haesbaert (2005; 2007) para demonstrar o processo de exclusão pelo qual a população negra passou no Brasil. Esta desterritorialização se inicia na migração forçada de africanos sequestrados de seu continente para formar a força produtiva escravizada no país e que continua após as políticas de exclusão a qual passaram, principalmente, após a abolição. Neste sentido Mbembe afirma que:

> Quanto aos escravos transferidos para o Novo Mundo, era também ali que se desenrolava outro começo. Dava-se início a uma vida doravante vivida segundo um princípio essencialmente racial. Mas, longe de ter apenas um

> puro significado biológico, a raça assim entendida remetia para um corpo sem mundo e sem terra, um corpo de energia combustível, uma espécie de duplo da natureza que era possível transformar, pelo trabalho, em stock ou fundo disponível (MBEMBE, 2017, p.23).

O último subcapítulo aborda o Estado necropolítico no qual o país foi formado, a partir de uma proposta de nação valorizando a exclusão de determinados grupos, em que se destaca a exclusão da população negra. Este Estado republicano que iniciava os seus primeiros passos precisava da legitimação de intelectuais da envergadura de João Batista de Lacerda. Esta seção desenvolve, brevemente, os conceitos de Estado e Nação para demonstrar que tipo de progresso que envolvia o estado e a nação era pretendido para o país, recorrendo a autores como Silvio de Almeida, José Murilo de Carvalho, Eric Hobsbawm, Marilena Chauí, entre outros.

Esta pesquisa se aproveita do caráter interdisciplinar do Programa de Pós-Graduação em Relações Étnico-Raciais (PPRER) do CEFET para transitar pelas esferas da Geografia, Filosofia, Psicologia e Economia; disciplinas estas, que contribuem com os seus conceitos para enriquecer o trabalho que seguiu uma abordagem histórica e assim permitir um entendimento mais acurado das questões raciais. Vale ressaltar que a pesquisa, ao transcrever partes de documentos de fonte primária, optou por conservar a ortografia da época. Essa fidelidade literária serve para refletir bem os debates e demandas do período aqui estudado. Faz-se mister mencionar que o tema, seu debate e problemática, mantém-se absolutamente atuais. A questão racial sofre um paradoxo sem paralelos. Se por um lado, o negro vem galgando espaços na sociedade, por outro, existe uma política de marginalização e me arrisco dizer, de extermínio, negligenciada pelo Estado. A questão racial no Brasil perpassa a nossa História e é fundamental para entender o passado e o presente da população negra no país. O trabalho termina com as considerações finais, refletindo exatamente sobre essas questões que precisam ser cada vez mais pesquisadas, discutidas e publicizadas, a fim de gerar mais compreensão e, talvez, apontar para soluções viáveis, ou mesmo, como dizia o educador Paulo Freire, um "inédito-viável"[3].

[3] Entende-se o "inédito-viável é na realidade, pois, uma coisa que era inédita, ainda não claramente conhecida e vivida, mas quando se torna um 'percebido destacado' pelos que pensam utopicamente, o problema não é mais um sonho, ele pode se tornar realidade. Assim, quando os seres conscientes querem, refletem e agem para derrubar as 'situações-limites' que os e as deixaram a si e a quase todos e todas limitadas a ser-menos o inédito-viável não é mais ele mesmo, mas a concretização dele no que tinha antes

Capítulo 1 – João Batista de Lacerda

1.1 Os Estudos de Lacerda e as Teorias Racialistas

João Batista de Lacerda Filho é um personagem na história da ciência brasileira que é um dos elementos catalisadores de compreensão da mentalidade das décadas finais do século XIX e do início do século XX. Lacerda faz parte dos "homens da sciencia", como diz Lilia Moritz Schwarcz (1993, p.23), e contribuiu com seus estudos nas áreas de biologia, de antropologia e de fisiologia até a sua morte, em 6 de agosto de 1915. Ele nasceu em Campos, província do Rio Janeiro, a 12 de julho de 1846 e fez seus estudos secundários, na Corte, no Colégio Pedro II. Tornou-se bacharel em Letras em 1864 e, depois, formou-se em medicina seguindo os passos de seu pai, doutorando-se em 15 de setembro de 1870 (BENCHIMOL, 1999, p.169). Retornou para Campos onde começou a exercer a sua profissão (SAMPAIO, 1951, p.87). Em 1872, João Batista se casou com Inês Antônia de Faria com a qual teve oito filhos. Mais tarde, em 1890, casa-se novamente, desta vez, com Maria Madalena de Matos Faros, com quem teve mais três filhos.

No ano de 1873, ele publicou uma pesquisa sobre a infecção palustre e o beribéri. Ao retornar ao Rio de Janeiro, Lacerda assumiu interinamente o comando de uma enfermaria no Hospital da Santa Casa da Misericórdia, mas ocupou por pouco tempo o cargo, pois entrou em desacordo com a burocracia do Hospital (BENCHIMOL, 1999, p. 170). Em 1874, ele redigiu uma revista científica e literária chamada Lux, do qual participavam, também, Teixeira de Melo e F. G. Castelo Branco. Um ano depois, Lacerda publicou Estudos Clínicos e Terapêuticos que abordava as suas observações médicas quando atuava na província de Campos. No mesmo ano da publicação de seus estudos, ele entrou no Museu Nacional.

Em 9 de fevereiro de 1876, João Batista foi nomeado subdiretor da seção de Antropologia, Zoologia e Anatomia do Museu (BENCHIMOL, 1999, p.170). Em 1877,

---

de inviável" (FREIRE, 1997, p.106). Neste sentido, o inédito-viável é uma possibilidade ou mesmo uma necessidade para se enfrentar a questão racial no Brasil.

Lacerda ministrou o curso de Antropologia no Museu Nacional, no qual fez uma série de preleções sobre anatomia e fisiologia do homem. Os alunos participantes não dominavam estes conhecimentos, o que obrigou o professor Lacerda a discorrer preliminarmente sobre o assunto e prepará-los para a ciência. Em uma de suas explicações sobre o funcionamento do organismo humano, Lacerda abordou a função digestiva e tocou na questão problemática da fome e da sede. O professor fez uma relação direta da fisiologia interferindo na conduta e na moral de um indivíduo, que, consequentemente, ele argumentou que influiu no destino da sociedade:

> Factos tirados à história dessas grandes calamidades, que, tendo assolado em épocas diferentes, os povos dos dous continentes, vieram mostrar quão imperiosas são as exigências da natureza humana, lutando com a falta absoluta dos meios de subsistência. Fallam então mais alto os instinctos da animalidade do que os conselhos da razão, e inteiramente dominado por aquelles o homem não respeita outros direitos que não sejam da força, e da violência: multiplicam-se os crimes e levantam-se as sedições, fazendo retroceder a sociedade aos tempos da barbaria.(Archivos do Museu Nacional, 1877, p. 166).

Neste sentido, para explorar mais os estudos sobre fisiologia, em 1880, João Batista fundou, juntamente com Louis Couty, o Laboratório de Physiologia Experimental, que estava anexado ao Museu Nacional. Esta instituição teve repercussão internacional ganhando no meio científico europeu um grande reconhecimento, sendo um fato inédito entre outras instituições brasileiras. Antes de prosseguir sobre os trabalhos realizados no Laboratório é importante discorrer sobre o médico francês Louis Couty, parceiro de Lacerda no Laboratório e que veio para o Brasil em 1874, para lecionar na Escola Politécnica e que mais tarde foi trabalhar no Museu Nacional (SANTOS, 2002, p. 82). Couty considerava que a escravidão no Brasil era bem amena quando comparada a outros países e que não havia um preconceito racial, pois havia uniões frequentes entre pessoas brancas e negras, formando uma ingente população mestiça.

Couty escreveu dois livros: *L'esclavage au Brésil* (1881) e *Le Brésil* (1884). Estas duas obras versavam sobre os problemas do Brasil e indicava as soluções mais apropriadas. Segundo Santos (2002, p.83), "a preocupação com futuro do país, com um progresso que seria bem-vindo, colocava em destaque as teses racistas de então, que com todo vigor, tomavam as falas dos parlamentares e intelectuais brasileiros". Desta forma, Louis Couty acreditava no fim da escravidão e na consequente imigração para

substituir a mão de obra escrava que ele considerava desqualificada, o que contribuía para o atraso do país. A imigração de europeus, ou seja, de raça branca, seria a solução mais viável, segundo Couty, para formar um povo para uma nação fecunda. Estas ideias de Louis Couty conviveram com o seu companheiro de laboratório, Batista de Lacerda, que pode ter exercido alguma influência em suas pesquisas, pois os estudos posteriores de Lacerda, no século XX, pautavam-se pela relevância do elemento imigratório.

Voltando ao desenvolvimento do Laboratório, ele teve o consentimento do imperador D. Pedro II para ser construído e contou com um investimento que propiciou a aquisição de vários instrumentos, como dois aquários com iluminação a gás, vários aparelhos registradores de Marey e de Ludwig, máquina para extrair gases do sangue, estufas, balanças de precisão e reativos químicos entre outros mais. Além disto, houve a instalação de um motor a gás para impelir os aparelhos de respiração artificial. No começo, o laboratório se dedicou aos estudos dos venenos dos animais, de plantas tóxicas e alimentícias, fisiologia do clima, do café, do mate e do álcool de cana, das doenças dos homens e dos animais e da fisiologia do cérebro estudada nos macacos. Benchimol relata sobre os estudos de Lacerda que:

> Entre 1876 e 1880, desenvolveu três linhas de pesquisas concomitantes. Uma tinha a ver com a etnografia das raças indígenas brasileiras (recebeu, inclusive, medalhas de bronze na exposição antropológica de 1878, em Paris). As outras duas envolviam objetos clássicos da fisiologia: o estudo das plantas tóxicas e dos processos de envenenamento (BENCHIMOL, 1999, p. 170).

Nos estudos sobre venenos, o destaque foram as descobertas sobre o curare que apontaram para os efeitos paralisantes de duas plantas; a strychnea e a menispermácea. A partir do êxito do estudo sobre o curare, estudou-se também a ação paralisante vaso-motora do pau-pereira, o efeito sedativo do mulungu e a ação paralisante vascular das abutuas. Vários estudos experimentais sobre as plantas tóxicas do Brasil foram publicados e divulgados pelo mundo. No entanto, o fato que mais deixou o laboratório em evidência foi a descoberta da ação neutralizante do permanganato de potássio sobre o veneno dos ofídios. Lacerda (1905, p.114) ao comemorar o fato diz que “Nunca a atenção dos sábios, em terras estrangeiras, sentiu-se tão fortemente atraída para as conquistas da ciência no Brasil, como na época em que foi divulgada essa descoberta”. Na imprensa de muitos países esta descoberta repercutiu, como na Rússia, na Inglaterra e na França. Esta descoberta consiste na ação do permanganato de potássio, que é um

substrato do oxigênio condensado, e que nas experiências de Lacerda se mostrou eficiente para neutralizar a ação do veneno ofídico. Nas experiências eram injetadas doses letais de veneno em um animal e dois minutos depois era aplicada a solução de permanganato, e no prazo de alguns minutos o animal recuperava as suas condições normais. O próprio imperador do Brasil, D. Pedro II, juntamente com o ministro da Agricultura foi ao Laboratório, em julho de 1881, assistir a uma experiência de Lacerda e lá presenciou o efeito do permanganato em dois cães que foram envenenados. Depois desta apresentação para o imperador, também, em 1881, houve uma experiência pública, desta vez, tendo como convidados professores de faculdades e de escolas superiores, além de vários médicos de grande reputação na capital do Império.

A partir de 1886, o Laboratório passa por uma modificação no seu direcionamento de pesquisa e volta os seus estudos para as causas das moléstias dos homens e dos animais, recebendo uma influência determinante das descobertas de Pasteur. Neste sentido, o uso do microscópio teve uma importância superlativa, tornando-se o instrumento mais utilizado nos laboratórios. Sob este novo signo, o Laboratório de Physiologia experimental, ao trabalhar com a bacteriologia, tornou-se também um Laboratório de Biologia. Lacerda com este novo direcionamento dedicou-se aos estudos sobre a febre amarela, o beri-beri, a peste de cadeiras dos equinos, a peste de manqueira e a peste dos suínos, publicando os resultados em algumas revistas e em comunicações feitas à Academia de Medicina. No caso dos estudos sobre a peste de manqueira dos bovinos, Lacerda fabricou uma vacina preventiva que foi largamente utilizada em Minas Gerais e contribuiu consideravelmente para diminuir os estragos na indústria pastoril.

A relevância do Laboratório pode ser dimensionada com a vinda de George Miller Sternberg, que era comissionado pelo governo dos Estados Unidos, e que utilizou a estrutura do laboratório para testar a vacina da febre amarela desenvolvida por Domingos Freire. Ainda no Laboratório foram desenvolvidos os trabalhos bacteriológicos sobre o vibrião do cólera, que se prestaram a elaboração da base da Convenção Sanitária Internacional entre o Brasil, Uruguai e a Argentina. Lacerda (1905, p.3) considerou que o Laboratório foi o “arauto” que anunciou as possibilidades de

pesquisas experimentais que estavam sendo realizadas no país, inserindo o Brasil no cenário da ciência mundial.

Na antropologia, Lacerda realizou um estudo histórico dos crânios encontrados no Largo do Passo, sobre o homem fóssil do Brasil e dos crânios de Maracás- Guiana brasileira entre outros estudos. Nas pesquisas sobre os sambaquis, o Dr. João Batista defendeu uma hipótese naturalista em que o sambaqui "é um amontoado de carapaças de lamelibrânquios e gastrópodes, acumulados pelos agentes naturais, correntes oceânicas, ação dos ventos, etc"[4]. As suas pesquisas e contribuições para a ciência foram devidamente laureadas com alguns títulos como o de Comendador da Ordem da Rosa, e também, membro da Academia Nacional de Medicina, da Sociedade Antropológica de Paris, Vice- Presidente honorário do Congresso Médico Pan-Americano de Washington (1893), Presidente honorário do II Congresso Médico Latino-Americano de Buenos Aires (1904), além de ser membro de outras associações científicas.

Em 29 de julho de 1882, foi lançado um evento científico promovido pelo Museu Nacional, que na época estava sob a direção de Ladislau Netto, sediado no Campo de Santana (antigo prédio do Museu Nacional), no Rio de Janeiro, que se denominou A Primeira Exposição Antropológica Brasileira[5]. A exposição contou com objetos de origem indígena trazidos de várias províncias do Império, como instrumentos musicais, cocares, lanças, fósseis, múmias naturais, sambaquis e objetos arqueológicos entre outros, agrupados em três áreas de conhecimentos: antropologia, arqueologia e etnografia. Além de todos estes objetos, a organização do evento trouxe índios da tribo dos Botocudos, vindos do Espírito Santo e três indígenas Xerentes oriundos de Minas Gerais.

O evento causou uma grande movimentação na capital do Império, atraindo atenção de todos, principalmente, pela presença dos índios que representavam, segundo os naturalistas, os exemplares do homem primitivo. Segundo Keuller (2008, p.103) a visitação do público foi intensa. A importância da exposição foi tão grande que o

[4] Informação disponível em HTTPS://www.museunacional.ufrj.br/obrasraras/o/pamn.../P84-89pdf
[5]Informação disponível em https://saemuseunacional.wordpress.com/2017/05/30/exposicao-antropologica-de-1882-atividade-ciencia-e-racismo-no-mn/

próprio Imperador e a princesa Isabel, sua filha, foram ao evento, que teve duração de três meses. Foi publicada, também, uma revista para divulgar as pesquisas referentes à exposição, a Revista da Exposição Anthropológica Brazileira.

Na Revista da Exposição Anthropológica Brazileira, dirigida e colaborada por Mello Moraes Filho, publicada cerca de um ano após a exposição,[6] João Batista de Lacerda escreveu seis textos. O primeiro era sobre os índios botocudos; o segundo sobre a força muscular dos indígenas; o terceiro era um estudo sobre a morfologia do crânio do homem dos sambaquis; o quarto, o quinto e o sexto texto versaram sobre a conformação dos dentes dos indígenas brasileiros. Conhecer estas pesquisas de João Batista Lacerda ajuda entender o seu direcionamento de estudos e compreender quais eram os temas em voga na época.

Lacerda, no primeiro texto da revista, demonstrou o seu conhecimento antropológico e fez um estudo aprofundado sobre os índios botocudos, analisando as suas características físicas, porém, esta análise era efetuada sempre tendo o homem caucasiano como referência. Ele relatou que os índios eram musculosos e fortes, e o tronco era mais alongado que o tronco da raça caucásica. As mulheres tinham os seios caídos, as pernas eram, em sua maioria, arqueadas, a região glútea era ampla e a cintura não era estreita como a da raça caucásica, pelo contrário, era grossa e cheia. O antropólogo ao descrever a fisionomia fez um julgamento estético sobre os índios. Ele afirmou que "O lábio inferior apresenta-se quasi sempre perfurado e distendido por uma rodella de madeira. Os lóbos das orelhas são igualmente providos deste ornato, o que dá a physionomia desses indivíduos um aspecto dos mais repulsivos" (LACERDA, 1883, p.2). Lacerda estendeu a sua análise para os âmbitos da moral e da intelectualidade, concluindo que os índios botocudos se encontravam em uma condição bem inferior na raça humana, alegando que eles mantinham hábitos antropofágicos e que tinham ingente dificuldade de se ajustarem a civilização. E Lacerda finalizou, prevendo que os botocudos, como raça pura, seriam extintos no prazo de 50 anos.

Outro estudo, o segundo texto de Lacerda, na área de antropologia, foi sobre a força muscular dos indígenas. Neste estudo, o antropólogo fez um exame na musculatura de três indígenas, um da tribo dos Xerentes e dois da tribo dos Botocudos,

[6] Informação disponível em http://brasilianafotografica.bn.br/?p=11896

utilizando um equipamento chamado de dinamômetro de Mathieu, que media a força muscular. Os indígenas foram submetidos ao teste no equipamento e os resultados obtidos demonstraram que indivíduos de raça branca, que Lacerda denominou como brancos civilizados, tinham desempenho superior aos indígenas, denominados de selvagens, apesar de seus músculos serem mais desenvolvidos.

O resultado surpreendente para Lacerda, que achava o fato paradoxal, necessitava de uma intervenção da fisiologia para encontrar uma explicação plausível; porém, ele ponderou que certas experiências em humanos receberam restrições morais e legais, o que inviabilizava testes que eram feitos em animais serem aplicados em homens. Contudo, Lacerda revelou que estudos fisiológicos mostraram que a contração muscular, que é uma atividade complexa, tem diferentes fases, observando que a primeira fase é a excitação latente; destarte, entre a aplicação de força no momento de excitação e o começo da contração do músculo tem um intervalo mínimo de tempo que pode variar dependendo do indivíduo. O antropólogo sugeriu uma primeira hipótese, na qual essa variação de indivíduos podia ser uma variação de raça. A segunda hipótese, partindo da análise da excitação latente, defendeu que a musculatura dos indígenas sofre com a fadiga em intervalo mais curto do que a raça branca civilizada.

Estas hipóteses geraram uma interpretação que justificou, segundo Lacerda (1883, p.7), a inaptidão dos indígenas para "os trabalhos penosos e prolongados" que eram realizados no Brasil. E complementou a análise afirmando que o índio mesmo passando por um processo que o tornava civilizado não conseguiria ter o mesmo desempenho do que um indivíduo da raça negra, que se apresentava com as condições mais propícias para o tipo de trabalho empregado no país. Em 1905, Lacerda descreve mais uma vez as suas experiências com os indígenas e confirma os seus resultados:

> Como trabalhador braçal, o índio é inquestionavelmente inferior ao negro; aquelle tem maior agilidade do que este, mas a sua resistência corpórea e a sua força muscular são sensivelmente menores. Medimos com o dynamometro a força muscular de indivíduos adultos, pertencentes as tribos dos bororós, dos botocudos e dos Cherentes, e o instrumento denunciou uma força abaixo da que se observa geralmente em indivíduos brancos ou negros. (LACERDA, 1905, p.101)

Neste ponto, Lacerda saúda, com base nos resultados de sua pesquisa, a contribuição da antropologia para o entendimento de questões da área da economia e da

área da indústria, valorizando os seus usos. Lacerda fez considerações sobre a antropologia, colocando-a como uma ciência que não estaria restrita a assuntos especulativos e que poderia ser, de forma prática, muito útil ao país.

Ainda sobre os indígenas, João Batista realizou uma série de comparações entre os selvagens e os homens brancos civilizados. Dentre as quais, ele apontou que os indígenas tinham dificuldade de fazerem representações por desenhos de objetos que lhes eram conhecidos, também não conseguiam reproduzir trechos musicais de melodias bem fáceis, sentenciando que os seus cantos tinham uma "monotonia fatigante". Lacerda afirmou que, na arte plástica, os selvagens, por falta de uma delicadeza visual, eram incapazes de produzir obras relevantes, apenas produziam coisas "informes e grotescas". As comparações, de certa forma, majoritariamente favoreciam os aspectos dos indivíduos da raça branca.

O terceiro texto de João Batista de Lacerda na revista versou sobre a morfologia de crânios do homem dos sambaquis. Neste estudo, Lacerda fez uma descrição dos crânios, relatando que os crânios eram muito alongados, assim como a face, com a fronte deprimida e com o "occiput" bem proeminente. As órbitas eram largas e profundas, o maxilar superior era chato, o esqueleto nasal alongado e a mandíbula era angulosa e maciça, mas foi na investigação da cavidade e das formas exteriores do crânio que Lacerda fez um julgamento do desenvolvimento cerebral do indivíduo. O estudo do cérebro mostrou a pouca capacidade no "órgão pensante", como nos antigos crânios humanos e nos mais inferiores das raças atuais.

O homem dos sambaquis foi considerado por Lacerda como um dos representantes mais inferiores da pré-história, pois não tinha uma produção de artefatos dignos de nota e desconheciam a arte cerâmica. Lacerda fez uma reflexão e concluiu que "esse grão extremo de inferioridade em que encontramos o homem relativamente moderno do Brazil, faz-nos pensar que o desenvolvimento cerebral humano teve na Europa uma evolução mais rápida do que na América" (LACERDA, 1883, p, 23). Além disso, ele fez uma conexão, encontrando uma semelhança, entre o homem de sambaquis e os indígenas botocudos, que ele conjecturou guardar traços étnicos remanescentes apesar das mestiçagens ao longo dos tempos.

No texto seguinte, Lacerda se expressou em relação à importância da antropologia como ciência, citando a variedade de programas que contribuem com o estudo das raças humanas. Lacerda, inclusive, exerceu o cargo de diretor da 1ª e da 4ª seção da Prática Antropológica do Museu Nacional entre 1885 e 1890, o que demonstra a sua dedicação a antropologia (KEULLER, 2008, p.93). O antropólogo destacou a relevância da anatomia comparada através dos trabalhos de Louis Pierre Gratiolet, Paul Broca e Pruner-Bey; a anatomia humana, com Latert, Hamy e Quatrafages de Bréau, ampliou a qualidade dos estudos; e as descobertas da arqueologia foram fundamentais para a ciência. Mesmo com todos os estudos agregados e com avanço da antropologia, como um todo, Lacerda considerou que esta ciência tinha um longo caminho para explorar os mistérios da raça humana.

Lacerda, também, projetou uma interação das descobertas do país com o conhecimento das pesquisas da Europa como o códice antropológico elaborado por Morton, Josiah Nott, George Gliddon e Bancroft, a ser utilizado às raças indígenas americanas, que apesar de boa pesquisa ele considerava que havia várias lacunas. Lacerda reivindicou maior participação dos cientistas da América do Sul no corpo da antropologia mundial, acreditando na importância das contribuições antropológicas do país, e acabou por referenciar a sua própria contribuição no estudo sobre a conformação dos dentes nas raças indígenas do país.

O texto seguinte explicitou esta pesquisa sobre a conformação dos dentes dos indígenas, fazendo uma descrição das especificidades encontradas nos crânios de indígenas do Brasil, que faziam parte da coleção do Museu Nacional. Havia muita dificuldade de se obter peças para análises, para exemplificar esta dificuldade houve um relato da trajetória de um viajante naturalista do Museu Schwach que procurava por crânios de índios da tribo dos Caygoás na província de Paraná. O viajante conseguiu fazer um acordo com o frei Thimoteo Castelnuevo, que era missionário nesta tribo, e junto a um chefe da tribo, que havia sido batizado, levou o viajante a um local de difícil acesso, em que havia os restos mortais de alguns indígenas. De lá foram retirados dois esqueletos, sendo que um em péssimas condições de conservação. O trajeto percorrido pelo viajante foi desgastante, mas dependeu disto para se lograr êxito de vencer as

“superstições” dos índios e dos “escrúpulos” dos missionários (LACERDA; PEIXOTO, 1876, p.52-53)

Nesta pesquisa sobre a conformação dos dentes, Lacerda encontrou convergências no sistema odontográfico nos crânios dos indígenas da Bolívia, nos crânios peruanos do Templo do Sol, indo para o norte da América, os crânios do México e nos altos do Mississipi e do rio Columbia, além de Tennesse, Charruas, Puelchas e Chipeways. No caso dos crânios dos índios bolivianos a semelhança aumentou em grau. João Batista expôs que os incisivos bolivianos eram largos, triangulares, espessos e riscados na face anterior com sulcos longitudinais praticamente perpendiculares ao bordo livre e sem gumes, estas características foram as mesmas encontradas nos dentes dos crânios dos indígenas do Brasil. Esta constatação suscitou uma explicação para uma aproximação entre os índios do Brasil e da Bolívia:

> Comprehende-se bem a que conclusões ethologicas podem levar as analogias odontographicas das duas raças; a extensa Cordilheira dos Andes não podia constituir uma barreira inseparável entre os territórios do Brazil e da Bolívia, e portanto não é destituído de fundamento a opinião de que os povos que habitaram remotamente estas duas partes da América tiveram uma origem idêntica. (LACERDA, 1882, p.83)

No último texto de Lacerda na revista, ele continuou a discorrer sobre a conformação dos dentes dos índios brasileiros, sendo que ele encontrou neste estudo uma característica de inferioridade étnica das raças indígenas da América. Lacerda observou que a dentadura dos crânios americanos da coleção do Museu Nacional possuía uma porção de animalidade. E examinando os incisivos e a projeção desses dentes para adiante, a grossura dos molares e o desenvolvimento pronunciado dos caninos que eram observáveis em alguns, configuraram uma aproximação com formas mais primitivas da raça humana.

O trabalho de Michelle Agostinho (2017, p.18) dá detalhes de como eram realizadas as pesquisas de Lacerda, que envolviam experiências com os índios botocudos. Agostinho (2017, p.18) relata que os índios eram submetidos a testes laboratoriais para fazer uma avaliação de seus atributos físicos em relação ao mundo dos civilizados. Em um dos testes Lacerda submeteu um índio a choques elétricos para que fosse analisada a sua reação diante de “forças ocultas”. Um índio botocudo ficou por cinco minutos recebendo choque de uma bobina de Ruhmkorff, ficando mudo,

estático e com um olhar fixo que transmitia o seu sentimento de terror. A experiência amedrontou tanto o índio que ele evitou, ao máximo, o simples contato com a mesa que sustentava o aparelho que lhe dava choques.

> O discurso cientificista da segunda metade do século XIX veio reforçar a ideia de primitividade que lhes era atribuída, ao qualificá-los como os descendentes diretos da raça mais atrasada que já habitara o Brasil. Eram os botocudos os remanescentes selvagens, a evidência da vida primitiva de outros tempos e que, considerando o progresso nacional em curso e sua inaptidão para o mundo contemporâneo, estariam fadados à extinção. Nesse sentido, exibir pessoas que corporificavam tamanha brutalidade e feracidade tornou-se um interessante espetáculo. (AGOSTINHO, 2017, p.19)

Batista de Lacerda, como um cientista que era fruto de seu tempo, utilizou em suas experiências e pesquisas as técnicas da época como a antropometria e a craniologia técnica. Schwarcz (1993, p. 48) afirma que o surgimento da craniologia, da frenologia e da antropometria fortaleceu as interpretações biológicas na análise do comportamento humano derivadas de uma concepção poligenista de origem do homem. Havia duas correntes de pensamento no século XIX que explicavam a origem da humanidade. Em uma delas, a monogenista, considerava-se que houve uma origem única da humanidade – esta corrente foi influenciada diretamente por conceitos cristãos – e que a partir desta origem única, o homem se dividiu em tipos humanos diferentes por causa de uma virtual degeneração ou perfeição do indivíduo. A corrente poligenista afirmava que havia vários centros de origem humana, que explicava, desta forma, a quantidade de raças existentes no mundo.

> Os monogenistas continuam apoiando-se nos argumentos climáticos, geográficos, culturais para explicar as diferenças entre os homens e os poligenistas, remetendo-se às origens separadas. Contudo, estes últimos tinham como "ponto de honra" condenar os argumentos monogenistas, os quais eram identificados com uma forma de manter a tradição religiosa apresentada no Gênesis. Por isso, ao contrário do que ocorria no século anterior, a adesão à teoria poligenista era maciça, em nome da verdade científica contra as ilusões metafísicas. (SANTOS, 2002, p.47-48)

Os estudos antropológicos de Lacerda sorviam das teorias poligenistas atrelados às ciências físicas e biológicas e com uma metodologia instrumental que correspondia a esta dinâmica científica, pois a craniologia permitia explicar as diferenças étnicas e de gênero em uma gradação de inteligência, além de determinar as aptidões para determinadas atividades, verificar a saúde física e mental e definir nos indivíduos a personalidade (SANTOS et al, 2008, p.113). O uso destas técnicas de craniologia e

odontográficas nos índios fundamentou as conclusões de Lacerda em relação à inferioridade da raça indígena. Lacerda, em seus trabalhos no Museu Nacional, teve acesso a um instrumental importado da França, pois os protocolos metodológicos franceses, principalmente, os métodos usados por Paul Broca, serviam de referência científica para o Museu Nacional. Broca fundara, em 1859, a "Sociedade Anthropologica de Paris" e defendia, seguindo a tendência poligenista, que as diversidades humanas eram uma consequência imediata das diferenças na estrutura racial e que a análise do crânio comprovava a ligação entre a inferioridade física e mental (SCHWARCZ, 1993, p. 54). Desta forma, verificam-se que a ciência e as técnicas de Batista de Lacerda estavam alinhadas as correntes científicas que eram difundidas e respeitadas na época.

A partir da década de 1870, houve no Brasil uma miríade de estudos sobre raça, explorando conhecimentos biológicos como fundamentação, estes estudos formaram as teorias racialistas. Murari ao fazer uma conceituação do pensamento teórico racial brasileiro do século XIX, que envolve doutrinas racialistas, afirma que são "(...) teorias ou ideologias de fundo científico que vinculam todo o movimento da história ao comportamento da variável raça" (MURARI, 2007, p. 106). As teorias racialistas desenvolvidas no Brasil tiveram, a princípio, uma forte influência de cientistas europeus como Arthur Gobineau e Louis Agassiz. Estas teorias eram pautadas no darwinismo social, ou seja, o princípio biológico de evolução e de seleção natural foram absorvidos pelas ciências humanas, considerando que o processo de hereditariedade era fulcral para o desenvolvimento das condutas dos seres humanos. Quando as correntes de pensamentos europeias aportaram no país, segundo Schwarcz (1993, p. 41), estas ideias não foram traduzidas ipsis literis para o Brasil. Houve uma acomodação as necessidades interpretativas do país, tornando as correntes plásticas e utilitárias ao contexto nacional, através de uma seleção de autores e textos que correspondiam aos interesses vigentes. Segundo Costa (2006, p.49), os intelectuais brasileiros que estudaram a questão racial, após a metade do século XIX, construíram teorias que hierarquizavam as raças tendo como sujeito superior o indivíduo de raça branca.

Após a Proclamação da República, em 1889, os discursos cientificistas se mantiveram dominantes na sociedade, irradiando as suas percepções por várias esferas

de atuação, como nas políticas públicas, nas quais foram observados programas de higienização e saneamento nas grandes cidades. Estes programas continham grande teor eugênico e visavam uma sociedade mais próxima dos modelos avançados de civilização, comportando em seu bojo a eliminação da doença, da pobreza e da loucura; ou seja, o país seria melhor se a população fosse melhor. A adoção dos modelos civilizatórios de viés científico, mormente o evolucionista e social-darwinista, entravam no delicado terreno das raças, matéria que precisava de uma interpretação que abarcasse a condição de um país que fora escravocrata e que mantinha um indesejado legado.

Seis anos após a instalação da República, em 1895, Lacerda assume a direção do Museu Nacional e continua com os seus estudos que ficarm inseridos neste contexto de efervescência das teorias racialistas e nas polêmicas questões da miscigenação. Em relação aos indígenas, João Batista (1905, p.102), entendia que tanto no México quanto no Brasil o "sangue mestiço do índio" não era um impedimento que surgissem grandes homens que fossem ícones do patriotismo e de elevado grau de caráter. No entanto, Lacerda, pelo lado estético não observava que o cruzamento do índio com o branco resultasse em formas belas; diferente, do cruzamento entre brancos e negros, que resultava em formas belas e regulares.

Um dos grandes debates que se levantou sobre os estudos raciais foi a miscigenação do povo brasileiro. A princípio, a mestiçagem significava a degeneração da sociedade e havia uma tendência de pensamento que apontava que o atraso e a incivilidade do país decorriam das misturas de raças, Schwarcz (1993, pg.61) raciocina que "a evolução europeia, e em especial o tipo ariano, representaria para pensadores como Gobineau em caso extremo em que o apuro racial teria levado a um caminho certo, rumo à civilização". Desta forma, a mestiçagem dentro de uma proposta evolucionista não contribuía para que o país se integrasse as grandes nações do mundo.

> Para Gobineau, a mestiçagem é sempre o centro da questão racial. O autor supõe um estado inicial da humanidade em que a raça branca, superior em qualidade mas reduzida em número teria sido obrigada a se miscigenar para se manter e se perpetuar. Á mediada que a civilização foi avançando, esta raça "superior" teria caminhado no sentido de um crescente empobrecimento, pois da mestiçagem origina-se, seguindo o autor, uma raça instável que representa a degradação dos elementos "superiores". (MURARI, 2007, p, 108).

Na contramão desta linha de raciocínio que via como negativa a miscigenação, Lacerda se posicionou ao lado de outros intelectuais como Edgar Roquette-Pinto que enxergava a miscigenação como algo positivo. No decorrer deste trabalho, será abordada, a contribuição que João Batista Lacerda deu a esse debate, através de sua participação no Primeiro Congresso Universal das Raças, em 1911, realizado em Londres.

Os estudos desenvolvidos por Batista de Lacerda, no Museu nacional, embasados, evidentemente, na literatura científica vigente ao fim do século XIX e início do século XX fornecem os dados de compreensão da construção do seu pensamento social e racial. Foi visto até aqui que as suas pesquisas de fundo biológico e antropológico identificavam uma hierarquia na sociedade, na qual havia seres inferiores e superiores. Estes estudos ganharam matizes particulares, principalmente, sobre a questão dos mestiços no decorrer de suas pesquisas e foram defendidas no Congresso Universal das Raças, em 1911. No entanto, antes de entrar neste assunto, faz-se necessário entender a Primeira República; ou seja, entender o contexto social, político e cultural em que Lacerda desenvolveu o seu trabalho exposto no Congresso e que é fulcral no desenvolvimento desta pesquisa.

1.2 Primeira República e as Questões Políticas e Econômicas

Assim como o desenvolvimento e a instauração das teorias racialistas atravessaram o Império e chegaram à República, que havia sido recentemente instalada, João Batista de Lacerda também atravessou o Império e chegou à Primeira República trabalhando no Museu Nacional, que havia sido construído ainda pelo príncipe D. João em 1818, e no qual ele foi integrado em 1876, ou seja, durante o império de D. Pedro II. Batista de Lacerda assumiu a direção do museu após a Proclamação da República continuando a sua dedicação à ciência, do período imperial ao período republicano. Segundo Carvalho (1987, p. 11) essa transição do Império para a República marcou a primeira mudança de relevo no cenário político após a independência do Brasil e trazia uma concepção nova de governo, que era trazer para a atividade política, o povo. Nesta

seção serão apresentados os aspectos políticos e econômicos que envolveram a Primeira República e que foi o ambiente de atuação de João Batista de Lacerda.

Havia, na época, um sentimento dos ativistas pela causa republicana, que o novo regime traria a soberania da vontade popular e que o poder moderador da monarquia era um limitador de liberdades. Carvalho (1987, p.12) afirma que "embora proclamado sem a iniciativa popular, o novo regime despertaria entre os excluídos do sistema anterior certo entusiasmo quanto às novas possibilidades de participação". Ou seja, havia um clima de positividade em relação à instauração da República. O Imperador D. Pedro II, que contava com o apoio popular, viu seu prestígio diminuir, muito por conta da imprensa do Rio de Janeiro que suspeitava de sua capacidade mental e o ridicularizava em cartuns, descrevendo-o como "Pedro Banana" (SKDIMORE, 1998, p.106). A saúde de D. Pedro II estava debilitada em função da sua diabete, o que levava a uma possibilidade de sucessão pela sua filha, princesa Isabel, que não gozava de popularidade. Havia entre a elite brasileira um desconforto em aceitar uma mulher como autoridade máxima do país, além disso, uma opção de sucessão que era o marido da princesa, o conde d'Eu, também não era aceitável, pois sua nacionalidade era francesa, e a elite brasileira, embora francófila, era nacionalista quando o assunto era a família real. (SKIDMORE, 1998, p. 107).

Quando chegou o ano de 1889, as insatisfações em relação ao Império foram hiperbolizadas, mesmo sem os republicanos captarem para a sua causa uma grande parcela da sociedade civil. Em outro aspecto, houve uma ingente adesão dos militares descontentes, principalmente, os militares positivistas. Desta forma, um grupo de oficiais convenceu o marechal Deodoro da Fonseca a desferir um golpe contra o Império. Fausto (1999, p. 140) lembra que os partidários do marechal Deodoro eram compostos por veteranos da Guerra da Tríplice Aliança e por muitos oficiais não positivistas. Eles queriam basicamente restaurar a honra do Exército e projetá-lo a um local de importância que julgavam merecido, o que não aconteceu durante o Império. Havia, também, os partidários do marechal Floriano Peixoto, estes sim, com influência positivista e que se consideravam soldados-cidadãos, que tinham como missão construir um novo país, um país com ordem e progresso. Estes florianistas eram, em sua maioria, jovens oficiais que frequentaram a Escola Militar e que enxergavam o progresso como

“a modernização da sociedade através da ampliação dos conhecimentos técnicos, do industrialismo, da expansão das comunicações” (FAUSTO, 1999, p. 140). Em 15 de novembro de 1889, a República fora proclamada e, segundo Skidmore (1998, p. 108), virtualmente não houve um derramamento de sangue e o Império brasileiro foi derrubado não por um movimento social, e sim, por um golpe militar. A República se iniciou com um governo militar, tendo como presidente o marechal Deodoro da Fonseca, e os militares imediatamente aumentaram os seus salários em 50%, como pagamento pelo golpe, além de aumentar o efetivo do Exército de 13 mil para 25 mil soldados. Embora houvesse tido esse protagonismo dos militares, Fausto (1999, p.107) relata que havia uma rivalidade entre o Exército e a Marinha, pois o Exército era tido como representante da República enquanto a Marinha era associada à Monarquia.

Evidentemente, os interesses de se instalar a República uniram não só os militares, mas também outros grupos. Segundo Fausto (1999, p.139), eram grupos diversos que divergiam em relação à estruturação do país. A classe política que representava as províncias de São Paulo, Rio Grande do Sul e Minas Gerais, pleiteava uma República Federativa que contemplasse a autonomia das unidades regionais. No entanto, havia uma rusga em relação ao formato político, pois em São Paulo, o Partido Republicano Paulista (PRP), e os mineiros defendiam um modelo liberal; enquanto os republicanos do Rio Grande do Sul tendiam para o positivismo. O positivismo, que foi formulado pelo pensador francês Auguste Comte tendo como inspiração a etapa jacobina da Revolução Francesa e a tradição romana, possuía uma proposta de modernização conservadora, que se opunha aos políticos tradicionais. O positivismo desenvolvido por Comte tinha uma visão de fortalecimento do Estado, centralizando-o em uma figura republicana e ditatorial, o que inferia uma ação interventora do executivo. Outras propostas do positivismo encontraram boa recepção no espaço intelectual: a separação entre o Estado e a Igreja, a ênfase na formação técnica e na ciência (FAUSTO, 1995, p.232-233). Este último veio ao encontro das discussões em que se abordavam as questões nacionais, pois como afirma Schwarcz (1993, p.28) era necessário explicar o atraso brasileiro perante as sociedades europeias, era preciso entender as mazelas do país. Foi neste ambiente que a intelectualidade brasileira foi forjada e influenciada. Se entender os intelectuais como um produto de um sistema simbólico que, após ser produzido, também tem a função de produzir mais produtos

simbólicos, e assim reforçar a esfera intelectual hegemônica da época, pode-se chegar a proposição de Bourdieu (1989, p.9) que afirma que “os sistemas simbólicos, como instrumentos de conhecimento e de comunicação, só podem exercer um poder estruturante porque são estruturados”. Desta forma, o positivismo serviu de esteio para que intelectuais ligados a ciência desenvolvessem teorias a cerca das questões nacionais e estas teorias serviram para definir o país.

De um modo geral, os republicanos civis e militares pretendiam trazer a modernidade para o país e se afastar de modelos que eles consideravam atrasados. O fim da escravidão no país era um sinal desta modernização e o começo para ganhar respeito no cenário mundial. Skidmore (1998, p.110) afirmou que uma das medidas para difundir este novo padrão do país foi confeccionar volumes propagandísticos que mostravam a evolução do Brasil nos setores de transporte, de educação e de sistemas de comunicação. A participação de eventos internacionais que mostravam essa evolução também foi amplamente utilizada, como a Exposição de Paris de 1889, a Exposição Colombiana de Chicago de 1893 e o Congresso Universal das Raças de 1911 em Londres, no qual João Batista de Lacerda fez a comunicação sobre os mestiços do Brasil.

Ainda neste processo de revitalizar o país, a porção liberal dos republicanos movimentou-se em fazer uma nova constituição e que teve como característica fulcral uma profunda descentralização, seguindo os moldes da constituição estadunidense, tornando-se assim uma república federativa liberal. Esta constituição, que foi a segunda constituição brasileira, a primeira republicana, foi promulgada em fevereiro de 1891e teve como um dos principais redatores, o deputado liberal baiano Rui Barbosa. Pela nova constituição, as províncias se tornaram Estados e estes Estados “(...) ficaram implicitamente autorizados a exercer atribuições diversas, como as de contrair empréstimos no exterior e organizar forças militares próprias: as forças públicas estaduais” (FAUSTO, 1999, p. 141). Ou seja, houve a condição de ampla autonomia dos estados, o que garantia o fortalecimento dos poderes locais. Contudo, houve algumas permanências que igualava a constituição republicana à constituição imperial de 1824:

> No Império como na República, foram excluídos os pobres (seja pela renda, seja pela exigência de alfabetização), os mendigos, as mulheres, os menores de idade, as praças de pré, os membros das ordens religiosas. Ficava fora da sociedade política a grande maioria da população. (CARVALHO, 1987, p.44-45)

No caso das mulheres, Fausto (1999, p.141) diz que a Constituição não fazia uma menção direta a participação das mulheres no sufrágio, mas considerou-se que as mulheres não poderiam votar. Carvalho (1987, p.45) ainda alerta que a exclusão dos analfabetos era discriminatória, pois como o governo não tinha mais a obrigação pela Constituição de fornecer a instrução primária, como era exigida no Império, mas continuava a exigir ser alfabetizado para exercer um direito político, o Estado deliberadamente excluía os grupos mais pobres da sociedade do espaço democrático. Além disso, a constituição republicana de 1891, também desobrigou o Estado a promover socorros públicos o que demonstrava a condução de uma pauta liberal, atingindo os direitos sociais e, novamente, prejudicando os mais pobres. Antes da Constituição de 1891, o Código Criminal de 1890, proibiu greves e coligações operárias, confirmando o enrijecimento da ortodoxia liberal. Não houve por parte da República, uma expansão dos direitos civis e políticos, a descentralização política não resultou, segundo Carvalho (1987, p. 45), em uma cidadania política, na verdade, houve uma entrega do governo aos setores dominantes rurais e urbanos. Esta postura governamental contrastava com as promessas republicanas que criaram na grande população uma expectativa democrática.

A República, no seu início, com o Ministro da Fazenda, Rui Barbosa, realizou várias medidas para impulsionar o crédito e passar uma imagem de que a República era o "reino dos negócios" (FAUSTO, 1995, p.252). Foi uma torrente de negócios e de especulações financeiras que foi conhecido historicamente como Encilhamento. Estas medidas não se sustentaram economicamente, principalmente, após a crise de 1891 que foi gerada pela queda do preço das ações, pela falência de instituições bancárias e de empresas. Neste cenário econômico, o presidente marechal Deodoro assumiu uma posição mais autoritária fechando o Congresso e acenando para uma centralização política, através do fortalecimento do poder executivo. As ações de Deodoro tiveram um movimento reativo por parte dos seguidores do vice-presidente, o marechal Floriano Peixoto, da oposição civil e de setores da Marinha, que levaram Deodoro a renunciar em 23 de novembro de 1891. Floriano assumiu a presidência e estabeleceu uma união com

o Partido Republicano Paulista, ou seja, com a corrente liberal da política, pois percebia que só conseguiria estabilidade no governo com o apoio dos liberais.

A presidência de marechal Floriano Peixoto também passou por episódios turbulentos como a Revolta Federalista, conflito que ocorreu no sul do país e que colocou em oposição os republicanos históricos coadunados no Partido Republicano Rio-grandense (PRR), que seguiam o positivismo, e os liberais. Novamente, positivistas e liberais colocavam-se em rota de colisão. Neste conflito, Floriano apoiou, desta vez, o PRR, ou seja, o lado positivista. A situação não foi definida na gestão de Floriano, só houve a deposição de armas dos federalistas no governo de Prudente de Morais em 1895. O governo de Floriano foi marcado por um enrijecimento que suprimiu liberdades, censurando críticas contrárias; ele governava basicamente por decretos.

Outros eventos da Primeira República devem ser mencionados para construir o ambiente político em que Batista de Lacerda viveu e desenvolveu os seus estudos. Ainda no campo político, estabeleceu-se a política dos governadores, também chamada de política dos estados, que consistia em apoiar os grupos locais mais fortes de cada estado a fim de diminuir as disputas intestinas e compondo uma união entre o governo central e os Estados. Fausto (1995, p. 259) explica desta forma: "o governo central sustentaria assim os grupos dominantes nos Estados; enquanto estes, em troca apoiariam a política do presidente da República". Esta fórmula era o que garantiria a estabilidade política do país atuando em três procedimentos estruturais:

> empenho dos governos estaduais em manter o conflito político confinado à esfera regional; reconhecimento por parte do governo federal da plena soberania dos estados no exercício da política interna; manutenção de um processo eleitoral em que, a despeito dos mecanismos políticos que tentavam controlar as disputas locais, as fraudes continuavam frequentes (SCHWARCZ; STARLING, 2015, p.703-704).

Segundo Skidmore (1976, p. 99), a política eleitoral se tornou uma disputa pelo poder nas fileiras republicanas de cada estado, enquanto as disputas a nível nacional se tornaram um campo de negociações entre os republicanos dos estados mais poderosos como São Paulo, Minas Gerais, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Bahia e Pernambuco. Neste ínterim, desenvolveu-se a chamada política café com leite, que consistia na predominância do poder das oligarquias econômicas paulistas e mineiras, que se iniciou com a eleição de Campos Sales, em 1898, e foi até 1909, ano que houve a

cisão entre Minas Gerais e São Paulo. Ainda no aspecto eleitoral havia as práticas do voto de cabresto que eram uma demonstração de lealdade do votante ao chefe local, ou seja, o eleitor direcionava o seu voto a quem a autoridade local ordenasse. O voto era encarado como uma moeda de troca, onde se estabelecia relações de poder de cada região. Esse relacionamento era conhecido como coronelismo, que era justamente esta relação de negociação entre os chefes locais (os coronéis), os governadores do estado e o presidente da República (SCHWARCZ; STARLING, 2015, p.705). Segundo Fausto (1995, p.271), a campanha eleitoral para a presidência, em 1909-1910, foi a primeira disputa real para presidente do país na República, e que teve Rui Barbosa, como candidato da união São Paulo e Bahia e o marechal Hermes da Fonseca, que foi o Ministro da Guerra do governo de Afonso Pena e candidato apoiado por Minas Gerais, pelo Rio Grande do Sul e pelos militares. Segundo Schwarcz (2017, p.239), o apoio ao marechal Hermes, que não era o candidato predileto, representava reativar a ligação com as Forças Armadas que estavam afastadas do governo central desde o governo de outro militar, o marechal Floriano Peixoto. A vitória foi do marechal Hermes da Fonseca, sobrinho do também marechal e ex-presidente da República Deodoro da Fonseca e contou com o apoio da maioria dos políticos dos estados. Vale mencionar que na gestão do presidente Hermes que Batista de Lacerda foi ao Congresso Universal das Raças.

Em relação à participação dos militares nos eventos políticos, as pesquisadoras Schwarcz e Darling (2015, p. 724-725) afirmam que o comportamento militar revelava que a dinâmica política transcendia as áreas das instituições republicanas e dos partidos políticos, além de demonstrar, também que as intervenções militares, em sua maioria, tinham uma perspectiva reformista. Neste sentido, pode-se colocar neste raciocínio o movimento tenentista ocorrido na década de 1920. O Tenentismo foi um movimento que contou, mormente, com a participação de oficiais intermediários do Exército, ou seja, tenentes e capitães; e foi definida por Lanna Júnior (2003, p.315) como “uma ação política ou a ideologia dessa ação”. Um dos episódios mais marcantes deste período foi a revolta do Forte de Copacabana, em 5 de julho de 1922, que derivou de um cenário de ofensas ao Exército e a repressão contra o Clube Militar, na qual os tenentes se posicionaram como defensores da honra do Exército. A revolta ficou restrita ao Forte de Copacabana, no Rio de Janeiro, e deixou um saldo de dezesseis mortos e dois feridos

(os Dezoito do Forte). Dois anos depois houve uma revolução em São Paulo, eclodida em 5 de julho, que foi mais articulada do que a da capital e tinha o objetivo central de derrubar o governo do presidente Artur Bernardes. Entre os nomes que atuaram na revolta se destacaram o general reformado Isidoro Dias Lopes e os oficiais Joaquim e Juarez Távora, Eduardo Gomes e Miguel Costa, este último angariava apoio de uma parte da milícia estadual de São Paulo (FAUSTO, 1995, p. 309).

O movimento rebelde tomou alguns quartéis e os tenentes conseguiram controlar a cidade de São Paulo até o dia 27 de julho, quando abandonaram a cidade e seguiram para o interior em direção a Bauru, formando a chamada coluna paulista que recebeu um reforço de uma coluna vinda do Rio Grande do Sul. Esta fusão de colunas ficou conhecida como a coluna Miguel Costa-Luís Carlos Prestes ou coluna Prestes que lutava contra as oligarquias. O tenentismo tinha uma proposta de centralização de poder, pois enxergava as oligarquias como agentes de fragmentação do país, almejavam a construção da nação pela reorganização do Estado, como diz Fausto (1995, p.314), "construir o Estado para construir a nação".

Houve uma série de revoltas militares no país, no ano de 1924. No Rio de Janeiro, houve um levante no 3º Regimento de Infantaria que foi imediatamente solapado. Outras revoltas foram prontamente reprimidas como no Mato Grosso, no 10º Regimento de Cavalaria Independente, em Bela Vista, teve uma rebelião com a liderança dos tenentes Pedro Martins da Rocha e Riograndino Kruel, mas foi vencida por falta de adesão do regimento. Em Sergipe, funcionários estaduais, comerciantes e a população da cidade apoiaram o movimento dos tenentes, porém, foi no Amazonas que ocorreu a rebelião mais significativa. No dia 23 de julho, a cidade de Manaus e as cidades próximas foram tomadas. O tenentismo no Amazonas era direcionado para as questões sociais, havia acerbas críticas à administração pública, acusando as autoridades competentes de corrupção. Foi criada, neste período, a Comuna de Manaus, demonstrando a particularidade do movimento, que tinha um viés bem mais próximo à população.

No dia 4 de novembro do ano das revoltas (1924), houve uma importante revolta na Marinha, para ser mais exato, no couraçado São Paulo, quando um pequeno grupo de rebeldes subjugou os oficiais e a tripulação do navio. Houve um plano que não seguiu

adiante, que era de bombardear o Palácio do Catete. Depois singraram para fora da Baía de Guanabara e; por fim, os rebeldes se exilaram em Montevidéu, mas a intenção inicial era se juntar a Coluna Paulista que havia se formado após o levante de São Paulo.

Ainda no âmbito militar, em relação à Primeira Guerra Mundial, ocorrida entre 1914 e 1918, o Brasil teve uma participação discreta enviando apenas uma divisão naval, uma divisão médica e um pequeno contingente de aviadores com 13 pilotos, dos quais apenas 8 integraram a *Royal Air Force*[7] (RAF) em missões de patrulhamento. Não havia, pelas análises de Del Priori (2017, p.52), uma confiança na capacidade militar das Forças Armadas brasileiras. A entrada do Brasil, ao lado dos aliados, seguia um clamor de intelectuais como Coelho Neto, José Veríssimo e, principalmente, Rui Barbosa. Este alinhamento dos intelectuais residia na aproximação que eles tinham com a cultura francesa e por uma defesa de uma cruzada: "(...) a civilização latina contra a barbárie alemã" (SKIDMORE, 1978, p.167). Evidentemente, havia intelectuais que não eram favoráveis a participação do Brasil na Primeira Guerra, como Oliveira Lima e Capistrano de Abreu, pois se preocupavam que uma aliança com os aliados (seria o único da América Latina a fazer esta aliança) poderia causar uma dependência com os Estados Unidos. A participação dos intelectuais nos rumos do país é um ato contínuo na história do Brasil, e que será abordada com maior especificidade no decorrer do trabalho.

O período após a guerra foi favorável ao Brasil na parte econômica com crescimento no setor industrial, além de haver um crescimento no preço do café, principal produto de exportação brasileiro, mormente, em torno de 1925 até a crise de 1929, quando houve a quebra da Bolsa de Nova York. Contudo, este crescimento econômico não resultou em melhorias para a classe trabalhadora, ocasionando um período de greves entre 1917 e 1920 em várias cidades do país, principalmente, em São Paulo e no Rio de Janeiro.

A República entrou na década de 1920 como a residência de conflitos políticos e sociais e, no fim da década, houve um esgotamento da política café com leite. No processo tácito deste sistema, o presidente Washington Luís deveria indicar como seu

[7] Força Aérea Real é uma força independente subordinada as Forças Armadas Britânicas e criada em 1 de abril de 1918. Acesso em https://www.raf.mod.uk

sucessor na presidência o mineiro Antônio Carlos Ribeiro de Andrada, mas a sua indicação foi o paulista Júlio Prestes de Albuquerque. O candidato do presidente Washington concorrendo com o candidato Getúlio Vargas venceu as eleições de 1° de março de 1930. Vargas contava com o apoio da Aliança Liberal que segundo Fausto (1995, p.319) "refletia as aspirações das classes dominantes regionais não associadas ao núcleo cafeeiro e tinha por objetivo sensibilizar a classe média". Neste momento de campanha eleitoral, entram em cena novamente, os tenentistas que aderem, mesmo com algumas restrições, à Aliança Liberal.

Após a morte de João Pessoa[8] que fora candidato a vice-presidência ao lado de Vargas, estourou vários movimentos de oposição ao presidente eleito Júlio Prestes que levaram a eclosão de uma revolução a 3 de outubro de 1930 em Minas Gerais e no Rio Grande do Sul, com ampla participação dos militares e tendo como líder o então tenente-coronel Góis Monteiro. A revolução se espraiou ao Nordeste sob a liderança do tenentista Juarez Távora. Em 24 de outubro, no Rio de Janeiro, o presidente da República Washington Luís foi deposto pelos generais Tasso Fragoso, Leite de Castro e Mena Barreto e pelo almirante Isaías Noronha, ou seja, Exército e Marinha reunidos em uma motivação política. Este foi o fim do período conhecido como a Primeira República, que logo ficou popularizado como República Velha pelos intelectuais do autodenominado Estado Novo, não por caso isso foi uma disputa pela linguagem, pela nomeação, o que reflete um projeto de desqualificação do modelo anterior para uma louvação do novo cenário político, desta forma, "cada contexto cria novas formas de imaginar o país e tenta apagar o que existia até então (SCHWARCZ; DARLING, 2015, p. 768).

O advento da República trouxe uma constante disputa de poder na qual um modelo mais centralizado rivalizava com um modelo mais descentralizado. A República, como foi visto anteriormente, prometia a inclusão do povo nas participações

[8]João Pessoa, que fora sobrinho do ex-presidente da República Epitácio Pessoa, fazia parte de uma família que tinha o controle político da Paraíba. Pessoa foi assassinado com três tiros enquanto tomava chá na Confeitaria Glória, em Recife. Embora na época ele ocupasse o cargo de presidente da Paraíba, o seu executor, João Dantas, alegou uma motivação pessoal, e não política. Pessoa havia permitido que a polícia da Paraíba operasse uma vasculha no escritório de Dantas que era advogado e apreendesse documentos. Nesta operação foram descobertas cartas de amor entre Dantas e uma jovem chamada Anayde Beiriz, que se tornaram públicas pelo jornal A União. O escândalo levou ao suicídio da jovem. No entanto, Dantas era aliado a um desafeto político de Pessoa, o coronel José Pereira; fazendo com que o assassinato tome um viés também político (SCHWRCZ; DARLING, 2015, p.786).

políticas, porém, o novo regime se mostrou profundamente excludente, pois dimensionava uma visão de país em que grupos eram preteridos. Nesta construção de país, os estudos de Batista de Lacerda contribuíram para a legitimação da pretendida modernização nacional com os elementos populacionais que eram considerados relevantes neste processo.

1.3 Primeira República e as Questões Raciais e Sociais

A Primeira República brasileira foi marcada por alguns movimentos sociais importantes, algumas revoltas e rebeliões, como o Contestado e a Sedição de Juazeiro, que em cada momento refletiam as instabilidades e incongruências de um país que tentava a se ajustar a um novo regime. Um regime que conjugava modernização com exclusão. Dentre estes movimentos, este trabalho selecionou os que têm importância para o debate racial e que compõem o cerne desta pesquisa e que podem gerar uma intelecção do cenário em que se desenvolveram os estudos de Lacerda.

A Guerra de Canudos guarda semelhança com as revoltas do Contestado e de Juazeiro, pois houve, segundo Schwarcz e Darling (2015, p.726), um encontro entre a revolta e a mística, além de representarem locais em que o processo de modernização que o país pretendia erigir, mas que não foram contemplados. Canudos foi uma rebelião que se opunha a autoridade federal, entre 1896 e 1897, durante a gestão de Prudente de Morais, e que aconteceu no norte da Bahia, sendo liderada por Antonio Vicente Mendes Maciel, mais conhecido como Antonio Conselheiro. Conselheiro era o chefe espiritual e líder de uma comunidade sociorreligiosa. O governo republicano enviou quatro expedições formadas com tropas do exército para debelar a revolta. As três primeiras foram derrotadas causando grande repercussão na capital do país, o Rio de Janeiro, com jornais divulgando que o arraial de Canudos precisava ser destruído, pois era um foco monarquista. Na quarta expedição havia um contingente de 6581 militares entre oficiais e soldados. O Exército dizimou a comunidade sob o comando do general Arthur Oscar. A intervenção foi tão violenta que os prisioneiros foram degolados. Sobre o assunto Fausto diz que:

> Para os oficiais positivistas e os políticos republicanos, aquela tinha sido uma luta da civilização contra a barbárie. Na verdade, havia "barbárie" em ambos os lados e mais entre aqueles homens instruídos que tinham sido incapazes de pelo menos tentar entender a gente sertaneja. (FAUSTO, 1995, p.258)

Schwarcz e Darling (2015, p.730) afirmam que a República quis fazer de Canudos um exemplo da barbárie contra a civilização, um exemplo do atraso contra a modernidade. Inclusive, o crânio de Antonio Conselheiro foi levado para o Rio de Janeiro para ser examinado pelo médico Raimundo Nina Rodrigues para que a ciência, ou melhor, o racismo científico, fizesse a relação entre loucura e mestiçagem. Skidmore (1998, p.114) diz que este extermínio em Canudos poderia não ter sido conhecido pelo resto do país se o jornalista e intelectual Euclides da Cunha não tivesse publicado o livro Os Sertões, em 1902. Cunha havia acompanhado a história, pois trabalhava para o periódico O Estado de São Paulo e sua análise sobre a guerra confrontava o seu conhecimento baseado em teorias racialistas vigentes da época.

> Ele admirou as habilidades militares dos defensores e sua rude coragem. Ao mesmo tempo, não estava à vontade porque, pelas doutrinas racistas em voga, ele deveria ver os locais como mestiços cuja natureza "instável" era um mau presságio para o futuro do Brasil (SKIDMORE, 1998, p. 115).

A entrada no século XX trazia desafios para transformar o Brasil republicano em um país europeizado, um país moderno sem os estigmas coloniais e que implicava um recorte racial nas políticas públicas. O presidente Rodrigues Alves, eleito para conduzir o país de 1902 a 1906, promoveu um projeto de modernização das cidades. Este projeto civilizatório se serviu da capital do país, Rio de Janeiro, como "vitrine" que propagandeasse a nova postura do governo em relação ao país, em um período conhecido como Regeneração. Havia, neste projeto, três metas fulcrais que eram: a reforma urbana, conduzida pelo prefeito Pereira Passos; a modernização do porto do Rio sob a tutela do engenheiro Lauro Muller e o saneamento da cidade tendo como responsável o médico sanitarista Oswaldo Cruz (SCHWARCZ; DARLING, 2015, p.715). O historiador e pesquisador Ricardo Augusto dos Santos identifica o cenário do Brasil na época para explicar a necessidade destas medidas:

> Um imenso país, de vastas terras; uma natureza exuberante, onde tesouros estavam à espera do homem. Um paraíso terrestre. Esse país fantástico não pertencia apenas ao imaginário dos poetas. Assim, pensava boa parte dos intelectuais brasileiros. Mas esse paraíso tinha problemas. Além da miséria escandalosa, havia as doenças. As grandes avenidas, os cafés, os teatros luxuosos confundiam-se com os espaços ocupados por pobres, analfabetos e doentes. Para uma corrente do pensamento social, a construção da nação

> estaria radicada na adaptação aos padrões culturais europeus, de onde se originava um discurso que condenava a miscigenação racial e os hábitos (SANTOS, 2012, p. 59)

A transformação de um país atrasado em uma nação civilizada e europeizada passava por um necessário combate as moléstias que assolavam a cidade, mormente, a febre amarela. Era necessário também mudar traçados de ruas, alargá-las, enfim, modernizá-las. Esta tarefa coube ao prefeito do Rio de Janeiro, Francisco Pereira Passos, que fez várias obras para modificar a aparência do Rio. Uma capital do país como "vitrine" não comportava uma paisagem de pobreza, por isto, houve a expulsão da população pobre que residia na região central da cidade, assim como houve a expulsão das "cabeças de porco" e a demolição de casas, cortiços e hotéis baratos. Esta modificação física da cidade fora acompanhada por uma política de saúde pública que acabou suscitando uma nova revolta deste período republicano, a Revolta da Vacina. Esta revolta aconteceu entre 10 e 16 de novembro de 1904 e foi uma reação da população pobre à vacinação obrigatória contra a varíola, conduzida por Oswaldo Cruz. Neste sentido, Skidmore (1998, p.111) argumenta que "os positivistas eram os opositores mais ferrenhos, especialmente da vacinação compulsória que ia contra seu conceito de liberdade individual". Segundo Schwarcz e Darling (2015, p.719), as manifestações derivaram de uma má informação por parte da população, mas também de uma incompreensão do governo em não entender os costumes e histórias dos grupos que seriam vacinados. O governo decretou estado de sítio para conter os excessos da população, que depredaram edifícios e quebraram os meios de transporte. O governo republicano conseguiu conter a varíola no Rio de Janeiro, porém, o conflito resultou em 30 mortos.

Havia um sentimento por parte de muitos afro-brasileiros que as campanhas de saúde eram a liquidação de sua cultura africana (SKIDMORE, 1998, p. 111). O discurso da República era que estes procedimentos buscavam melhorias para a saúde de toda a população, porém, era uma estratégia de mudar a imagem da cidade que era associada a moléstias tropicais e doenças atreladas aos escravos africanos e imigrantes, e como dizem Schwarcz e Darling (2015, p. 720), "sobretudo a mestiçagem era considerada um grande mal, quase uma sina local". A preocupação em mudar a vitrine, ou seja, mudar a maneira como os outros países viam o Brasil, fizeram que os recursos destinados a saúde pública se concentrassem nas regiões costeiras. Estas regiões funcionavam como

um cartão de visitas do país. No entanto, houve também uma preocupação em pesquisar diversas áreas brasileiras para entender o que acontecia no âmbito da saúde, nesta perspectiva que Oswaldo Cruz designou que o médico Belizário Pena e o cientista Arthur Neiva percorressem grande parte do país como o norte da Bahia, o sudeste de Pernambuco, o sul do Piauí e o nordeste de Goiás para pesquisar as condições sanitárias destes estados. (SANTOS, 2012, p. 52).

Outra revolta de grande importância para entender a situação racial na Primeira República foi a Revolta da Chibata, ocorrida poucos anos após o conflito da vacinação obrigatória, pra ser exato em 1910. A grande motivação da revolta foi a reivindicação dos fins dos castigos físicos que os marinheiros ficavam sujeitos na corporação. Segundo Del Priori (2017, p. 41), "na ocasião rebelaram-se cerca de 2400 marinheiros contra os baixos salários, as péssimas condições de trabalho e alimentação e, particularmente, contra o uso de castigos físicos – as famosas chibatas (...)". O estopim da revolta foi a punição de 250 chibatadas aplicadas ao marinheiro negro Marcelino Rodrigues Menezes, apelidado de baiano, presenciada pela tripulação do maior encouraçado brasileiro da época, o Minas Gerais. O encouraçado tinha, neste momento, 887 praças e 107 oficiais, além de contar com oito carrascos que usavam para executar as punições cordas de linho com pequenas agulhas de aço amarradas nas pontas. Sales Júnior afirma que

> A Marinha de Guerra do Brasil era uma das instituições na qual a Abolição da Escravidão e a Proclamação da República alteraram apenas parcialmente as suas crenças, os valores e as práticas oficiais da Marinha. O uso do açoite como tecnologia disciplinar continuou sendo aplicado nos marinheiros, na sua esmagadora maioria pessoas negras, por determinação da oficialidade branca. Aliados a esse castigo, os baixos salários e a discriminação racial incentivavam um clima de tensão. (SALES JÚNIOR, 2006, p.147)

Neste período da revolta, o marechal Hermes da Fonseca havia sido eleito presidente do Brasil e teve que enfrentar este movimento insurgente militar que estava sendo gestado por dois anos, mas que eclodiu por ocasião da punição ao marinheiro Marcelino. Segundo Del Priori (2017, p. 41), não foi a chibata que propiciou a revolta, e sim, a chegada de dois novos navios que sobrecarregaram os marujos, que haviam reclamado do não aumento dos salários. De qualquer forma, as insatisfações abundavam e tornavam sensíveis as relações na Marinha, principalmente, nos quesitos raciais.

A revolta teve como líder João Cândido Felisberto, que ficou conhecido pela imprensa como o Almirante negro, e foi capaz de dominar além do couraçado Minas Gerais, os couraçados Bahia e São Paulo e mais o navio patrulha Deodoro, acionando, em sinal de advertência, os seus canhões contra o Rio de Janeiro, capital da República. O governo do recém-eleito marechal Hermes da Fonseca atendeu as reivindicações dos insurgentes, abolindo os castigos físicos e anistiando os envolvidos. No entanto, alguns dias depois, o presidente Hermes da Fonseca assinou o decreto n° 8400[9] que autorizava a baixa por exclusão dos marinheiros envolvidos na revolta. Em 4 de dezembro de 1910, 22 marinheiros foram presos acusados de conspiração e, no dia 9, ocorreu mais uma insurgência na guarnição da Ilha das Cobras, levando o governo a decretar estado de sítio. Os marinheiros do Minas Gerais e do São Paulo foram desembarcados e João Cândido foi preso com mais 17 companheiros na Ilha da Cobras. Eles foram encarcerados em um cubículo subterrâneo, no qual foi jogado cal virgem misturado à água. 17 presos morreram asfixiados. O Almirante Negro sobreviveu e após 18 meses presos foi internado em um hospício; Del Priori (2017, p.43) argumenta que os psiquiatras do Hospital de Alienados afirmaram que João Cândido não estava louco.

As pesquisadoras Schwarcz e Darling (2015, p. 724-725) inferem que a revolta dos marinheiros se agrega a uma dimensão maior de movimentos no seio militar, como a Revolta da Escola Militar e a Revolta dos Sargentos, demonstrando que havia dissensos no centro do poder republicano.

Ainda na década de 1920, outros eventos foram relevantes para entender a Primeira República, como movimentos artísticos que desejavam identificar e definir o país, como a Semana de Arte Moderna, ou mesmo pelo viés partidário, tentando encontrar novas vias políticas como o surgimento do Partido Comunista em 1922. Havia uma necessidade de equalizar melhor os sons dissonantes daquela República em formação. Segundo McCann:

> Às vésperas do centenário da Independência, as cidades brasileiras possuíam os adornos da modernidade, mas as áreas rurais ainda tinham um aspecto oitocentista, ou mesmo setecentista. Escritores e artistas podiam proclamar sua visão de um novo Brasil na famosa Semana de Arte Moderna em São

[9]Este decreto consta no Diário Oficial de 29 de Novembro de 1910 e pode ser acessado no site da Câmara Federal https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1910-1919/decreto-8400-28-novembro-1910-519237-publicacaooriginal-1-pe.html

> Paulo, mas no sertão nordestino, nas roças de cacau baianas, nos canaviais de Pernambuco, nos cafezais de São Paulo e Minas Gerais, de fato em todo o "interior", os "coronéis" controlavam a vida dos pobres. O sindicalismo começava a fazer-se presente, mas ainda por anos a elite política consideraria as atividades sindicais um caso de polícia (MCCANN, 2007, p.291).

Havia um clima de decepção em relação a República, em relação a modernização do país, como afirma Schwarcz e Darling (2105, p,741), que fez a intelectualidade brasileira questionar alguns dogmas tradicionalistas da cultura brasileira, como foi o caso da Semana de Arte Moderna realizada em São Paulo, em 1922. A Semana de arte Moderna foi um marco da entrada do Brasil no movimento artístico modernista e consistiu em uma série de peças de teatro, de exposições, de poesias e de concertos, inclusive com a presença de Heitor Villa-Lobos, um dos maiores compositores de música erudita do Brasil. Segundo Skidmore (1998, p.148) este evento foi financiado por Paulo Prado que era escritor e um cafeicultor de grande fortuna, tornando-se o mecenas da Semana de Arte. O evento foi liderado pelo mulato Mário de Andrade que era além de poeta, dramaturgo e músico.

O objetivo da Semana de Arte Moderna era de realizar uma crítica aos modelos artísticos importados e que estavam petrificados na cultura artística brasileira; a proposta era a renovação, utilizando as tendências estrangeiras, mas traduzindo-as para a realidade do país. Era na verdade, como ficou conhecida mais tarde, uma antropofagia cultural, "(...) a ideia era apresentar não um processo de assimilação pacífico, mas a tensão inerente a esse encontro, que levaria à deglutição crítica do outro" (SCHWARCZ; DARLING, 2015, p. 743). A Semana não teve um sucesso imediato no cenário nacional, recebendo várias críticas, porém, com as produções artísticas que foram realizadas após a Semana, como o Manifesto Antropófago de Oswald de Andrade em 1928, ela se cristalizou com um marco da cultura artística brasileira.

Skidmore (1998, p. 148) afirmou que "essa revolta artística era alimentada também por uma nova atitude em relação aos afro-brasileiros". A produção de uma arte nova que contemplava a transformação da influência estrangeira em algo nacional, mas também houve a exploração da cultura africana, além do retorno das culturas ameríndias, como foi o caso da obra de Mário de Andrade, Macunaíma. Neste romance de Mário de Andrade, publicado em 1928, o personagem principal que dá nome ao livro, nasce negro retinto, torna-se branco, um dos seus irmãos vira índio e o outro

irmão é negro. Andrade põe em seu livro a configuração racial do país e propõe uma abordagem de inclusão racial através da cultura. Embora, esta abordagem tenha ficado restrita a alguns intelectuais da época, sendo mais bem explorada por Gilberto Freyre, na década de 1930, quando ele formula no seu livro Casa Grande & Senzala que o cruzamento das raças é uma singularidade da nação brasileira, um modelo de sociabilidade, Schwarcz e Darling afirmam que

> Mário de Andrade e seu livro restaram como ícones desse novo momento em que o Brasil começava a se entender e autofotografar. Não só se negava o argumento racial e seu derrotismo, como a mestiçagem e a presença de negros aqui viravam características fundamentais: uma verdadeira fortuna (SCHWARCZ; DARLING, 2015, p.744)

Estes movimentos sociais, políticos e artísticos na área rural e nas áreas urbanas, além dos movimentos militares, demonstram insatisfações, assimetrias e incongruências nas propostas de condução da República. Havia uma constante luta por poder ou por poderes que oscilavam em tendências mais centralizadoras ou mais descentralizadoras. Havia, por parte da República, uma busca pela modernização do país que colocava em jogo vários interesses e que expunham as fragilidades de alguns grupos que não tinham tanta força política neste jogo de poder. Estes grupos, embora reivindicando maior participação, como fora aventado no momento da Proclamação da República, não foram contemplados com direitos quando a república se instaurou. Estes grupos foram marginalizados, como a população pobre, negra, indígena, sertaneja, mestiça, assim como as mulheres. Segundo Santos (2002, p.129) "A preocupação com a nova ordem, a República, que vem substituir o Império decadente, colocava uma nova questão: que tipo de cidadão queremos para formar esta nação agora livre. Obviamente, não os escravos (...)"

Nesta linha de raciocínio, entende-se que havia um país que se pretendia moderno, civilizado e que se enquadraria nos moldes europeus. Um país excludente que escolhia quem pertencia a este modelo. Um país que escolheria os grupos que formariam esta nação modernizada, um país de "homens bons". Este estudo resgata o conceito de homens bons que surge na história brasileira no período colonial, mas que entra no império e continua na República. Segundo Fausto (1995b, p. 38), os homens bons são "(...) proprietários residentes na cidade, excluídos os artesãos e os considerados os impuros pela cor e pela religião, isto é, negros, mulatos e cristãos

novos". Estes homens bons tinham, na época colonial, o direito ao voto para compor as Câmaras Municipais das cidades ou vilas, por isso, a exigência de ser "residente"; estas Câmaras tinham autonomia nas finanças, arrecadavam impostos, nomeavam juízes e podiam julgar alguns crimes. Carone (1971, p.86) observa que os homens bons adentram na República na condição de os ricos proprietários de terras, ou melhor, como os barões e coronéis, representantes das oligarquias latifundiárias que têm uma ascendência sobre o legislativo e o executivo.

A referência do homem bom traz em seu cerne uma condição de poder e, ao mesmo tempo, de exclusão, como foi visto, os negros e os mulatos não cabiam nessa definição, ou seja, na constituição deste homem bom há uma carga racial inerente, há um recorte social e até religioso. Este homem qualificado como bom corresponde a uma identificação com o poder econômico e social. Nietzsche com a sua obra Genealogia da Moral, publicada em 1887, debruçou-se sobre o significado da palavra bom historicamente e argumentou que esta palavra está associada aos homens nobres e poderosos, desta forma, bons são "(...) aqueles que ocupam destaque e têm a alma enlevada que julgaram e fixaram a si e a seu agir como 'bom', ou seja 'de primeira ordem', em oposição a tudo o que é baixo, mesquinho, comum e plebeu" (NIETZSCHE, 2017, p. 22-23). O bom está associado aos homens de classe superior, ao nobre e ao aristocrático, em contrapartida, o mau está associado ao plebeu e ao comum. A adjetivação de mau não é só uma sinonímia para o plebeu, para o pobre, há também uma correspondência racial como diz Nietzsche:

> O termo latino malus [mau] (que eu relaciono como o grego melas, "negro") pode designar o homem plebeu de cor morena e de cabelos e de cabelos pretos (hic niger est – esse é negro), como o autóctone pré-ariano, presente em solo italiano, que se distinguia muito, por sua cor, da raça conquistadora e dominadora de loiros arianos. Ao menos o gaélico forneceu um indício semelhante: a palavra fin (por exemplo, no nome Fin-Gal) é o termo que designa de maneira distintiva a nobreza e, finalmente, significa "o bom", "o nobre", "o puro", embora significasse originalmente "o de cabelos loiros" em oposição ao ocupante primitivo que era de cor escura, de cabelos negros (NIETZSCHE, 2017, p.26).

O Brasil republicano para se transformar em uma grande nação precisava ter como parâmetro de configuração populacional "os homens bons". O país não avançava por possuir uma população majoritariamente negra e mestiça, não era uma população de "homens bons". E como foi visto anteriormente o racismo científico tinham se instalado

na mentalidade das elites brasileiras, através das teorias racialistas. Segundo Skidmore (1998, p.112), "(...) a elite brasileira pós-1870 logo caiu sob a influência de doutrinas europeias e norte-americanas de racismo científico, que apontavam a 'evidência' biológica e histórica para justificar suas afirmações da superioridade branca". O Brasil estava em uma aporia, porém, a imigração de europeus que já era realizada durante o Império, com o objetivo de substituir a mão de obra escrava, pois a escravidão já estava condenada, e que também foi utilizada pelos republicanos para promover o desenvolvimento econômico; serviu também há uma política de branqueamento, que implicava uma política de imigração. Para crescer como país era necessário branquear-se. E esta foi a tese apresentada por Lacerda no Primeiro Congresso das Raças, em 1911; o país mestiço tornar-se-ia branco no prazo de cem anos. Moraes (2014, p.148) destaca que a imigração de europeus para o Brasil se valia de robusta propaganda na Europa e que a intenção não visava apenas a questão econômica, pois havia a intenção de branquear a população. A miscigenação por incentivo a imigração de europeus brancos seria a solução para a modernização brasileira.

> A elite acreditava que a resposta estava na miscigenação, combinada com a alta mortalidade (natural) afro-brasileira. Em outras palavras, os brasileiros brancos estavam apostando basicamente na mistura de raças, um processo que horrorizava os norte-americanos brancos, para gradualmente tornaram-se o equivalente da raça superior (SKIDMORE, 1998, p. 112).

Fausto (1995, p.275) estima que entre 1887 e 1930 chegaram ao país 3,8 milhões de imigrantes e, no período de 1887 a 1914, houve um pico de 2, 74 milhões de estrangeiros. Ana Luísa Z. de Moraes (2014, p.149) entende que estes dados coincidem com a extinção do trabalho escravo e a consolidação do regime republicano. Ela argumenta que a grande maioria destes imigrantes, neste período, foi para São Paulo para solucionar o problema da mão de obra nas propriedades cafeeiras. Esta explicação coincide com as explicações de Fausto (1995, p.275) que argumenta que houve uma demanda maior de imigrantes pela intensificação da produção de café neste período, e com a deflagração da Primeira Guerra Mundial em 1914 houve uma natural queda de imigrantes, que se restabeleceu em 1918, com o fim da guerra, até 1930.

A Guerra trouxe a baila o debate sobre o nacionalismo e alimentou a necessidade de uma mobilização nacional para o crescimento do país. Esta discussão era pautada por um sentimento do social-darwinismo, pois, sob a alegação de que o mais forte sobrevive

a guerra na Europa deixou um recado ao país “Ou o Brasil arregimentava grandes esforços e tornava-se uma grande nação, ou sucumbiria à dominação de grandes potências estrangeiras” (SKIDMORE, 1978, p.190). A intervenção na guerra fez projetar o Brasil no cenário latino-americano, inclusive, sendo convidado a enviar uma delegação para a Conferência de Paz de Versailles.

Havia uma urgência em se encontrar o rumo para o país, em se colocar o Brasil como uma grande nação, e as soluções para este imbróglio passavam pela questão racial. Os governos da Primeira República dedicaram-se a modernizar e civilizar o país e nesta conformação de políticas que visavam livrar o Brasil do atraso foi visto nesta seção que foram implantadas políticas de exclusão. Estas políticas geraram movimentos insurrecionais, que foi visto neste subcapítulo, e desafiaram o projeto de um Estado purgado. Havia um objetivo a ser alcançado, havia uma configuração de população almejada e que os estudos de João Batista de Lacerda contribuíram para legitimar estas políticas excludentes. Desta forma, investigar como o papel do intelectual atuou na dinâmica de construção do país ajuda a intelecção dos motivos que levaram a esta pesquisa sobre os estudos de Lacerda e permite entender a participação dos intelectuais neste processo.

Capítulo 2 Os Intelectuais

2.1 Lacerda e o Papel do Intelectual

É importante, antes de avançar no panorama intelectual que compunha o estado de arte da época, entrar na discussão epistêmica da relevância do intelectual na sociedade e o lugar de João Batista de Lacerda neste meio. Norberto Bobbio ao desenvolver um estudo sobre o papel do intelectual discorre que as análises realizadas identificam os intelectuais como um grupo, ou mesmo com uma classe que se relaciona com outras classes, apontando a sua trajetória histórica e seu contexto singularizado, dependendo, obviamente do país que pertence a classe estudada (BOBBIO, 1997, p.68).

Bauman (2010, p.15) argumenta que a palavra intelectual no início do século XX tinha um sentido de resgate e difusão do conhecimento iluminista dimensionando preocupações globais e era constituída por um grupo amplo que englobava artistas, romancistas, cientistas, entre outros. Estes intelectuais agiam em conformidade com as suas inclinações e interferiam de modo imediato no plano político pela ascendência de suas opiniões sobre o imaginário da nação e dos agentes políticos.

Saindo de uma primeira aproximação sobre o tema e especificando com mais acuidade a sua compreensão sobre uma tipificação dos intelectuais, Bobbio (1997, p. 72) classifica-os como ideólogos e expertos. Destarte, ele chega a essa definição: "Creio ser suficiente dizer que por ideólogos entendendo aqueles que fornecem princípios-guia, e, por expertos, aqueles que fornecem conhecimento-meio" (BOBBIO, 1997, P.73). Ou seja, os ideólogos se empenham na elaboração de arcabouços que legitimam valores e concepções de vida, suscitando princípios que direcionam as ações de uma sociedade; enquanto os expertos são os construtores do conhecimento técnico que apresenta meios para respaldar as decisões políticas.

> A necessidade de conhecimentos técnicos aumentou na sociedade moderna, especialmente a partir do momento em que o estado passou a intervir em todas as esferas da vida, particularmente na das relações econômicas e das relações sociais: é evidente que um Estado não pode tomar providências contra a inflação sem o parecer dos economistas ou realizar uma reforma sanitária sem o parecer dos médicos. (BOBBIO, 1997, p.73)

Antonio Gramsci (1982, p.6) considerou que "todos os homens são intelectuais", pois mesmo nas atividades de "esforço músculo-nervoso" as pessoas não se abstêm totalmente do esforço mental, porém, esta intelectualidade não é exercida prioritariamente por todos, apenas alguns se utilizam desta função, Francis Bacon falara desse assunto séculos antes de Gramsci quando afirmou que "todos os feitos se cumprem com instrumentos e recursos auxiliares, de que dependem, em igual medida, tanto do intelecto quantos as mãos" (BACON, 2002, p.11). No entanto, uso do intelecto como atividade principal é o que diferencia o intelectual de quem não tem essa exclusividade.

Segundo Chomsky (2017, p.12), o conceito de intelectuais, na acepção mais moderna, deriva do "Manifesto dos Intelectuais", realizado em 1898, escrito por intelectuais que defendiam o oficial de artilharia Alfred Dreyfus que fora preso e

acusado de traição, espionagem e conspiração contra a França em favorecimento da Alemanha. Todo este processo escondia uma manobra sub-reptícia dos militares que forjaram provas para a condenação de Dreyfus[10]. É, justamente, esta movimentação dos denominados dreyfusianos que inaugura a imagem dos intelectuais, ou seja, os intelectuais representados como defensores da justiça que entram em embates contra o poder estabelecido corajosamente. Nesta definição do intelectual, defendida por Chomsky, reside mais uma proposição do que um conceito fechado. Há em sua análise uma percepção de como deveria agir o intelectual, visto que em seu exemplo, na época, havia uma miríade de opositores intelectuais que divergiam desta posição dos dreyfusianos.

Mas Chomsky (2017, p.15) aprofunda a sua análise e destaca dois tipos de intelectuais. O primeiro tipo é formado pelos "intelectuais orientados pelos valores" que podem se transformar em um problema para alguns governos, pois estes agem, muitas vezes, contra o status quo. O outro tipo é formado pelos "intelectuais tecnocráticos e orientados pela política" que são responsáveis pela edificação de diretrizes políticas que fortaleçam as instituições e que mantenham segura a doutrinação dos jovens em prol dos desígnios do Estado. Estes últimos são tidos como intelectuais responsáveis, pois não são como os intelectuais orientados pelos valores que podem perturbar a paz e a harmonia do Estado. Esta tipificação não é rígida, pois, dependendo dos interesses esta qualificação pode ser invertida, Chomsky (2017, p.18) oferece um exemplo claro disto quando lembra a questão do Nelson Mandela que, na época do presidente estadunidense Ronald Reagan, ele era considerado um terrorista, de acordo com o relatório do Pentágono, o que fez os EUA estabelecerem um apoio ao regime de apartheid da África do Sul, que implicava intensas relações comerciais e apoio às investidas dos sul-africanos aos países limítrofes. Em 2008, com a mudança de atitude política dos EUA, o nome de Mandela foi retirado da lista de terroristas e ele pôde entrar no país sem

[10]Alfred Dreyfus foi um oficial do Exército francês que, em 1894, trabalhava no Estado-Maior da França e foi acusado de vender segredos militares à Alemanha. Dreyfus sobre uma intensa campanha de difamação de monarquistas, antissemitas, clericais e nacionalistas, acabou condenado injustamente à prisão perpétua na Ilha do Diabo, que fica na Guiana Francesa, em um processo fraudulento. O caso foi polarizado e houve os que concordavam com a condenação do oficial judeu, o "antidreyfusianos" e os que defendiam a sua inocência os "dreyfusianos". Um dos "dreyfusianos" foi o escritor Emile Zola que escreveu uma carta aberta ao presidente da Terceira República francesa, Félix Faure, intitulada "J'accuse" que defendia Dreyfus e fazia severas críticas a postura antissemita e autoritária do alto escalão do exército francês (COSTA, 2016, p.5).

maiores problemas. Ou seja, o direcionamento político pode definir que tipo de intelectual é o louvado pelo país.

Renato Janine Ribeiro (2006, p.2) ao trazer a sua definição afirma que o intelectual teria a especificidade de ser o cientista das humanidades, ou seja, quem aborda as questões das ciências humanas e sociais, além de explorar as áreas da Filosofia, das Letras e da História. No entanto, ele considera que o cientista, ao trabalhar com as ciências biológicas ou exatas, lida com as coisas, diferente do intelectual que lida com os homens, o que o aproxima do seu objeto, pois é um ser humano estudando outro ser humano. Esta definição é refinada por Ribeiro que ao entender que a distinção de objetos de estudo não se mantém, pois há uma aproximação que torna possível que haja cientistas do social e intelectuais das ciências biológicas. Destarte, os objetos de estudo perdem seu apanágio exclusivo e propiciam leituras mais complexas, porém, isto só é possível, pois o ponto referencial foi transmutado para a publicidade do conhecimento.

> Proporemos então outra definição de intelectual: ele é quem lida com a ágora, com dar caráter público àquilo cujo conhecimento estaria, num primeiro momento, fechado no ambiente acadêmico. Assim, nem todo estudioso das ciências humanas e sociais é intelectual, nem todo cientista das exatas e biológicas se coloca fora do mundo da intelectualidade. O que caracteriza o intelectual é fazer uso público do conhecimento (RIBEIRO, 2006, p.7).

Segundo Edward Said (2005, p.25), o intelectual "(...) é um indivíduo dotado de uma vocação para representar, dar corpo e articular uma mensagem, um ponto de vista, uma atitude, filosofia ou opinião para (e também por) em público". O intelectual, neste sentido apregoado por Said, é uma representação de uma concepção de mundo, praticamente um avatar de uma ideologia que se torna pública e corporificada pela sua defesa epistêmica. Said (2005, p.27) tem uma proposta semelhante a percepção de Janine Ribeiro e lembra que ao analisar o intelectual não se deve considerar apenas a sua participação como porta-voz de um grupo ou de um ideal, mas é necessário observar a sua característica pessoal, a imagem, o desempenho e a intervenção efetiva; elementos estes que compõem a "força vital" do intelectual.

O intelectual dentro do campo científico luta pelo reconhecimento que lhe dá legitimidade, ou melhor, autoridade. Esta autoridade está atrelada diretamente a uma aceitação de regras de um jogo em que para ganhar espaço é necessário passar pelo

crivo de um grupo dominante, que como lembra Bourdieu (1976, p.7), serve de parâmetro para as produções científicas. O pesquisador necessita de uma reputação para granjear mais recursos para a sua pesquisa e para se legitimar no campo científico, porém, esta reputação só pode ser adquirida com a anuência de seus próprios pares. Isto cria uma rede social que coloca os seus participantes como concorrentes, mas também como legitimadores de suas competências. Conquistada esta autoridade as produções se tornam visíveis no mundo científico e dependendo dos interesses políticos podem ganhar projeção na esfera pública. Jessé Souza argumenta de como o discurso dos intelectuais serve a um propósito de legitimação afetando de forma peremptória a vida de uma sociedade, principalmente, nas questões políticas:

> Afinal, no mundo moderno, é a "ciência", substituindo a função das religiões éticas nas sociedades pré-modernas, que detém a "autoridade legítima" para falar no espaço público sobre qualquer assunto relevante. A esfera política não é exceção. A forma dominante de se perceber a política no Brasil foi produto de intelectuais cujas "ideias" foram associadas, de modo intencional, ou não, a "interesses" poderosos. (SOUZA, 2015, p.19).

O intelectual no curso de sua produção científica entra em jogos de interesses que determinam a sua própria pesquisa, pois o que vai dar publicidade a uma pesquisa é o quanto ela pode ser interessante ao público, ou que seja interessante para algum grupo que chegue ao público os resultados de uma pesquisa. Um exemplo claro desta assertiva foi o financiamento, por parte do governo brasileiro, à delegação que embarcou para Londres, em 1911, para participar do Primeiro Congresso Universal. João Batista de Lacerda, que fazia parte desta legação, apresentou a comunicação que tratava da questão dos mestiços no Brasil e apontou um cenário positivo para o futuro do Brasil, ou seja, a pesquisa servia aos planos governamentais do país. Mais adiante esta comunicação no Congresso será explorada com maior acuidade.

Após essa breve análise do termo, nesta pesquisa o conceito utilizado por Bobbio para intelectual, e de certa forma, corroborado por Chomsky, no qual aparecem dois tipos de intelectual, será o referencial para se entender este estudo. Um dos tipos é o que suscita princípios e que são orientados pelos valores (Chomsky), denominado de ideólogo (Bobbio),e o outro tipo é o experto (Bobbio) que é um tecnocrata, orientado pela política (Chomsky); este último pode ser entendido, no cenário brasileiro, como nome de "homens da sciencia" como tipifica Schwarcz (1993, p.40). Estes dois tipos, nesta pesquisa, misturam-se para formar um corpo intelectual que é perpassado pela

concepção de publicidade defendida tanto por Janine Ribeiro quanto por Said. E esta publicidade corresponde a uma autoridade e reputação adquirida pelos intelectuais, que pode ser instrumentalizada por esferas estatais ou privadas. Os intelectuais brasileiros entram nesta rede intrincada de legitimações de discursos e de posicionamentos políticos. A escolha destes tipos, que mistura valores e tecnocracia, abarca os intelectuais brasileiros que defendiam as teorias racialistas, eram ideólogos-expertos, destarte, a Ciência e a Moral caminhavam de mãos dadas no meio intelectual brasileiro. Neste sentido, o médico, cientista e bacharel em Letras, João Batista de Lacerda, pode ser inserido nesta categoria de um intelectual ideólogo-experto no contexto do Brasil Republicano.

2.2 Intelectuais no Brasil Republicano

Como já foi mencionado, os intelectuais brasileiros foram muito influenciados por intelectuais de países europeus e dos EUA. Carvalho (2007, p.127) conta que Oliveira Viana ao explicar a pouca repercussão de seu mestre Alberto Torres dizia que a causa foi a falta de citação de pensadores estrangeiros. Silvio Romero (1888, p.4) afirmou que "a literatura no Brasil, a literatura em toda a América, tem sido um processo de adaptação de ideias europeias às sociedades do continente". A nossa intelectualidade só era legitimada se fizesse conexão com a produção intelectual estrangeira, ou seja, a aceitação de seus pares provinha de um argumento de autoridade vinculado a pensadores não brasileiros.

Segundo Ortiz (2013, p.609), os pensadores sociais brasileiros, em sua grande parte, dedicaram-se a entender as questões nacionais. E cada pensador desenvolveu os seus estudos defendendo perspectivas distintas, de acordo com os contextos históricos e os interesses envolvidos. No entanto, no final do século XIX e início do século XX, muitos intelectuais estavam atrelados "às teorias raciológicas e racistas que impregnam a ciência brasileira (muitos dos axiomas considerados na época como verdadeiros já tinham sido descartados pela comunidade científica europeia)" (ORTIZ, 2013, p.615). As teorias racialistas entraram no Brasil não pelo caminho natural que seria da ciência,

mas pela literatura. No final do século XIX as concepções social-darwinistas e evolucionistas permearam as produções literárias, mormente, no estilo literário conhecido como naturalismo, o qual absorveu em larga medida os modelos científicos deterministas. Escritores como Júlio Ribeiro com a sua obra naturalista A Carne (1888) é um exemplo da influência de Spencer; além dele outras obras com os seus respectivos escritores cederam a esta tendência científica como Raul Pompeia com o Ateneu (1888), Afrânio Peixoto com A Esfinge (1911) e Horácio de Carvalho com O Chromo: um estudo de temperamentos (1888) (SCHWARCZ, 1993, p.32). O naturalismo estava inserido no movimento racionalista que se difundiu na segunda metade do século XIX, período em que a burguesia se estabelece como força política, econômica e cultural na sociedade abrindo demandas, por vezes, contraditórias (SODRÉ, 1995 p. 381). Sodré foi bem severo na crítica ao naturalismo, em relação à obra de Júlio Ribeiro, por exemplo, o crítico literário apontou que

> Júlio Ribeiro surge com A Carne, em 1888, para servir como exemplo frisante da falsidade em literatura. Apresentando-se sob a égide de Zola e enrolando o caso feminino que constitui o romance em roupagens pretensamente científicas, Júlio Ribeiro levou a intencionalidade em arte a limites desmedidos. O livro, marginal nas letras, não resiste à menor análise, seja de forma, seja de conteúdo. (SODRÉ, 1995, p.394-395)

Sodré (1995, p.395) de modo geral, afirma que os escritores naturalistas tentaram se aproximar da produção dos escritores estrangeiros como Emile Zola, mas o movimento não gerou muitas obras de expressão no cenário da literatura nacional. Ele destaca O Cortiço de Aluísio de Azevedo (1890) como a principal obra, mas, embora seja pessimista com a contribuição do naturalismo, enxerga de forma positiva o interesse dos escritores brasileiros do naturalismo em compreender e interpretar o povo e o país.

Schwarcz (1993, p. 26-27) ao argumentar sobre os intelectuais brasileiros, ela considera que havia grupos distintos com formações e aspirações profissionais diversas. Não era possível, também, definir como padrão uma origem social-econômica destes grupos. Mais uma coisa deixa claro em seu trabalho, os “intelectuais da ciência” estavam atrelados às suas respectivas instituições, que eram museus, laboratórios e faculdades de Direito e de Medicina, legitimando através delas, as suas pesquisas e suas descobertas científicas. Carvalho (2007, p. 87) aponta que a década de 1870 foi importante para a formação dos intelectuais, pois a partir deste período as escolas de

direito desenvolveram com maior profundidade o pragmatismo e a diversidade. Em 1879, por exemplo, houve uma reforma que separou o curso em ciências sociais, que formavam administradores, políticos e diplomatas; e ciências jurídicas, do que formavam advogados e magistrados. Essa divisão do curso respondeu diretamente a um problema verificado no Império, a abundância de bacharéis. Não havia tanta demanda para tantos profissionais do direito na magistratura. Carvalho (2007, p.86) lembra também da infiltração no Brasil das correntes de pensamentos europeias, como o positivismo e o evolucionismo.

Neste contexto, vale ressaltar que na década de 1870 o país passava por um período de ebulição O país mantinha um sistema escravocrata que resistia, mas que estava sendo desmontado. Logo no início da década, em 1871 a Lei do Ventre Livre foi decretada, tornando livre todos os filhos de escravas que nasciam a partir da data da lei, sentenciando o fim da escravidão no Brasil (SCWARCZ, 1993, p.). A imigração se acentuou nesta fase como substituta, a princípio, da mão de obra escrava (FAUSTO, 1995, p.206). As ideias republicanas ganharam força no cenário político, inclusive com o surgimento do Partido Republicano Paulistano. Neste período a aristocracia paulista, oriunda da ascensão econômica das plantações de café, sentia-se desprivilegiada em relação ao poder político dos latifundiários do Rio de Janeiro junto ao Imperador. As elites hegemônicas, desta forma, estavam sendo questionadas e o próprio Estado imperial estava em uma situação turbulenta com alguns setores de poder, como a Igreja e o Exército.

Em relação à Igreja, houve a notória Questão Religiosa, que consistiu em uma querela nascida de uma determinação do bispo de Olinda, Dom Vital, que proibiu, seguindo ordens do Vaticano, a entrada de maçons nas irmandades religiosas. O problema desta decisão é que a maçonaria exercia grande influência nas altas camadas de poder, por isso, Dom Vital acabou sendo preso, em 1874, e logo em seguida, o bispo do Pará, Dom Macedo Costa, foi também preso por seguir as determinações papais. A resolução do imbróglio só aconteceu entre 1874 e 1875, quando houve um acordo que contou com a anistia dos bispos, o desmonte do Gabinete Rio Branco que foi responsável pela condenação dos bispos, e com o fim da proibição do ingresso nas irmandades (FAUSTO, 1995, p 229-230).

A relação entre o Exército e a Coroa também foram perturbadas, principalmente após o fim da Guerra da Tríplice Aliança, finda em 1870, porém, vale lembrar que as forças militares permaneceram no Paraguai até 1876. O Exército ganhou mais autonomia e, mesmo antes da guerra, abordou pautas corporativas que pleiteavam melhorias para a instituição, além de reivindicar projetos para o país que incluíssem a abolição da escravidão e um enfoque nas questões de educação e indústria (FAUSTO, 1995, p. 231). Estas propostas eram defendidas, mormente, pela ala mais jovem militar que frequentou a reformulada Academia Militar. Como foi visto anteriormente, o positivismo, junto com evolucionismo social, o naturalismo e social-darwinismo, foi uma das correntes que chegaram ao país na década de 1870; sendo que esta corrente foi apropriada pelos militares. Benjamim Constant como professor na Escola Militar de Realengo difundiu as teorias positivistas e fez da Escola um núcleo de contestação do regime monárquico.

Após a Proclamação da República, em 1889, os discursos cientificistas se mantiveram dominantes na sociedade, irradiando as suas percepções por várias esferas de atuação. Na medicina, o racismo científico ganhou um defensor contumaz, o médico e cientista positivista maranhense Raimundo Nina Rodrigues, que seguia a corrente do darwinismo social e da antropologia criminal, e identificava a inferioridade das populações negras e mestiças do Brasil. Neste sentido, segundo Moraes (2014, p. 38), Nina Rodrigues em seu primeiro trabalho científico, que versava sobre a lepra, concluía que a doença tinha uma maior incidência sobre a população mestiça e que a expansão da lepra foi causada pelos africanos, pois, eles tinham maior participação na constituição física da população mestiça.

Os trabalhos de Nina Rodrigues que chamaram mais atenção foram os dedicados a antropologia criminal, principalmente no início da República, como As raças humanas e a responsabilidade penal do Brasil (1894), Negros criminosos (1895) e Mestiçagem, degenerescência e crime (1899). O cientista maranhense deixou nítido em seus estudos que a mestiçagem racial ocasionou a degenerescência da sociedade. Em relação especificamente aos mestiços, que se tornaram o alvo de suas pesquisas, Rodrigues afirmava que eles estavam alocados em subdivisões que seriam: os mulatos, os mamelucos ou caboclos, os curibocas ou cafuzos e pardos. Por essa diversidade os

mestiços não conseguiriam uma unidade antropológica contribuindo, destarte, para a criminalidade (SCHWARCZ, 2009, p.96). Outro ponto a se observar pelas análises de Nina é que o avanço da mestiçagem faria desaparecer as raças puras, com isso a raça branca não teria predominância no Brasil. Partindo da premissa aceita na época sobre a inferioridade dos negros e dos índios perante os brancos, Nina entendia que a mestiçagem representava um grande problema para o país.

> As conclusões de Nina Rodrigues levavam a acreditar no fracasso da nação e na inviabilidade de um povo mestiço, como o nosso. Tese difícil, diante de um país cuja República, pretendia redimir-se do espectro da escravidão por meio da defesa da igualdade social. (SCHWARCZ, 2009, p. 101)

Nina Rodrigues atuou em uma perspectiva de medicina social que focava no doente, ou no grupo social dos doentes e em criminologia, que era uma característica da faculdade de medicina da Bahia, onde Nina se formou. No Rio de Janeiro, esta medicina social estava atrelada a doença, ou seja, nas epidemias, focando nas políticas públicas, nas quais foram observados programas de higienização e saneamento nas grandes cidades. Estes programas continham grande teor eugênico e visavam uma sociedade mais próxima dos modelos que se consideravam avançados de civilização, comportando em seu bojo a eliminação da doença, da pobreza e da loucura; ou seja, o caminho para a elevação nacional era o melhoramento da população. E um dos intelectuais que defendeu com mais vigor a introdução da eugenia no Brasil foi o médico Renato Khel.

Kehl defendia o branqueamento da população pelo viés eugênico através do controle imigratório, principalmente de europeus, afirmando categoricamente, que a nacionalidade brasileira se firmaria, embranquecendo com muito “sabão de coco ariano”. Suas teorias foram apresentadas no Primeiro Congresso Brasileiro de Eugenia, realizado em 1929, no Rio de Janeiro. Neste mesmo congresso, Azevedo Amaral foi outro médico que corroborou com as ideias de Khel com o seu trabalho O Problema Eugênico da Imigração, que reivindicava um aprimoramento racial da população, através de imigrantes brancos, além de defender que se retirasse da própria população elementos superiores para a execução deste aprimoramento.

A eugenia vinda dos EUA e da Europa entrou no Brasil e encontrou margem de ação, pois as doutrinas que circulavam no meio intelectual do país pleiteavam, com a eugenia, um mundo moderno tendo a ciência para ajudar no progresso do Brasil. Santos

(2012, p.4) afirma que o principal motivo para a aceitação e o desenvolvimento da eugenia no país foi a preocupação com a população de ex-escravos que a abolição de 1888 suscitou, esta massa estava entrando no sistema de proletarização e era necessário achar uma solução que não causasse uma disgenia, ou seja, um processo que impedisse a formação de um povo bonito, saudável e forte. Os intelectuais eugenistas

> Assim, podemos resumir que os intelectuais mantinham propostas de intervenção eugênica do seguinte tipo: para as classes cacogênicas e disgênicas da sociedade,ações eugenistas, defendendo a esterilização para conter a proliferação dos seres degenerados, mestiços e doentes; para todos que pretendiam casar-se, o exame pré-nupcial, terminando na proibição do casamento ou geração de filhos entre os que demonstrassem ser degenerados ou perigosos para a sociedade; e, para os membros da classe aristogênica, educação higiênica e sexual para garantir uma descendência sadia (SANTOS, 2012, p.48-49).

O crescimento da população urbana entrou também nos cálculos dos eugenistas que, com os sanitaristas, formularam projetos que incluíam a educação higiênica e ações públicas sanitárias. As políticas públicas de saúde também eram essenciais para efetivação de um país que abrigasse uma boa capacidade hereditária. Um dos defensores das propostas sanitaristas e de saúde pública, além de ser uma figura de projeção no período, foi o médico mineiro Belisário Penna. Penna entendia que a miséria e a doença eram derivadas da ignorância e que, apenas, através de uma conscientização coletiva, viabilizada por uma educação higiênica, e que imputasse valores morais seria possível transformar o Brasil em uma grande nação (SANTOS, 2012, p.57). Tanto os eugenistas quanto os sanitaristas defendiam um controle social que administrasse e regulasse o uso do corpo de cada indivíduo do país, que consiste em uma biopolítica, ou seja, um controle sobra a vida de um grupo. Este conceito de biopolitica será explicitado no decorrer do trabalho.

O crítico literário e historiador sergipano, Sílvio Romero, foi mais um grande intelectual que abordou as questões raciais como um fator determinante na construção de um país valoroso. Romero se propôs a responder as indagações prementes da época como o que fazer com os descendentes dos escravos? Ou como modernizar o país com uma imensa massa de não brancos a compor a população? E outra, como conquistar uma unidade nacional frente a diversidade étnica, regional e climática do território brasileiro? (Schneider, 2005, p.27). Ao analisar Romero identifico que este propunha

uma defesa da mistura regeneradora que açambarcasse um branqueamento da população para posicionar o Brasil como uma grande nação unificada (COSTA, 2006, p.52-54). Romero acreditava que o melhoramento do país passava por uma questão de fonte biológica e que era necessário um controle rígido sobre a imigração e sobre o casamento a fim de direcionar a procriação para um branqueamento efetivo da população. Nas palavras de Romero:

> Manda a verdade, porém, afirmar que essa almejada unidade, só possível pelo mestiçamento, só se realizará em futuro mais ou menos remoto; pois será mister que se dêem poucos cruzamentos dos dois povos inferiores entre si, produzindo-se assim a natural diminuição deste, e se dêem, ao contrário, em escala cada vez maior com indivíduos da raça branca (ROMERO, 1988, p.114).

Skidmore (1976, p.49-50) ao analisar o pensamento de Silvio Romero realiza uma clivagem em seus posicionamentos, classificando em duas etapas. Na primeira etapa que se inicia em 1861 e tem como limite a publicação de História da Literatura brasileira de 1888, Romero passava as suas reflexões acerca do Brasil pelo filtro da raça e do meio, analisando a influência destes dois fatores no rumo do país. Em relação ao meio, Romero considerava que a nação era resultado direto da interação entre a população e o habitat natural, além disso, presumia que uma dieta apropriada e os cuidados com a higiene contribuiriam para adaptação da população aos trópicos.

Romero colocava o fator raça como elemento de maior preponderância nas análises sobre o país e seu pensamento transitava em posições antitéticas, que Skidmore (1976, p. 52) definia como insegurança o seu pensamento em relação ao destino do país. Por vezes, Romero se mostrava otimista no que concerne aos efeitos de uma inevitável mestiçagem da população, porém, a doutrina científica europeia da época derrubava as suas esperanças, pois via na hibridização um condicionante de enfraquecimento e esterilidade. No entanto, na sua publicação de História da Literatura ele fez uma projeção que o branqueamento da população se concretizaria em três ou quatro séculos, eliminando desta forma os índios e os negros.

Na segunda etapa do pensamento de Romero, definida por Skidmore (1976, p.86) que surgiu após a abolição e início da República, o crítico literário reavaliou alguns posicionamentos e afirmou que o prazo para o branqueamento da população seria mais longo compreendendo, talvez, mais de oito séculos e ainda presumia que os

mestiços neste processo não desapareceriam totalmente. A única possibilidade de funcionar o branqueamento total, e assim trazer um progresso para o país, seria uma miscigenação com um elemento puramente branco.

Estes intelectuais brasileiros são representativos do panorama do pensamento social brasileiro no período trabalhado nesta pesquisa. Através deles é possível entender as dinâmicas envolvidas e como Lacerda estava inserido nesta discussão intelectual. Lacerda, diferentemente de Nina Rodrigues, entendia a mestiçagem como algo positivo, embora ambos partissem da premissa da inferioridade dos negros e dos índios. Nina tinha uma visão muito pessimista em relação ao futuro do país, pois, acreditava que a mestiçagem levaria a extinção da raça branca, a raça superior. Batista de Lacerda com uma visão mais otimista tendia para o justo oposto, ele acreditava que a mestiçagem levaria a extinção dos negros e dos índios, em um prazo de cem anos. Silvio Romero embora observasse como Lacerda os pontos benéficos da mestiçagem, não concordava com o seu prazo dado. Romero acreditava que em cem anos essa modificação na população brasileira não seria possível. Como foi visto, Romero calculava um prazo que poderia chegar a mais de oito séculos, como salienta Skdimore (1978, p. 86), as conclusões de Romero partiam de suas impressões e leituras e não e uma ciência apurada e estatística.

Neste momento de início da República, ou seja, "(...) em finais do XIX a ciência era entendida quase como missão, tal a maneira como ela se vinculava ao Estado e às suas necessidades" (SCHWARCZ, 2009, p.92). A elite intelectual do país pertencia a ala da medicina e dos bacharéis de direito, porém, a medicina se apresentava como determinante na condução das políticas implantadas, por isso, os médicos ganharam projeção neste cenário, como foi visto nos intelectuais mencionados acima, sendo na maioria médicos como Renato Khel e Belisário Pena, envolvendo medidas eugênicas, sanitárias e higiênicas. Havia pontos de concordância nos estudos destes médicos, por exemplo, Khel concordava com o médico Batista de Lacerda no que se referia ao branqueamento da população como a solução do país. A participação destes médicos na construção da sociedade brasileira pode ser analisada pela formação que eles tiveram, na qual incluía o domínio de várias línguas como o latim e o grego, além do conhecimento em filosofia, história, geografia e literatura. Estas diversidades de saberes

os habilitavam a participar de vários assuntos relacionados às questões de relevância sobre o país, inclusive no âmbito político.

> A crença na missão "civilizadora" dos médicos levou-as formular um projeto de reorganização da sociedade, visando a produzir indivíduos saudáveis no corpo e no espírito, capazes de efetuar transformações não apenas em suas vidas particulares, mas no destino do país (MARTINS, 2004, p.217)

A valorização da medicina potencializava a voz do médico Batista de Lacerda, que, desta forma, tinha seus estudos tidos com relevância pelo Estado brasileiro, somando-se aos grandes intelectuais da República que afetaram as políticas do país. Vale mencionar que neste espaço predominante de intelectuais brancos com pautas que defendiam o racismo científico e os seus próprios privilégios, também havia intelectuais negros que faziam parte do cenário literário, científico e político.

2.3 Intelectuais Negros

Faz-se necessário pontuar a questão do intelectual negro no Brasil neste período estudado. Nos EUA, a integração do intelectual no circuito social aconteceu no começo do século XX, diferentemente da França d'além mar que se iniciou após a abolição da escravidão nas Antilhas, refletindo sobre as suas posições na estrutura colonial francesa. No Brasil, entre a pós-abolição e os anos de 1930, a incorporação da elite intelectual negra no meio social consistiu em um embranquecimento, ou seja, em uma assimilação da cultura luso-brasileira. No entanto, Guimarães adverte que:

> (...) esses artistas e intelectuais tidos como "embranquecidos" foram responsáveis pela introdução na cultura brasileira, de valores estéticos e de ideias híbridas e mestiças, modificando a vida cultural nacional em direção a um estado em que eles e os meios de onde provieram pudessem se sentir mais confortáveis. (GUIMARÃES, 2004, p.2)

Clóvis Moura (1994, p.191) tem uma posição mais radical sobre o assunto, ele argumenta que houve um total branqueamento dos escritores mulatos brasileiros como Gonçalves Dias, Olavo Bilac e Machado de Assis entre outros, apresentando uma literatura quase sem temáticas negras. No entanto, Moura faz uma análise sobre as

condições que determinaram este branqueamento e esta aparente “contradição ou choque” que aduziram este comportamento literário dos escritores negros:

> Desejamos dizer, com isto, que o intelectual negro, embora sentindo o impacto e as ressonâncias de problemas como o racismo, o isolamento racial, o peneiramento étnico no mercado de trabalho, ele se exterioriza de uma forma que os expressa dentro de padrões da estética tradicional, fugindo a todos os padrões de uma estética afro-brasileira. Com isto, procura defender-se, ocultando a sua indignação social e racial através daqueles valores que a subjetividade assimilou e comanda o seu comportamento mais profundo de escritor (MOURA, 1994, p. 191)

A este respeito Figueiredo e Furtado (2014, p.141) afirmam que o processo de branqueamento proporcionou uma invisibilização do percurso social de mulatos e mestiços e um obstáculo a formação cônscia de uma elite mulata ou negra. Desta forma, houve por parte, principalmente, dos mestiços mais claros uma incorporação e uma internalização dos valores da cultura dominante. Por outro lado, no entendimento de Ana Paula S. Gomes (2009, p.93), o intelectual negro é aquele que contesta a inferioridade negra difundida por uma sociedade branca e, neste processo, ele produz conhecimentos que aludem a sua realidade individual e da comunidade negra que o abarca. Evidentemente, esta definição não contempla com acuracidade a dinâmica histórica dos intelectuais da Primeira República.

O presente estudo selecionou alguns intelectuais negros que mesmo em um ambiente inóspito para a defesa da cultura negra ou para a crítica do establishment racial que imperava na Primeira República desenvolveram trabalhos relevantes de contestação e denúncia. Intelectuais negros que tiveram que produzir entre as brechas de uma sociedade que estava imersa na política do branqueamento, obras que transitavam entre um assimilacionismo e uma busca de identidade. A contribuição dos intelectuais negros, como Cruz e Souza, Manuel Querino e Lima Barreto, que por meio de suas produções literárias fez o cenário intelectual brasileiro expandir os horizontes de compreensão da própria sociedade na Primeira República e de suas contradições, faz-se mister ser analisada neste trabalho.

O baiano Manuel Querino, que foi um historiador, etnólogo, colecionador, professor e tenaz militante de causas populares que tinha como foco a defesa de trabalhadores, escravizados, libertos ou livres, negros africanos, mestiços e pobres (LEAL, 2016, p.140-143), foi um intelectual negro que através de suas pesquisas

demonstrou que os negros tinham uma força contributiva para a formação do país. As posições de Querino se apresentavam contrárias as de João Batista de Lacerda, que via no branqueamento a solução do país, ou seja, o branqueamento era uma via de elevar a civilização do país. Querino, em força contrária, alertava para a herança africana positiva nos costumes brasileiros.

> Quem quer que compulse a nossa história certificar-se-á do valor e da contribuição do negro na defesa do território nacional, na agricultura, na mineração, como bandeirante, no movimento de independência, com as armas na mão, como elemento apreciável na família, e como herói do trabalho em todas as aplicações úteis e proveitosas. Fora o braço propulsor do desenvolvimento manifestado no estado social do país, na cultura intelectual e nas grandes obras materiais (...) (QUERINO, 1980, p.156).

As análises de Querino são uma mostra da diversificação das posições em torno da presença do negro na sociedade brasileira durante a Primeira República. Gates Jr. (2014, p.37) enfatiza a relevância de Querino neste contexto em que o governo impunha ações racistas de branqueamento da população visando, também, exterminar com a cultura africana presente no país. Gates Jr.(2014, p.38) afirma que Querino foi uma mistura de Booker T, Washington e W. E. B. Du Bois, pois ele desenvolveu uma educação técnica para os negros e ministrou em uma escola profissionalizante como fez Washington, além de fazer parte do Instituto Geográfico e Histórico como Du Bois; mas, o ponto que o singularizava era a sua participação no sindicalismo e na política. Querino, por muitas vezes, aliava-se com a política oligarca, tornando-o, nas palavras de Gates Jr (2014, p.38), um "homem complexo". Esta crítica de Gates Jr. à complexidade de Querino não contempla as idiossincrasias de uma época em que se equilibrar em uma estrutura social hierarquizada racialmente sendo um intelectual negro conferia ter habilidades no convívio social, que transcende a uma definição de "homem complexo".

Moura (1994, p.191) considera que o poeta negro retinto João da Cruz e Souza, neto de escravos e filho de forros, foi um intelectual que não se dedicou a versar sobre a temática afro-brasileira em suas obras. Ele afirma que "Cruz e Souza escondeu a sua angústia, não a transformou em poesia autoafirmativa da etnia negra" (MOURA, 1994, p. 191). No entanto, em um trabalho publicado postumamente o poeta negro expôs o seu posicionamento contra as teorias raciais que adentraram no país a partir das décadas finais do século XIX. Cruz e Souza era expressamente contrário a uma ciência que hierarquizava grupos e que criava clivagens entre a população. Segundo Alfredo Bosi

(2002, p.238) “o que Cruz e Souza repudia na ciência oficial é seu duplo caráter de precariedade e despotismo”. Cruz e Souza, apelidado de Dante Negro, sabia de sua capacidade artística e intelectual, porém, pelas teses do racismo científico, a sua capacidade era colocada em xeque despoticamente, pois como afirmava Lima Barreto (2002, p. 29) “A capacidade mental dos negros é discutida a priori e a dos brancos, a posteriori”. Destarte, Cruz e Souza expõe poeticamente esta questão:

> Deus meu! por uma questão banal da chimica biológica do pigmento ficam alguns mais rebeldes e curiosos fosseis preocupados, a ruminar primitivas erudições, perdidos e attropellados pelas longas galerias submarinas de uma sabedoria infinita, esmagadora, irrevogável!
>
> Mas, que importa tudo isso?! Qual é a côr da minha fórma, do meu sentir? Qual é a cor da tempestade de dilacerações que me abala? Qual a dos meus sonhos e gritos? Qual a dos meus desejos e febres? (SOUZA, 1898, p. 381-382).

O trecho acima é da prosa poética chamada Emparedado que consta no livro Evocações de Cruz e Souza, publicado em 1898, ano da morte do poeta. Neste trecho, Cruz e Souza se coloca contra as determinações que são impingidas por causa da cor de sua pele. Destarte, Emparedado é um manifesto contra uma cultura cientifica profundamente discriminatória. Neste sentido, Bosi argumenta, em referência a esta obra, que “trata-se de um fenômeno notável de resistência cultural pelo qual o drama de uma existência, que é subjetivo (...) sobe ao nível da consciência inconformada e se faz discurso, entrando assim, de pleno direito, na história objetiva da cultura” (BOSI, 2002, p. 238).

No entanto, ao mesmo tempo, que Emparedado se configura em um manifesto contra as teorias racialistas vigentes na época, Cruz e Souza incorpora alguns elementos deterministas que agem contra a sua própria argumentação, como no trecho que Souza diz: “As civilizações, as raças, os povos degladiam-se e morrem minados pela fatal degenerescência do sangue, despedaçados, anniquilados no pavoroso tunnel da vida, sentindo o horror suffocante das supremas asphixias” (SOUZA, 1898, p.365). Estas contradições são perfeitamente compreensíveis em uma época que a força da correnteza tendia para as visões racialistas. Isto coloca o poeta na situação de Emparedado, preso em suas aspirações e desejos e cercado por uma cultura cientifica limitadora que moldou o imaginário de quem era a favor de suas teorias e até de quem era contra.

O “afrodescendente por origem, opção e forma literária” Lima Barreto, segundo Lilia Schwarcz (2017) que escreveu a sua biografia, foi um dos poucos intelectuais que se mantiveram céticos em relação ao racismo científico desenvolvido no início do século XX e ela acrescenta que “o contexto aqui era o da Primeira República brasileira, momento que prometeu a igualdade mas entregou a exclusão social de largas partes da população” (SCHWARCZ, 2017, p.9). Lima através de seus escritos foi um defensor da igualdade e da justiça, além de combater todas as formas de racismo que aconteciam no Brasil e, também, nos Estados Unidos. Lima observou com lidima atenção e criticidade as ações republicanas, principalmente, no Rio de Janeiro, onde viveu toda a sua vida.

> A partir das obras de Lima Barreto tem-se um panorama do Rio de Janeiro desse período. Seu romance possui um caráter social que abarca as classes mais pobres e, sobretudo, os negros que habitavam os subúrbios e viviam uma vida precária e de muita miséria. Nesse sentido, seus romances adquirem a função de denunciar as mazelas da existência humana em local esquecido pelas políticas públicas, as quais visavam “limpar” as vias principais e manter longe do centro urbano, visto que eles não se enquadravam no refinamento exigido pela cultura da Belle Époque (CARVALHO; PIRES, 2014, p.2).

Neste trecho acima os pesquisadores mencionam as políticas de Pereira Passos para a cidade do Rio de Janeiro, políticas que atingiam em grande número a população negra da capital, ou seja, havia um projeto deliberado de exclusão de um grupo populacional, primeiro, pelo esquecimento das políticas públicas e depois pelo afastamento deste grupo dos locais de interesse da República. Lima Barreto usou sua pena para expor estas mazelas. Em seu primeiro romance, Recordações do escrivão Isaias Caminha (1909), ele criticou a imprensa e o racismo imperante no Brasil, denunciando a discriminação no local de trabalho e na polícia, pois pela narrativa do romance o personagem principal Isaias é acusado de ser mandante de um crime tendo como único indício de tal infortúnio a sua cor (SCHWARCZ, 2019, p.143).

Em outra obra de Lima, Clara dos Anjos, concluída no ano da morte do autor, em 1922, mas publicada postumamente (1948), verifica-se a incursão no universo das mulheres negras, destacando o preconceito que estas mulheres recebiam na Primeira República. Em uma passagem, Lima aborda de forma nítida esta situação das mulheres negras: “você não vê que, se ele se quisesse casar, não escolheria Clara, uma mulatinha pobre, filha de um carteiro? Sou teu amigo, Joaquim...” (BARRETO, 2019, p.109). Lima retrata este jugo de inferioridade racial e social sobre as mulheres e realiza uma

crítica aos intelectuais negros sob a égide do personagem Leonardo Flores, o qual em seu romance, teve um desempenho louvável na cena literária, mas acabou na miséria, na loucura, no vício e no esquecimento (CARVALHO; PIRES, 2014, p.7); um destino que se aproxima ao destino do próprio Lima Barreto, que se tornou alcoólatra e fora internado duas vezes no Manicômio Nacional, a primeira em 1914 e a segunda em 1918. Schwarcz define Lima Barreto, no auge de sua empolgação pelo biografado, desta forma:

> Um narrador que nunca se apaga diante do que acredita ser seu e de direito. Ele que brigou, insurgiu-se, apoiou, vetou, enfim, fez todo o barulho que podia para que a República se tornasse uma res publica: o governo de todos para todos, e por todos. Outro Brasil, que é o mesmo também. Aquele dos mais despossuídos; de alma grande como "seu" Manuel Cabinda, e que carregam uma dor maior que o mundo mas que jamais se deixam, simplesmente, apanhar ou vencer. Ao contrário, lutam sem cessar. (SCHWARCZ, 2017, p. 19)

Além destes intelectuais negros e suas posições, vale mencionar a participação da imprensa negra na discussão racial da época. Segundo Domingues (2007, p.104) a imprensa negra consistia em periódicos publicados por negros direcionados às temáticas negras. Em São Paulo, houve uma série de jornais dedicada a estas questões, sendo que o primeiro data de 1899 e se chamava a Pátria, com o sugestivo subtítulo de Órgão dos Homens de Cor; além deste foram publicados vários jornais como o Combate, em 1912 e O Menelick, em 1915. Tem-se uma estimativa que até 1930, havia 31 jornais com temática negra circulando em São Paulo. Dentre estes, um dos principais foi o Clarim da Alvorada (1924), tendo na direção Jayme Aguiar e José Correia Leite. Outros jornais em locais diversos do país também se dedicaram a lutar contra o preconceito racial. Em Curitiba, Paraná, havia o periódico União (1918) e O Exemplo (1892) de Porto Alegre, Rio Grande do Sul.

> Esses jornais enfocavam as mais diversas mazelas que afetavam a população negra no âmbito do trabalho, da habitação, da educação e da saúde, tornando-se uma tribuna privilegiada para se pensar em soluções concretas para o problema do racismo na sociedade brasileira (DOMINGUES, 2007, p.105)

A existência destes jornais revela uma movimentação de grupos negros que se posicionaram diante das políticas que prejudicavam a população negra. Embora estas posições não partissem de intelectuais que tivessem a projeção dos intelectuais negros abordados nesta pesquisa, havia declaradamente uma manifestação expressiva dos setores que, pelas teorias racialistas, eram considerados inferiores na república

brasileira. Moura (1994, p. 185-186) afirma que houve uma ingente produção de sonetos, apólogos, crônicas e sátiras nestes jornais feitos por negros que eram considerados subliteratura ou subcultura, justamente por serem produzidos por negros que se colocavam contra o preconceito racial, não entrando na gramática da cultura dominante.

O que foi observado na participação dos intelectuais negros, em larga medida, foi mais uma assimilação da cultura racialista do que uma análise crítica da mesma, porém, intelectuais como Manuel Querino, Cruz e Souza e Lima Barreto conseguiram expor as suas insatisfações em relação a este modelo racial de organização social e cultural. Enquanto estes intelectuais, principalmente os mestiços, reproduziam em suas obras o ditame de um embranquecimento cultural, eles serviam de justificação para os estudos de Batista de Lacerda, mormente, o seu estudo apresentado no Congresso das Raças, que versava justamente sobre os aspectos positivos dos mestiços no Brasil.

Capítulo 3. O Primeiro Congresso Universal das Raças

3.1 O Congresso das Raças e a Participação de Lacerda

Entre 26 e 29 de julho de 1911, em Londres, ocorreu o Primeiro Congresso Universal das Raças que se realizou sobre a égide da expansão política imperialista europeia e sobre o debate latente da paz mundial. O evento, que foi um marco das Ciências em uma dimensão internacional, contou com a participação de mais de 50 países da América do Sul e do Norte, da Ásia, da Europa e da África, que estavam interessados em abordar a questão racial e a dinâmica entre o oriente e o ocidente (SANTOS; SOUZA, 2012, p. 746).

João Batista de Lacerda foi o cientista brasileiro incumbido de representar o país neste evento mundial, foi o delegado oficial do Brasil, tendo recebido o financiamento do governo brasileiro, que era presidido pelo marechal Hermes da Fonseca. Inclusive,

Lacerda dedicou a sua comunicação ao presidente Hermes em sinal de simpatia e gratidão, demonstrando o estreito vínculo do cientista com o governo. João Batista foi acompanhado por seu assistente do Museu Nacional o médico e antropólogo Edgard Roquette-Pinto (SCHWARCZ, 2011, p, 226). Lacerda gozava de uma posição de destaque na comunidade científica devido as suas várias contribuições nos ramos da fisiologia, da antropologia, da medicina e da microbiologia como foi visto anteriormente. Lacerda ocupou também cargos de relevância no país e até internacionalmente, sendo membro de várias sociedades científicas da Europa, no que tange a América, foi professor honorário da Faculdade de Medicina da Universidade do Chile; e no Brasil foi presidente da Academia Nacional de Medicina, na época do Congresso, era diretor do Museu Nacional.

A relevância do Congresso das Raças, e da ida de uma delegação brasileira representar o país, é comprovada pela cobertura que a imprensa da época dedicou ao tema. O periódico O Paiz, por exemplo, noticiou em suas páginas que o Dr. João Batista de Lacerda se despediu do presidente antes do embarque para a Inglaterra no dia 29 de abril de 1911 (O PAIZ, 30 de abril de 1911). O Jornal Imprensa divulgou que para as custas da ida de Lacerda ao Congresso, o Tesouro Nacional disponibilizaria a quantia de 10.000$ (A IMPRENSA, 23 de abril de 1911). O Paiz anunciou a abertura do Congresso enfatizando a participação brasileira.

> Instala-se hoje, em Londres, o Primeiro Congresso das Raças.
> É uma reunião que muito honra os princípios de fraternidade humana, cada vez mais triumphantes entre as nações civilizadas.
> Dentre as innumeras theses que ahi vão ser discutidas, figuras duas apresentadas por brazileiros, para esse fim especialmente convidados.
> Uma, do Dr. João Batista de Lacerda, sobre Os Mestiços no Brazil, e outra, do Dr. Roquette Pinto , tratando da questão indígena em nossa Pátria" (O Paiz, 26 de Julho de 1911)

O Congresso foi realizado na sede da Universidade de Londres e teve como presidente, o inglês aristocrata, Lord Weardale e a secretaria geral ficou sob a responsabilidade de G. Spiller. O congresso teve a participação de vários países com "doutos e sábios" europeus, chineses, turcos, americanos, africanos, hindus, japoneses entre outros (LACERDA, 1912, p. III). A sessão inaugural do evento se deu em 26 de junho por volta das 3 horas da tarde com o pronunciamento realizado por Lord

Weardale que se expressou em inglês e em francês. Lacerda (1912, p. 1) saudou a inauguração do Congresso enfatizando que iminentes representantes da sociologia e da antropologia estavam presentes para contribuir para uma visão mais clara e mais alargada dos destinos da Humanidade, inspirados em ideias pacifistas e internacionalistas.

Lacerda, mais tarde, ao fazer uma apreciação sobre o Congresso (1912) fez um relato sobre os acontecimentos mais importantes do evento, destacando algumas participações como a do reitor do Collegio do Maharajah de Cooch Bear, Brajendranath Seal, que foi autor de uma memória[11] no congresso que versava sobre a significação das palavras raça, tribo e nação. Pelo Japão, houve a apresentação do professor de sociologia da Universidade Imperial de Tokio, Tongo Takabe. Segundo Lacerda (1912, p.5) a raça negra estava representada pelo ex-presidente da República do Haiti e autor de uma Introdução ao Estudo da Philosophia, o General Legitime, e por J. Tengo Jabavu, especialista em questões da África do Sul. O representante da raça negra dos EUA foi o ex-professor de História e Economia Política da Universidade de Atlanta, o Dr. W. E. B. Du Bois. Lacerda informou que os diversos idiomas dos participantes dificultaram o entendimento das ideias manifestas no Congresso, ele argumentou que o inglês deveria ter sido idioma oficial do evento, já que era falado pela maioria dos participantes. Segundo Lacerda, todos os participantes do Congresso estavam com o mesmo propósito:

> Todos comungavam nas mesmas ideias e pareciam animados do mesmo pensamento, que se traduzia na confraternização de todas as raças humanas na aproximação do Oriente ao Ocidente como condição primordial de um mais alto progresso moral da humanidade e um paradeiro as calamidades da guerra. (LACERDA, 1912, p. 6)

A realização do Congresso foi proposta durante a Segunda Conferência de Haia, 1907, e fazia parte de uma mobilização internacional com o intuito de pacificar as nações do mundo e contou com esforços do historiador e filósofo alemão Félix Edler que tinha um histórico em defesa de causas humanistas e pacifistas. Além de Edler, o sociólogo Gustave Spiller foi importante na promoção e na realização do evento (SANTOS; SOUZA, 2012, p. 747). Os objetivos do Congresso foram resumidos por Lacerda (1912, p.6): “discutir à luz da sciência e da consciência moderna as relações

[11] Na época as comunicações ou apresentações em congressos eram denominadas de memórias.

geraes entre os povos do occidente e do oriente, buscando estabelecer entre elles uma certa conformidade de idéias e de sentimentos, uma sincera amizade, e uma cooperação cordial". E partindo deste resumo enunciado por Lacerda, o representante brasileiro no Congresso prosseguiu sintetizando as discussões que ocorreram no evento:

> Passou como opinião geral do Congresso que não às raças superiores e inferiores, sim raças adiantadas e atrazadas. As diferenças entre as raças no ponto de vista physico, moral e intellectual pensa a maioria do Congresso que são devidas às influências do meio physico, às condições sob as quaes tem vivido as raças atrazadas do outro continente. (LACERDA, 1912, p. 7)

Lacerda continuou as suas conclusões do Congresso afirmando que o contato do Ocidente com o Oriente contribuiria para que este último conseguisse ter nações mais fortes. Em relação à África, ele disse que o contato com a França, a Alemanha, a Bélgica e a Inglaterra foi capaz de civilizar o "continente negro". Santos e Souza (2012, p.747), neste ponto, dizem que o que estava em jogo eram os conflitos raciais em várias partes do globo e a manutenção do sistema colonialista. Vale lembrar que o apogeu colonialista se deu entre o fim do século XIX e início do século XX, envolvendo os países europeus e suas colônias na África e na Ásia. A propósito, Hannah Arendt (2013, p.122) ao discorrer sobre o imperialismo em seu livro As Origens do Totalitarismo, publicado pela primeira vez em 1951, afirmou que o imperialismo tinha como objetivo fulcral a expansão. Esta expansão atendia a uma demanda econômica que compreendia um permanente crescimento da produção industrial e, também, de intenso fluxo comercial. O imperialismo se materializou quando a classe detentora dos meios de produção, apoiado pelo Estado, rompeu as fronteiras nacionais em busca de expansão econômica. No entanto, Arendt coloca um elemento importantíssimo para o entendimento do imperialismo, a questão da raça.

> A verdade histórica de tudo isso é que a ideologia racista, com raízes profundas no século XVIII, emergiu simultaneamente em todos os países ocidentais durante o século XIX. Desde o início do século XX, o racismo reforçou a ideologia da política imperialista. (ARENDT, 2013, p. 148)

Havia, portanto, um clima de tensão entre os países europeus, países colonizadores, e os colonizados, ou seja, o Congresso aconteceu sobre esse delicado tecido. Neste sentido, desde os meados do século XIX, os estudos antropológicos ganharam dimensão ímpar, pois, através dos resultados das pesquisas, na maioria financiadas pelos governos colonizadores, poderia se verificar as idiossincrasias das

populações coloniais, observando questões como os padrões fisiológicos e anatômicos, além da mestiçagem, no intuito de granjear vantagens políticas e econômicas. O Congresso, portanto, seria relevante para apreender informações de vários continentes sobre temáticas muito caras aos países colonizadores. Lacerda (1912, p. 7-8) advertiu que para que o Congresso obtivesse resultados satisfatórios, profícuos e permanentes seria necessário que as nações dominantes, ou seja, os colonizadores que desejassem impulsionar as suas colônias orientais e no "continente negro", dedicassem-se a despertar a simpatia nestas raças dominadas. O cuidado em proteger os colonizados das perseguições, das extorsões e das dilapidações de aventureiros estrangeiros era relevante para estabelecer relações amistosas que colaborariam para o progresso destes territórios colonizados.

> É força confessar que este programma colonisador não tem sido geralmente seguido, deixando assim levantarem-se contra o domínio da nação adiantada, as antipathias da raça atrazada, facto esse que ha impedido um maior desenvolvimento de muitas nações do Oriente. (LACERDA,1912, p.8)

O evento contou com mais de 50 conferências que foram divididas em 8 sessões temáticas. A quinta e a sexta sessões abordaram a temática da formação da consciência moderna em relação à questão racial, e João Batista de Lacerda apresentou o seu trabalho nesta temática. Verificando as temáticas das outras sessões é possível observar os interesses pautados no Congresso. Na primeira sessão foram abordados o conceito e o problema da raça. A segunda e a terceira sessões focaram nas condições de progresso em raças distintas. Na quarta sessão foi discutido o contato entre civilizações diferentes tendo como objetivo de análise a questão racial e econômica. Na sétima e na oitava sessões observaram sugestões positivas para promover a cordialidade entre as raças (SANTOS; SOUZA, 2012, p.751). O Congresso tratou de vários assuntos, mas alguns se tornaram mais pujantes pelas polêmicas que causaram como o tema da miscigenação, da imutabilidade das características raciais e da relevância do meio na formação das populações.

Ao fim do Congresso, os participantes deliberaram algumas medidas para o futuro, como estipular a periodicidade dos congressos vindouros, que ficariam estabelecidos de quatro em quatro anos; e que no próximo congresso a pauta seria a promoção da concórdia entre as raças. Os membros do Congresso, segundo Lacerda (1912, p. 82), também sugeriram que as memórias apresentadas no evento fossem

levadas à Terceira Conferência de Haia e a várias instituições e autoridades pelo mundo, demonstrando a relevância de assuntos que envolvem os problemas raciais e, participando a todos, que os preconceitos raciais e o preconceito nacional interferem no progresso e na civilização dos povos.

Lacerda foi ao congresso sob uma camada de tensão política e sob uma necessidade de autoafirmação nacional. Na América duas propostas antagônicas se chocavam o pan-americanismo de Bolívar e a Doutrina Monroe, símbolo do intervencionismo estadunidense. O Brasil tinha que se posicionar entre estas duas propostas, não poderia ser visto como uma simples republiqueta e não deveria ser visto como um país que abrigou uma escravidão violenta e que ainda preserva um regime de exclusão racial como os EUA. O Brasil deveria passar uma imagem de ordem e de que o país lidava bem com a questão racial, principalmente, com o problema da mestiçagem, que no Brasil seria um caminho para algo positivo. Sobre isso Schwarcz afirma que:

> De problema, o cruzamento racial se convertia em solução, e nosso enviado oficial apostava em uma espécie de mestiçagem redentora, que se lograria a partir de algumas políticas públicas concernentes à imigração; de algumas certezas da ciência que apostava na seleção – branca – dos mais fortes e com alguma fé. (SCHWARCZ, 2011, p.228)

Esta mestiçagem redentora da qual argumenta Schwarcz, uma mestiçagem dita como positiva, era uma mestiçagem instrumentalizada, que atendia a um sistema de obumbramento que invisibilizava a maquinaria necropolítica corrente na estrutura científica e política do país. Lacerda (1911, p.8) em sua memória apresentada no Congresso intitulada Sur Les Métis Au Brésil, colocou que o cruzamento entre a raça branca e a negra gerava o mestiço, porém o mestiço não seria uma raça, desta forma, não havia uma fixidez, havia uma volatilidade que ora oscilava para características mais próximas a raça branca e em outras vezes tendia para as da raça negra. No entanto, ele fez uma complementação, como justificativa de cariz redentora:

> Cette tendance innée du métis, le privant dês qaulités propres d'une race fixement constituée, a une valeur consideráble dans lês transformations que subissent, pendant le cours des ages, lês populations mélangées, ou lês croisements n'obéissent pas a dês règles sociales precises, ou lês métis ont toute liberté de s'unir aux blancs, fournissant des produits qui se rapprochent chaque fois davantage du blanc que du noir.[12] (LACERDA, 1911, p.8)

[12]Essa tendência inata do mestiço, privando-o de qualidades próprias de uma raça fixamente constituída, tem um valor considerável nas transformações que sofrem, durante o curso dos anos, as populações

No trecho acima João Batista deixa claro que o futuro da nação através da miscigenação seria branco; Oliveira Vianna (SCHWARCZ, 2012 p. 32), em suas obras Populações Meridionais (1920) e Raça e Assimilação (1932), defendia a mesma visão de Lacerda, projetando um país de grande progresso, pois, seria uma nação de brancos. Desta forma, se o branco era o padrão de civilização, o Brasil com a sua mestiçagem abundante foi valorando os indivíduos conforme a sua cor e a gradações de cor de pele.

> Quanto mais branco melhor, quanto mais claro mais superior, eis aí uma máxima difundida, que vê no branco não só uma cor mas também uma qualidade social: aquele que sabe ler, que é mais educado e que ocupa uma posição social mais elevada. Nesse contexto, em que o conflito passa para o terreno do não dito, fica cada vez mais difícil ver no tema um problema; ao contrário, ele se modifica, nos anos 1930, em matéria para exaltação. (SCHWARCZ, 2012, p.34)

O Brasil queria se igualar às grandes nações europeias defendendo este padrão branco como modelo civilizacional, pautado nas teorias racialistas defendidas por eméritos intelectuais que legitimavam a superioridade branca. Batista de Lacerda (1911, p.9) interpretou que a imigração forçada de negros da África contribuiu sobremaneira para o aviltamento da moral no país, mas que o processo de branqueamento em curso seria uma ponte para o progresso. Lacerda no congresso era o portador desta boa nova para o mundo. E esta passagem, de uma população com uma grande quantidade de negros para uma população branca, passava necessariamente pelo estudo do mestiço, que em sua comunicação era abordado pelos vieses antropológico e social. Lacerda atribuiu, aos mestiços, qualidades superiores aos negros e, durante o evento sobre raça, listou as suas vantagens, afirmando que essa superioridade sobre a população negra se justificava por serem mais ativos e inteligentes. Os mestiços, segundo Lacerda, devido as suas habilidades eram capazes de ocupar várias profissões como carpinteiro, mecânico, marceneiro, alfaiate e até menciona um caso de um mulato liberto que conseguira o diploma de doutor em medicina. E completa em tom alvissareiro que ascensão social dos mestiços teve início desde os tempos em que o país se mantinha em regime escravocrata e que continuou após a abolição e a implantação da República, concluindo que tudo isto se deveu as leis de seleção intelectual.

---

misturadas, nas quais os cruzamentos não obedecem a regras sociais precisas; nas quais os mestiços têm toda a liberdade de se unir aos brancos, criando produto que se aproximam cada vez mais do branco que do negro. (SCHWARCZ, 2011, p.235)

Neste ponto, Lacerda (1911, p.11-12) se preocupou em demonstrar que a ascensão fazia ligação com o tipo de escravidão que era praticada no país. Uma escravidão mais branda em que os senhores eram cordiais e complacentes com os escravos. Os filhos dos escravos eram aceitos à mesa familiar, pois os seus proprietários eram "bondosos", tratando, inclusive de sua saúde. As mulatas serviam como damas de companhia às filhas dos proprietários, acompanhando-as em passeios e festas públicas. E os negros mais velhos eram poupados da lida mais excruciante e se tornavam a distração dos jovens senhores ao contar histórias inusitadas. Lacerda construiu essa narrativa para demonstrar que o meio em que os negros escravizados trabalhavam e viviam não era tão severo e que o que ele chamava de os vícios dos negros foram neutralizados na raça branca e na mestiça, justamente pelo tipo de escravidão que se deu no Brasil. Estes vícios podem ser identificados como vícios de linguagem, vícios de sangue, conceitos equivocados sobre a vida e a morte, superstição, fetichismo e ignorância nas questões de dignidade humana e honra. Todos estes vícios da raça negra foram determinantes, segundo Lacerda (1911, p.12), para prejudicar a fonte das gerações subsequentes.

A necessidade de desvincular a imagem do país com uma herança negra se colocou de forma nítida na pintura a óleo sobre a tela do espanhol Modesto Brocos exposta no início de sua comunicação, denominada A redenção de Cam, que marca a passagem do negro ao branco no período de três gerações através do cruzamento de raças. Na pintura, há quatro personagens: uma mulher idosa negra retinta, uma mulher jovem mestiça, um homem branco e uma criança branca.

O nome da tela de Brocos se refere a um evento descrito na bíblia cristã que justificaria a submissão do povo negro ao povo branco, no qual, segundo Bosi (1992, p. 256) o povo africano devido a uma maldição seria negro e escravo. Essa maldição ocorreu porque o filho de Noé[13], chamado Cam, ousou ver e ironizar a nudez de seu pai (Noé) que estava embriagado de vinho. E, como castigo de tal infâmia, Cam foi condenado juntamente com seu filho Canaã e seus descendentes a servirem como escravos a seus irmãos (Jafé e Sem). Ainda na escrita bíblica há a indicação de quem

[13]Noé é um personagem bíblico descrito no livro Gênesis, que foi incumbido por Deus a fazer uma arca para salvar a sua família e os animais de um dilúvio apocalíptico, reconstruindo e repovoando desta forma, o mundo.

seriam os descendentes de Cam, os camitas: os negros da Núbia, da Etiópia, da Arábia do Sul, da Tripolitânia, da Somália e alguns povos que antecederam os hebreus na Palestina. Esta explicação teológica foi usada como justificação para a escravidão da população africana. Bosi (1996, p.257) analisa que "o fato que se consumou em plena cultura moderna a explicação do escravismo como resultado de uma culpa exemplarmente punida pelo patriarca salvo do dilúvio para perpetuar a espécie humana". Essa nova configuração de mundo, após o dilúvio bíblico, isto é, de fundo teológico, colocava os africanos negros em posição subalterna. A intenção de Lacerda ao reproduzir a tela de Brocos em sua memória, pautada na ciência e não na religião, era de enfatizar o processo de branqueamento que poderia ser a redenção de Cam pelo retorno à pele branca e, que traduzindo para o objetivo da época, seria a salvação da nação brasileira pela constituição de uma nação branca.

> Na verdade, Lacerda traduzia a pintura em termos de darwinismo social, e imprimia a noção de uma evolução de mão única: se a avó era preta retinta, a mãe já trazia traços 'suavizados e evoluídos', e o filho localizado no centro da composição, fruto do casamento com um branco (possivelmente estrangeiro e português), mais se parecia com um europeu (SCHWARCZ, 2011, p.228)

João Batista (1911, p.12), em sua memória, confrontou o pai da eugenia, o inglês Francis Galton, ao afirmar que a mestiçagem em animais diferia da mestiçagem em seres humanos. Ele argumentou que o produto do cruzamento entre brancos e negros possuía um grau de superioridade nas qualidades intelectuais que ele próprio desconhecia a razão, mas era incontestável; e inferiu que, provavelmente, o efeito da mestiçagem nos homens fosse afinar a qualidade da inteligência. Como era o seu propósito no congresso elevar a imagem do país, Batista apontou as contribuições dos mestiços para o avanço e o progresso do Brasil, como, por exemplo, as notáveis participações no processo da abolição de escravidão, o engajamento na guerra contra o Paraguai, na qual demonstraram o espírito patriótico e a ajuda na construção da República. Ou seja, a ideia era fazer que a imagem de um país mestiço não significasse uma imagem de atraso ou incivilidade, pelo contrário, ao trazer as qualidades do mestiço e suas contribuições significava também mostrar um país com grande potencial.

Uma das linhas de análise da comunicação do representante do país era de comparar a situação do Brasil com a dos EUA. Neste sentido, Batista colocou que as populações da América do Norte carregavam o seu país com o preconceito de raça e de

cor, o que no Brasil não fora enraizado e se tornou mais remoto com a Proclamação da República. O novo regime, segundo Lacerda (1911, p.16-17) permitia que os mestiços se instalassem nas altas esferas de poder, ocupando cargos no Congresso Nacional, nos tribunais, na instrução superior, na carreira diplomática e nos corpos administrativos. Os matrimônios entre os mestiços e os brancos foram tolerados, observando se as qualidades dos mestiços se aproximassem às qualidades morais e intelectuais dos brancos. Estas uniões seriam de agrado dos mestiços, pois os seus descendentes se beneficiaram por herdar cada vez mais as características físicas dos brancos, e em três gerações estes traços herdados seriam completos, excetuando aqueles que persistem em manter as características negroides por ingerência atávica.

Lacerda (1911, p. 29-31), ao final de sua comunicação, elenca oito conclusões referentes ao seu estudo. A primeira conclusão foi que o homem branco e o homem negro formavam duas raças e não duas espécies. A segunda, partindo da primeira, foi que o mestiço não formava uma raça independente e específica, ou seja, não era uma raça verdadeira, mas um tipo étnico que podia sofrer variação, podendo retornar a raça que o originou (negra ou branca). A terceira conclusão foi que a importação em massa da raça negra, identificada como inferior, prejudicou a evolução e o progresso do país. A quarta afirmou que o mestiço embora fosse inferior no aspecto físico, se comparado ao negro, conseguia se equiparar, frequentemente, em inteligência e habilidades técnicas e artísticas aos brancos.

A quinta conclusão fez um elogio a atuação dos mestiços, cooperando com os brancos para o progresso do país, inclusive exercendo funções no alto escalão da política e da administração. A sexta afirmou que a imigração de povos brancos para o Brasil, aliado à seleção sexual e ao desaparecimento de preconceitos de raça**,** permitiria a extinção em um curto espaço de tempo dos mestiços no Brasil. Na sétima conclusão Lacerda vaticinou que em um século a população brasileira seria constituída majoritariamente pela raça branca latina e que os negros e os índios desapareceriam desta parte da América. E, por fim, a oitava conclusão previu um futuro glorioso para o Brasil após a eliminação de negros e índios, colocando-se como a estação principal da raça branca latina na América do Sul.

A participação do Brasil no Congresso deixou clara a sua posição propagandista, levando para o mundo um anúncio de progresso e de um futuro promissor do país. A comunicação de Lacerda, financiada pelo governo brasileiro, demonstrou através de uma ciência racialista que o país estava se tornando branco. Esta condição o colocava em uma situação de destaque na América do Sul e como prenúncio de uma civilização comparável as civilizações europeias; mas para isso, a eliminação do negro e dos índios via branqueamento era peça fundamental.

3.2 Lacerda, Du Bois, Monteiro Lobato e o Problema da Raça Negra nos EUA

Na apreciação que Batista de Lacerda fez sobre o Congresso das Raças, em 1912, ou seja, no ano seguinte ao evento, ele dedicou uma parte para analisar o problema dos negros nos EUA, o qual via como irritante, aflitivo e desesperador. Lacerda identificava que este problema era de difícil solução, devido à complexidade das relações estabelecidas pela população branca e pela população negra daquele país.

> Dez milhões de indivíduos de cor, estão bloqueados em uma limitada zona do território, sem garantias de espécie alguma para os de sua grei, sem a possibilidade de amalgamar-se na grande massa da população branca, inteiramente repudiados e segregados da nação, em cujo o seio elles vivem e trabalham, reproduzindo na livra América com pequenas diferenças, os quadros commoventes do judaísmo ferozmente perseguido na Russia, e dos parias despresados e espezinhados pelas castas privilegiadas da India. (LACERDA, 1912, p. 17-18)

A questão do negro nos EUA foi levada ao Congresso pelo intelectual negro William Edward Burghardt Du Bois, que dominava várias áreas de conhecimento como filosofia, economia, história, química e geologia, assumindo assim várias designações, ele foi escritor, editor, sociólogo, historiador e estudioso da África. Lacerda identificou em Du Bois "(...) um mestiço ao qual conferira a Natureza o dom de uma intellgencia vivaz e as circunstâncias do meio social os recursos de apural-a e educal-a nos bancos da escola e da academia (...)" (LACERDA, 1912, p. 17).

Du Bois nasceu em uma pequena comunidade negra da Nova Inglaterra, no estado de Massachussetts, graduou-se na Universidade de Fisk e doutorou-se na

Universidade de Harvard com uma tese que abordava o comércio de escravos, "***The Supression of the African Slave Trade"*** (A Supressão do Comércio de Escravo Africano), e, além disso, foi professor na Universidade de Atlanta entre 1896 e 1910 (COSTA, 1998, p.18-19). Du Bois foi um ativista das causas negras, em 1905, ele fundou o Movimento Niagara, que fora instituído formalmente, no ano seguinte, e que lutava contra a discriminação dos negros nos EUA. Este movimento tinha como entre outras diretrizes a liberdade de expressão e de crítica, a abolição de todas as distinções de casta, baseadas simplesmente em raça ou cor, reconhecimento dos princípios de fraternidade humana como um mandamento realizável e a inexistência de monopólio, de qualquer das classes ou raças, no acesso ao que havia de melhor em ensino. Em 1908, junto com outros ativistas, ele fundou outro movimento a NAACAP (*National Association for the Advancement of Colored People*)[14], este movimento seria um desenvolvimento do Niagara. Du Bois também se envolveu com o pan-africanismo[15], inclusive, organizando um congresso realizado em capitais da Europa discutindo os processos de independência dos países africanos e a situação dos povos negros no mundo.

Segundo Navarro Alvarado (2018, p. 208-209), os congressos pan-africanos pautavam-se em dois conceitos, autodeterminação e *intelligentsia*. A autodeterminação focava em resolver a questão territorial, ao mesmo tempo em que, situava os congressos como um campo mediador de convergências geográficas e políticas em torno de significados relativos à África. A intelligentsia se referia à constituição de um grupo de intelectuais que debatesse a procura de soluções sobre as questões pan-africanas. Neste quesito, a figura de Du Bois servia de referência, pois o conceito de *intelligentsia* partia de conceito de *Talented Tenth* (Décimo dos Talentos) desenvolvido em 1903, ou seja, 8 anos antes do Congresso das Raças.

> A ideia era muito básica e muito controvertida. Na teórica de Du Bois a estagnação social, cultural e política do negro na América precisava de um

[14]Associação Nacional para o Progresso de Gente de Cor.

[15] O Pan-africanismo teve origem no limiar do século XX, entre os negros de língua inglesa, e pleiteava a luta por independência nacional de povos colonizados em uma ligação mutua em que cada luta correspondesse à luta do outro. O regime colonial era a estrutura a ser demolida de forma conjunta, constituindo uma convergência de interesses africanos (MUNANGA, 2016, p. 111). Segundo Navarro Alvarado (2018, p. 18-19) o pan-africanismo consiste em fenômeno que guarda uma complexidade e uma criticidade que envolve várias formas de intelecção consubstanciadas em uma tradição de pensamento, teórica, filosóficas e etc.

> estrato negro formado, que facilitaria os elementos gerais culturais para o resto da população negra, este estrato deveria ter um líder para cada 10 afro-americanos, promovendo a formação de um grupo dos "melhores", para facilitar o desenvolvimento e o acesso progressivo a um grupo cada vez mais amplo: uma mobilidade social baseada em uma elite intelectual primeira. (NAVARRO ALVARADO, 2018, p.210)

Du Bois, detentor desta construção teórica, apresentou a sua memória no Congresso, intitulada "**The negro race in the United States of America**", na mesma sessão de Batista de Lacerda, nesta comunicação ele relatou a situação, em detalhes, do negro nos EUA. W. E. B. Du Bois como também era fundador e editor do jornal *The Crisis*, um periódico dedicado aos estudos da raça, teve a sua participação coberta pelo jornal, materializada em um número especial que cobria o Congresso. Batista de Lacerda fez uma análise sobre o trabalho do intelectual negro estadunidense no Congresso que refletia o seu entendimento da situação dos negros nos EUA.

Segundo Lacerda, Du Bois expôs em sua comunicação que no norte dos EUA, os negros não sofriam com a desigualdade, tendo acesso as escolas e as igrejas e podiam também votar, porém, na maior parte da sociedade estadunidense os negros eram considerados indesejáveis. Nos restaurantes, nos hotéis, nos teatros os negros tinham a sua entrada dificultada ou proibida. O casamento com os brancos também não era bem visto e os que insistissem no matrimônio eram condenados ao ostracismo social. Em relação à parte jurídica, nos tribunais os negros recebiam penas imerecidas. Na vida do trabalho eram relegados a funções baixas sem perspectivas de crescimento profissional, além de haver uma profunda desigualdade salarial em relação aos brancos. Os negros também eram o alvo de agressões populares, linchamentos frequentes e tortura com a utilização do fogo. No entanto, diante deste cenário hostil, foi se forjando um mundo negro que contemplava sua própria vida econômica e social, suas igrejas e escolas, uma produção cultural que mantinham vivos os seus ideais. (LACERDA, 1912, p.20-21).

Du Bois também colocou que as desigualdades existentes foram defendidas por uma questão de raça, pois estes defensores da desigualdade sustentavam o argumento da inferioridade da raça negra e sua impossibilidade de adequação à nação "Americana". Eles foram peremptoriamente contrários a miscigenação, pois isso significaria o declínio da civilização; por essa razão, os negros deveriam obedecer a um sistema de castas estritas, que os segregaria nos empregos, nos privilégios e em certos lugares de moradia. Neste ponto, Lacerda discorreu sobre o imbróglio que envolvia os negros

estadunidenses: “Ainda hoje a reconciliação entre as pretensões da raça negra e os preconceitos de raça, subsistentes em quase todos os Estados da União americana, se afigura aos espíritos mais videntes um problema difícil, quase insolúvel” (LACERDA, 1912, p. 22).

O escritor, fazendeiro e empresário Monteiro Lobato apresentou uma solução para o problema racial nos EUA, em seu livro O Presidente Negro ou o Choque das Raças, que a princípio foi publicado em forma de folhetim pelo jornal A Manhã em 1926. O livro conta a história de um personagem sem muitas aspirações e que um dos seus sonhos é possuir um automóvel, “um Ford”; este personagem se chama Airton Lobo, o qual um acidente o coloca diante do professor Benson, um grande cientista, que o contrata como confidente. O professor Benson apresenta a Airton a sua invenção, uma máquina do tempo denominada “porviroscópio”, um globo cristalino capaz de ver o futuro e o passado. No decorrer da história, a filha do cientista, Miss Jane fica responsável de contar as histórias vistas nesta máquina do tempo a Airton. A história principal é o conflito racial que ocorre nos EUA, no ano de 2228, e é com esta temática que Monteiro Lobato expôs o seu pensamento em relação às questões raciais tanto nos EUA quanto no Brasil.

A preocupação com o tema raça aparece logo nas primeiras páginas quando o personagem principal chamado Ayrton Lobo fica sabendo que no ano de 3527, será evidente a presença do mongolismo na população da França, devido à invasão de mongóis na Europa, substituindo a raça branca. E esta substituição é explicada na obra de Lobato da seguinte forma: “O amarelo vencerá o branco europeu por dois motivos muitos simples: come menos e prolifera mais. Só se salvará da absorção o branco da América” (LOBATO, 2008, p. 32).

Lobato fazia parte de um grupo de intelectuais, como Renato Kehl, Belisário Penna e Edgar Roquete-Pinto, que analisava a situação do país e discutia soluções por um viés eugenista. O descontentamento com o Brasil, e com o tipo de povo que constituía o país, foi compartilhado por Monteiro Lobato ao seu amigo Godofredo Rangel através de uma carta de 2 de abril de 1907:

> Há uma semana que estou preso em casa porque lá fora a semana é santa. Há procissões de pretos e brancos a atravancar as ruas. Nas igrejas, muito

> consumo de aguinhas e fumaças cheirosas, e litanias. Por toda parte, povo – o nosso povo, essa coisa feia, catinguda e suada (...). Não há mulheres, há macacas e macaquinhas. Não há homens, há macacões. Raro um tipo decente, uma linha que nos leve os olhos, uma cor, uma nota, um tom uma atitude de beleza – nada que lembre a Grécia. (LOBATO, 2010, p. 72)

Lobato encontrava resposta para solucionar o problema do país através do melhoramento da raça, assim como pregava a eugenia. Ainda entre as correspondências trocadas com o seu amigo Rangel, o escritor comunicou a ideia de escrever a história de um presidente negro dos EUA, na carta datada de 8 de julho de 1926, ou seja, no ano da publicação do livro. Lobato escreve um esboço do enredo que na versão final passou por alterações, como por exemplo, o nome do cientista que passou de professor Brown para Benson, mas que manteve a ideia principal do livro.

> Sabe o que ando gestando? Uma ideia-mãe! Romance americano, isto é, editável nos Estados Unidos. Já comecei e caminha depressa. Meio à Wells, com visão do futuro. O clou será o choque da raça negra com a branca, quando a primeira, cujo índice de proliferação é maior, alcançar a branca e batê-las nas urnas, elegendo um presidente preto! Acontecem coisas tremendas, mas vence por fim a inteligência do branco. Consegue por meios dos raios N, inventados pelo professor Brown, esterilizar os negros sem que estes dêem pela coisa. (LOBATO, 2010, p.254)

O crescimento exponencial da população negra nos EUA necessitava de uma atitude eficaz que solucionasse esse problema racial, pois estava perturbando a ordem e a "felicidade nacional". Lobato apresentou algumas alternativas no livro. Uma delas consistia em "solução branca", ou seja, uma solução arquitetada pelos brancos estadunidenses; "(...) e direi que todos os brancos americanos só queriam uma coisa: exportar, despejar os cem milhões de negros americanos no vale do amazonas" (LOBATO, 2008, p. 55). No entanto, este processo exigia uma migração voluntária da população negra, o que tornava difícil a concretização deste projeto.

Voltando a Du Bois, o intelectual estadunidense antes de fazer a sua comunicação no Congresso havia abordado a questão do problema racial nos EUA em um livro publicado em 1903, chamado As Almas do Povo Negro (**The Souls of Black Folk**). Na verdade, Du Bois argumentou que a questão do século XX passava por um problema da linha de cor (DU BOIS, 1998, p.35) e construiu uma definição sobre o assunto:

> É o problema negro simplesmente uma verificação dos princípios que embasam esta grande república, e a luta dos filhos libertos é a azáfama de almas cuja a sobrecarga praticamente ultrapassa a sua capacidade, mas que a

> suportam – parte que são de uma raça histórica – por esta terra de avoengos, e em busca de uma oportunidade humanitária. (DU BOIS, 1998, p. 46)

Esta busca de oportunidade, ou mesmo a viabilidade do problema negro, era vista por Du Bois como um projeto que envolvia a nação de forma geral e que deveria se empregar todos os esforços para sanar todas as injustiças praticadas contra a população negra. Sob a ótica de W. E. B. Du Bois os extremos Norte e Sul dos Estados Unidos deveriam se conscientizar da necessidade de promover um país mais igualitário:

> O Sul terá de ser empurrado, por uma crítica sincera e honesta, para que dê o melhor que tem de si e cumpra o seu dever para com a raça com a qual foi e ainda é cruelmente injusto. O Norte – o seu co-partícipe no crime – não pode aplacar sua consciência, só por emplastar tudo com ouro. Não podemos resolver este problema pela diplomacia e ternura, com "política", apenas. Se ao pior sobrevém o pior, pode o tecido moral deste país sobreviver à lenta asfixia e assassinato de nove milhões de almas? (DU BOIS, 1998, p. 81)

O intelectual estadunidense em seu livro também reservou uma severa crítica a solução sugerida por outro intelectual negro, o escritor e educador Booker Taliaferro Washington, que segundo Du Bois, ele achava a posição dos sulistas estadunidenses em relação aos negros compreensível por conta da degradação dos próprios negros; entendia também que o não desenvolvimento dos negros partia de falhas em sua formação educacional, sugerindo uma escola de orientação técnica; e que, por último, o seu progresso dependia unicamente dos esforços dos próprios negros, inclusive, em uma poupança para construir uma estrutura econômica que os colocassem em uma posição menos desigual com os brancos. (DU BOIS, 1998, p.81).

Batista de Lacerda também fez uma análise dos preceitos de Washington e encontrou na solução de refrear os ímpetos por direitos até acumular riquezas uma saída que seria "fatal para os negros", pois estes perderiam a sua força de combate, tornando-se trabalhadores submissos e silenciados em suas reivindicações (LACERDA, 1912, p.21-22). Du Bois (1998, p.81) enxergava a solução de uma forma mais estrutural envolvendo não só os esforços pessoais dos negros, mas um engajamento da sociedade e questionava se só uma educação técnica seria capaz de solapar os problemas do negro, pois como apontou Lacerda tal ato cairia no agrado dos brancos, os quais apreciariam trabalhadores "quietos", sem contestarem os seus direitos. Segundo Gilroy (2001, p.244), "a batalha entre Du Bois e Washington mostra como a educação emergiu como

um foco maior para a atividade política". No entanto, Du Bois tinha uma visão mais alargada da situação.

> Não se está treinando pessoas isoladamente, mas grupos em meio a grupos. E o produto final desse treinamento não deverá conceber ou um psicólogo ou um pedreiro, mas um homem. E para construir homens deve ter-se ideias amplos, puros, inspiradores de objetivos de viver – não o sórdido buscar fortuna, não as maçãs de ouro. (...) E tudo será adquirido pelo empenho humano e pela esperança; pelo treinamento e educação ininterruptos; por encontrar justiça no bem-agir e a Verdade na desimpedida busca da verdade; por encontrar a escola comunitária dentro da universidade e a escola técnica dentro da escola comunitária – tecendo assim, um sistema, não uma distorção, e fazendo nascer, não abortando. (DU BOIS, 1998, p. 102)

Voltando ao livro de Lobato, outra solução foi apresentada, o branqueamento dos negros através de uma despigmentação e, por meio dos raios ômega, causando o alisamento dos cabelos encarapinhados da população negra. No entanto, a solução final e sub-reptícia nesta operação residia na esterilização dos negros. Domingues (2004, p.280) resume bem este processo de extermínio do negro nos EUA apontado por Monteiro Lobato e realiza uma comparação para a solução encontrada no Brasil:

> No Brasil, seria através da miscigenação. Já nos Estados Unidos, depois de anos de pesquisas eugênicas desenvolvidas pelo Ministério da Seleção Artificial, seria necessário descobrir, primeiro, um produto com a capacidade de clarear a pigmentação escura da pele do negro e, finalmente, o antídoto de todas as mazelas: os raios ômega, uma fórmula mágica com a incrível capacidade de alisar o cabelo do negro e, ao mesmo tempo, esterilizá-lo. Daí passava o perigo do choque das raças e se garantia a continuidade da supremacia branca. (DOMINGUES, 2004, p. 280).

Esta solução do escritor Monteiro Lobato para a questão racial nos EUA, embora fictícia, estava pautada em uma concepção eugenista que ganhou corpo na ciência brasileira no início da república. Lacerda propôs uma saída para o problema apresentado por Du Bois:

> Exterminal-os é totalmente impossível e semelhante tentativa bradaria com ímpetos à consciência da humanidade. Deixal-os crescer e desenvolver-se sob a contínua pressão da outra raça, é um perigo futuro que poderá desencadear um cataclysmo social formidável, com uma luhta renhida e sangrenta entre as duas raças.
>
> A solução única, mais consoante aos interesses nacionaes e à tranqüilidade do paíz, seria dispersal-os pelos territórios da União, e deixal-os alli assimilar-se às populações ruraes, com leis de proteção e garantias votadas pelo Congresso. Como bons trabalhadores ruraes, os negros cooperariam para o progresso agrícola dos Estados Unidos. (LACERDA, 1912, p. 22)

João Batista não apontou como solução a expatriação derivada de uma emigração para o Amazonas como sugeriu Lobato em sua ficção, mas indicou uma migração interna no intuito de dispersar a população negra, evitando, desta forma, uma situação de tensão entre forças antagônicas. A solução de Batista contém, também, um viés econômico ao integrar os negros na dinâmica de produção agrícola, a fim de contribuir para a economia dos EUA.

No caso do Brasil, como foi visto, Lacerda trabalhou a ideia da miscigenação como um elemento que levaria o país a um destino glorioso com uma população branca. Esta opção na obra de Lobato não foi benquista. Em um trecho do Presidente Negro, o escritor coloca as suas teorias racialistas no personagem de Miss Jane em um diálogo com Airton:

> – Erro impossível de ser corrigido, aventurei. Também aqui arrostamos com igual problema, mas ao tempo acudimos uma solução prática – e por isso penso que ainda somos mais pragmáticos do que os americanos. A nossa solução foi admirável. Dentro de cem ou duzentos anos terá desaparecido por completo o nosso negro em virtude de cruzamentos sucessivos com o branco. Não acha que fomos felicíssimos na nossa solução?
>
> Miss Jane sorriu de novo com o meigo e enigmático sorriso do professor Benson.
>
> – Não acho, disse ela. A nossa solução foi medíocre. Estragou as duas raças, fundindo-as. O negro perdeu admiráveis qualidades físicas de selvagem e o branco sofreu a inevitável piora de caráter, conseqüente a todos os cruzamentos entre raças díspares. Caráter racial é uma cristalização que às lentas se vai operando através dos séculos. O cruzamento perturba essa cristalização, liquefá-la, torna-a instável. A nossa solução deu mau resultado. (LOBATO, 2008, p. 50)

Este trecho foi uma crítica explícita à teoria desenvolvida por Lacerda e defendida no Congresso das Raças e às políticas de branqueamento que se pautavam, justamente, no cruzamento de raças, ou seja, na miscigenação. Como foi visto nesta pesquisa, a literatura foi um meio pelo qual a ciência chegou ao público desde as décadas finais do século XIX e permaneceu influente no decorrer da Primeira República. O livro de Lobato, analisado neste capítulo, comprova a utilização da literatura para debater as teorias racialistas e para formular possibilidades de se construir uma nação "avançada" seguindo dogmas eugenistas.

Outro ponto a se observar é que seja em obras literárias que entram no campo da ficção com adornos cientificistas ou em trabalhos estritamente científicos, a comparação

com a questão do negro entre Brasil e os EUA se fez presente. Entre aproximações e similitudes nos processos desenvolvidos desde a escravidão nos dois países, no Brasil, a política de branqueamento através do fluxo deliberado de imigrantes brancos a fim de se dinamizar a miscigenação, foi um diferencial de extrema relevância.

Neste sentido, a figura de Batista de Lacerda se destaca ao defender no Congresso das Raças essa solução de branqueamento para o problema do país. A saída encontrada por Lacerda não pregava a esterilização dos negros como sugeriu Lobato em sua obra, mas de certa forma, entendia que o progresso para o país só viria com a eliminação da população negra, indígena e mestiça, ou seja, uma "redução étnica".[16]

3.3 "Redução Étnica": O Branqueamento Através de Mestiçagem

A memória de Batista de Lacerda afirmava que a miscigenação e, por conseguinte, o branqueamento, através da imigração de brancos europeus, faria eliminar a presença dos negros no prazo de cem anos, propiciando condições para que o Brasil alcançasse os altos degraus da civilização. Segundo Lacerda (1911, p. 18) este procedimento de seleção sexual contínuo eliminaria também os mestiços, purgando-os de todas as características indesejadas dos negros, subjugando o atavismo e realizando no país uma "*réduction ethnique*" (redução étnica).

Desta forma, a mestiçagem seria um importante fator neste processo. O antropólogo congolês erradicado no Brasil, Kabengele Munanga, desenvolveu um trabalho, lançado em 1999, denominado Rediscutindo a Mestiçagem no Brasil: identidade nacional versus identidade negra; neste trabalho, Munanga (1999, p.20) faz uma conceituação que se aplica a esta pesquisa, sobre as suas análises a mestiçagem designa uma série de situações de miscigenação entre populações que biologicamente apresentam características diferentes, porém, o cerne do estudo recai sobre os fatores

[1616]É importante destacar a raça sociológica dos protagonistas deste subcapítulo, a fim de contextualizar a posição deles e contribuir para a análise do estudo: Lacerda e Monteiro Lobato eram brancos e Du Bois era negro.

psicológicos, sociais, político-ideológicos e econômicos que são derivados deste processo biológico atrelado a história evolutiva da humanidade.

Marcelo Paixão (2006, p.38) afirma que "elite eurodescendente" da Primeira República mesmo sem ter uma perspectiva positiva sobre a mestiçagem para o futuro do país não se utilizou de recursos jurídicos explicitamente segregacionistas como o fez os Estados Unidos e as colônias anglófonas, produzindo códigos legais distintos tanto para brancos como para negros.

> Este fato não deve ser desprezado, pois significou que as elites brasileiras escolheram traçar planos de dominação sobre a massa descendente dos antigos escravos que dispensavam o uso de instrumentos formais de segregação social, mas, apenas, mecanismos implícitos e dissimulados, os quais vieram mostrar sua igual eficácia no reforço das hierarquias sociais. (PAIXÃO, 2006, p.38)

Abdias do Nascimento (1978, p.70) aponta que desde a época colonial houve uma preocupação para se evitar o crescimento da população negra, e um dos recursos foi a importação desigual de gêneros, com o excesso de homens em detrimento as mulheres. E outro meio foi a vinda de imigrantes brancos.

> A predominante racista orientação da política imigratória foi outro instrumento básico de embranquecer o país. A assunção prevalecente, inspirando a nossas leis de imigração, considerava a população brasileira como feia e geneticamente inferior por causa da presença do sangue negro-africano. (NASCIMENTO, 1978, p.70)

A imigração de europeus foi largamente utilizada na Primeira República com o intuito de promover a miscigenação e assim favorecer o branqueamento da população. Oracy Nogueira (2006, p.297) salientou essa expectativa de que o índio e o negro fossem eliminados racialmente pelo processo contínuo de cruzamento com o branco, revelando que era uma solução encontrada pelo Brasil para acabar com a heterogeneidade étnica da população brasileira. Em relação à formação étnica e social do Brasil, Moura (2014, p. 211) apresenta uma escala discriminatória traçada historicamente da sociedade brasileira, na qual ele coloca no topo como um tipo ideal étnico e superior, o branco, em seguida, elenca em ordem decrescente de valor na sociedade, o mulato, o mameluco, o cafuzo, o pardo, o índio e, por último, o negro. O negro é considerado a negação do tipo ideal étnico, social e até estético; o que o coloca em uma situação de total inferioridade na sociedade pela classe dominante.

Segundo Giralda Seyferth (1986, p. 54), a doutrina do branqueamento manifestava a preocupação com o que os cientistas observavam a questão da mestiçagem e seus desdobramentos para a formação do país, no entanto, o oxímoro deste busílis apresentava a mestiçagem como a solução mais viável para o problema da raça. O branqueamento, através da mestiçagem, continha em seu cerne um teor peremptoriamente biopolítico, no qual, suscitou uma aquiescência ideológica, inculcando, nos próprios negros, a necessidade de uma união interracial que derivasse em uma prole de pele mais clara. Sobre isto, Domingues relata que os pais negros incentivavam os seus filhos a se casarem com pessoas não-negras na intenção que seus netos e bisnetos se afastassem dos traços característicos dos negros. E complementa dizendo que, "Ao incorporarem os mandamentos do 'branqueamento biológico', os pais das famílias negras realizavam uma vigilância rigorosa dos filhos. Desde os amigos do bairro até os namorados passavam pelo crivo da aprovação eugênica" (DOMINGUES, 2004, p.293).

Skidmore (1976, p. 81) explica que a tese de branqueamento se pautava na suposta superioridade branca, que muitas vezes era traduzida em mitigações como raças "mais adiantadas" e "menos atrasadas", pois estava ainda em discussão a inferioridade inata de algumas raças. O brasilianista estadunidense continua sua explicação afirmando que a diminuição da população negra seria devido à parca taxa de natalidade, à incidência regular de doenças e à desorganização social; além disso, a miscigenação geraria uma população de pele mais clara, pois geneticamente o branco era mais forte e os negros, como Domingues argumentou, procuravam se relacionar com pessoas mais claras. Este sistema de padronização colocando o branco como o grupo racial que serviu de parâmetro para a cultura universal suscitou uma institucionalização das características deste grupo como a única expressão de humanidade possível. No entanto, esta convicção de superioridade racial atribuída aos brancos parte da imposição deste grupo que se situa como grupo dominante na sociedade, servindo como referência estética, cultural e como referência de superioridade moral, intelectual, sexual e de classe. (MOREIRA, 2019, p.55).

A questão do branqueamento envolvia, na verdade, uma construção ideológica de nação, a esse respeito, Munanga (1999, p.52) afirma que vários intelectuais desde a

Primeira República entraram em uma discussão sobre a formação étnica única do país, entre eles estavam Batista de Lacerda, Raimundo Nina Rodrigues, Silvio Romero, Euclides da Cunha e Oliveira Vianna. Era necessário definir o típico brasileiro, o brasileiro que forma o Brasil como nação. Esta definição também elegeria a população que não faria parte desta nação. Seguindo esta linha de pensamento, Paixão (2006, p. 40) traduz este projeto de branqueamento do povo brasileiro como uma intencionalidade que afasta os negros e os indígenas do futuro do país, pois eles representariam um passado que o país queria deixar para trás e seguir em direção à modernização brasileira.

O ideal de branqueamento, desta forma, era o discurso dominante das elites brasileiras e que cerzia o imaginário de toda a população do país. Um grande teórico desta posição de branqueamento foi o advogado e historiador Oliveira Vianna. Vianna em seu trabalho Evolução do Povo Brasileiro, datado de 1922, reforça a teoria da formação do Brasil ter sido constituída por três raças (brancos, negros e indígenas), o que era um ponto singular entre todos os povos, raças que ele considerava "radicalmente distintíssimas", das quais duas seriam exóticas, formando um caldeamento étnico que dista, de uma forma intensa e complexa, dos países latinos que compõem o continente. Vianna (1938, p. 180) considerava que o cruzamento entre os tipos superiores das raças negras e indígenas (entendidas como raças inferiores perante aos brancos) com o branco dotado de eugenismo, ou seja, um branco melhorado, resultaria em mestiços superiores. Neste ponto, ele fez uma defesa aos mestiços brasileiros, assim como fez Lacerda anos antes de Vianna no Congresso das Raças, colocando que a "plebe mestiça" do país se destacava com poderosas individualidades contribuindo para o processo civilizador brasileiro.

Ao destacar o valor dos mestiços, Vianna (1938, p. 191) argumentou da necessidade de uma ampliação da mestiçagem em todo o território nacional, pois ele afirmou que as "raças bárbaras" (negras e indígenas) se encontravam em estado puro, primitivo, em muitas regiões do Brasil. Entretanto, ele observou que houve um processo de "aryanização" (branqueamento) em várias regiões do país, percebendo que o número de brancos aumentava gradativamente. Vianna (1938, p.192) apurou que entre 1835 e 1890 o número de brancos foi de 845.000 para 6.302.198, enquanto o de negros foi, no mesmo período, de 1.987.000 para 2.097.426. Pelos estudos de Vianna a população

mestiça também não superou a branca saindo de 648.000 e chegando a 4.638.495. Vianna explicou esse crescimento do branco como um natural desenvolvimento da massa ariana e do processo de imigração de europeus para o país. Ele formulou que este movimento de arianização não se deveu somente ao aumento da população branca, mas também à seleção étnica que se desenvolveu entre os mestiços que reduziu os "sangues bárbaros" na população em geral, ou seja, o sangue branco crescia cada vez mais refinando a raça. Vale destacar a crítica que Skidmore fez a esses números divulgados por Vianna na década de 1920:

> Oliveira Viana produzira uma versão demasiado otimista do ideal de branqueamento. Isso era ainda mais extraordinário por ter sido veiculado na introdução de uma publicação oficial, a do censo de 1920. Conquanto não levasse qualquer endosso do governo, a exposição teórica de Oliveira Viana resumia a doutrina da elite, expressa repetidamente no debate do futuro étnico do Brasil (SKIDMORE, 1976, p. 221).

Domingues (2004, p. 282) argumenta que houve um branqueamento social pautado na aquisição pelos negros de um conjunto comportamental considerado positivo e associado aos brancos. Por sua vez, Munanga (1999, p.101) entende que esta aquisição, na verdade, foi uma assimilação imposta pela elite dirigente, a fim de homogeneizar a identidade nacional com um diapasão eurocêntrico.

> Por outro lado, o processo de construção dessa identidade brasileira, na cabeça da elite pensante e política, deveria obedecer a uma ideologia hegemônica baseada no ideal de branqueamento. Ideal esse perseguido individualmente pelos negros e seus descendentes mestiços para escapar aos efeitos da discriminação. (MUNANGA, 1999, p.101)

Moura (2014, p. 216) considera que os não brancos absorveram os valores brancos da classe dominante, ou seja, não houve uma miscigenação, uma mistura, mas uma sobreposição de um ideal branco que despersonalizou étnica e racialmente uma população de não brancos. Este raciocínio encontra abrigo nas palavras de Fanon (2008, p.94) "Em outras palavras, começo a sofrer por não ser branco,na medida em que o homem branco me impõe uma discriminação, faz de mim um colonizado, me extirpa qualquer valor, qualquer originalidade (...)". Ou seja, este processo de branqueamento atinge não só o aspecto social dos negros, mas também as suas subjetividades. Neste sentido, os próprios negros buscavam pelo branqueamento, pela a aproximação de um ideal do ego branco. Entende-se ideal do ego, neste trabalho, a definição de Neusa Santos Souza (1983, p.33) que considera que "O Ideal do Ego é do domínio do simbólico. Simbólico quer dizer articulação e vínculo. Simbólico é o registro ao qual

pertencem a Ordem simbólica e a Lei que fundamenta esta ordem". Dito de outra forma, a construção psíquica e de subjetividade do indivíduo é ancorada pelo Ideal do Ego e como este ideal do ego foi determinado cultural, econômico, social e violentamente por um padrão branco ocidental, os negros foram forçados a aceitar o seu branqueamento.

Uma das consequências desta cultura de branqueamento, ou "miscigenacionista", foi a escolha de uniões conjugais pelos negros com pessoas de pele clara demonstrando a insatisfação com os seus próprios traços negroides e a projeção que seus descendentes adquirissem o fenótipo típico europeu branco (NOGUEIRA, 2006, p. 298). A condição de ser branco está ligada, segundo Souza (1983, p.34), a ser "aristocrata, elitista, letrado e bem sucedido", além de ser "rico, inteligente e poderoso". Destarte, o branco é o ideal a ser seguido não havendo outra possibilidade de inclusão na sociedade a não ser pelo branqueamento.

Desde a abolição da escravatura, e logo em seguida com a chegada da República no Brasil, a situação da população negra esteve nesta configuração de exclusão social e econômica, em que a opção mais viável de inclusão era a sua anulação como identidade negra. Esta percepção de inferiorização perante o branco fez com que o negro quisesse se afastar de sua situação estigmatizada, e em relação ao processo de estigma, vale destacar a postulação de Ianni:

> Estigma esse que se insere e se impregna nos comportamentos e subjetividades, formas de sociabilidade e jogos de forças sociais, como se fosse "natural", dado, inquestionável, reiterando-se recorrentemente em diferentes níveis das relações sociais. Desde a vizinhança até os locais de trabalho, da escola à igreja, do entretenimento ao esporte, das atividades lúdicas às estruturas de poder. (IANNI, 2004, p.23)

O intelectual Adilson Moreira (2019, p.59) não utiliza a palavra estigma para definir este processo taxonômico que propicia a exclusão e condiciona os comportamentos em sociedade. Ele utiliza o conceito de estereótipo, o qual entende que possui uma dimensão política que é capaz de validar arranjos sociais que se manifestam na exclusão, cumprindo uma função ideológica para reproduzir relações desniveladas de poder na sociedade. Assim, "estereótipos são sempre usados para a manutenção de processos de estratificação, porque perpetuam as desvantagens que afetam grupos minoritários e reforçam o status privilegiado dos grupos dominantes" (MOREIRA, 2019, p. 60). Na verdade, este processo de estigma ou de estereótipo foi criado por

aqueles que discriminaram, hierarquizaram e classificaram a população negra; desta forma, Fanon (2008, p.90) escreve que "é o racista que cria o inferiorizado". O busílis desta proposta, que visava o branqueamento da população, estava na condição que se colocava ao negro. O quanto isto afetava (e ainda afeta) a sua subjetividade, a sua identidade e o seu lugar no país. O seu lugar era um não lugar, ou mesmo, um outro lugar, uma heterotopia.[17] O negro à margem da sociedade, que não encontrava espaço nas relações sociais e econômicas.

> O Negro foi obrigado a disputar a sua sobrevivência social, cultural e mesmo biológica em uma sociedade secularmente racista, na qual as técnicas de seleção profissional, cultural, política e étnica são feitas para que ele permaneça imobilizado nas camadas mais oprimidas, exploradas e subalternizadas. (MOURA, 2014, p.219)

Este imobilismo social teve como ponto de superação, ou melhor, teve uma alternativa de fuga, a aceitação do branqueamento por parte da população negra. Vale deixar claro, que este imobilismo foi gerado por um preconceito racial presente na sociedade brasileira. Neste trabalho, adota-se a definição de preconceito racial utilizado por Oracy Nogueira que afirma que

> Considera-se como preconceito racial uma disposição (ou atitude) desfavorável culturalmente condicionada, em relação aos membros de uma população, aos quais se têm como estigmatizados, seja devido a aparência, seja toda ou parte da ascendência étnica que se lhes atribuí ou reconhece. (NOGUEIRA, 2006, p. 292)

Nogueira (2006, p. 291-292), ao comparar o preconceito racial que há no Brasil com o preconceito que há nos EUA, conceituou o preconceito no Brasil de preconceito racial de marca e nos EUA, ele definiu que é um preconceito racial de origem. No caso estadunidense, o preconceito atingiu a quem não descende de um grupo étnico especifico, este grupo privilegiado é o *WASP* (***White, Anglo-Saxan and Protestant***), ou seja, o branco anglo-saxão protestante, todos que diferiam deste grupo como os latinos, os negros e os indígenas foram discriminados, não importando os seus aspectos fenotípicos. No caso do Brasil, Nogueira identificou o preconceito através do fenótipo, das características físicas, ou seja, é um preconceito de marca, de estigma, quanto mais

[17]Heterotopia é um lugar à margem da sociedade, um limbo, um lugar fora do lugar comum. Nas palavras de Foucault (2013, p.26) "as heterotopias possuem sempre um sistema simples de abertura e de fechamento que as isola em relação ao espaço circundante".

escura for a pele de um indivíduo mais suscetível a discriminação este indivíduo estará sujeito.

O negro foi colocado em um dilema aventado por Fanon que foi "branquear-se ou desaparecer", e, ao se branquear, o indivíduo negro deveria recusar a sua herança cultural africana e se afastar do convívio com os negros pauperizados, situando-se em uma classe distinta que seria os "branqueados socialmente", formando assim uma elite preta (DOMINGUES, 2004, p.285-286). Havia, na verdade, uma lista de condutas que poderiam embranquecer o negro, dentre as quais pode se destacar a não ingestão de bebida alcoólica, a interdição da prática de jogos de azar, ser católico, cumprir os seus deveres, ou seja, reproduzir a conduta atribuída e idealizada da classe dominante. Evidentemente, esta conduta partia de um imaginário que os brancos dedicavam a si próprios e não em um fato imanente e concreto. Domingues (2004, p.286) lembra que "condenava-se a boemia, a prostituição, as religiões de matriz africana, a prática da capoeira, o samba, afinal, o negro devia ter um comportamento puritano".

O branqueamento funcionou também e, sobretudo, esteticamente, como o modelo de beleza era branco, os negros se esforçaram para eliminar, ou, no mínimo, mitigar os seus traços característicos (lábios grossos, cabelo crespo e nariz largo) como, por exemplo, alisar o cabelo; um dos procedimentos utilizados, como foi visto nesta pesquisa, na obra ficcional de Monteiro Lobato para resolver o problema do negro nos EUA. Quando Oliveira Vianna (1938, p. 156) fez uma análise sobre os tipos africanos que vieram para o Brasil, ele atribui as nações achanti, mina ou fula uma grande beleza, justamente, por possuírem suavidade nos traços, por terem a pele mais clara e por terem o cabelo menos encarapinhado. Contudo, em seu entendimento, Vianna (1938, p.156) afirmou que "em relação à belleza plástica, nenhum delles sobreleva os jolofos e os sêrêres, cuja soberba compleição tem a pureza, a graça e a nobreza do typo europeu". No que se refere aos frutos da mestiçagem entre o branco e o negro, Batista de Lacerda (1911, p. 14), afirmou que eles não são um exemplo de beleza, mas que, em particular, no sexo feminino, podem-se encontrar formas graciosas e com proporcionalidade.

Domingues (2004, p. 290-291), no entanto, adverte que o alisamento capilar não foi o único procedimento de branqueamento estético, ele pesquisou em periódicos produtos de beleza que tinham a função de clarear a pele como o creme Minancora. O

pó de arroz também era usado para branquear a quem se destinava a se esmerar no padrão branco de beleza, e assim, branquear-se para não desaparecer, mesmo que se alienando. Esta alienação afastava as possibilidades de autoafimação de sua identidade negra, interferia em sua subjetividade e dificultava uma unidade identitária capaz de resistir como grupo social, através de uma consciência coletiva, ao processo de branqueamento.

Fanon (2008, p.95), baseado nos estudos psicanalíticos sobre alguns pacientes, colocou uma possibilidade de atuação em que o negro não ficasse em uma encruzilhada na qual só haveria o dilema de branquear ou desaparecer, ele propôs "conscientizar o inconsciente" e argumentou que o negro

> deve poder tomar consciência de uma nova possibilidade de existir; ou ainda, se a sociedade lhe cria dificuldades por causa de sua cor, se encontro em seus sonhos a expressão de um desejo inconsciente de mudar de cor, meu objetivo não será dissuadi-lo aconselhando a "manter as distâncias"; ao contrário, meu objetivo será, uma vez esclarecidas as causas, torná-lo capaz de escolher a ação (ou a passividade) a respeito da verdadeira origem do conflito, isto é, as estruturas sociais. (FANON, 2008, p. 95-96)

Souza (1983, p. 40) lançou uma áspera questão, ao indagar que se o ideal de ego do negro era ser branco e esta alternativa era impossível, o que restaria ao negro? Ela responde dando duas possibilidades: "sucumbir às posições do superego ou lutar, lutar ainda mais, buscando encontrar novas saídas". A primeira alternativa era cair na melancolia passando pela baixa autoestima, angústia, sentimento de inferioridade e de culpa. A segunda alternativa poderia ter como saída deste quadro de psicopatia encontrar um ideal de ego mais identificável com a sua própria realidade e vivência, e principalmente, uma via atrelada a História, uma via de militância política e de poder de transformação histórica.

Neste sentido, o entendimento que a origem do conflito está nas estruturas sociais, como alertou Fanon, a intelecção da conformação política e econômica que se pauta a sociedade pode levar a saída de uma das falsas alternativas, que o modelo social brasileiro impôs aos negros, que foi a saída pelo individualismo, a saída pelo embranquecimento, ou seja, a negação de sua negritude. Gislene Santos apresenta um exemplo calcado em um personagem negro de grande relevância na história do Brasil

que teve que encontrar alternativas para superar o preconceito racial da época, trata-se de André Rebouças.

Segundo Santos (2002, p. 102-103), Rebouças frequentava o ambiente branco, pois se enquadrava no estereótipo branco e se afastava de todos os predicados que o identificasse como um descendente de africanos. No entanto, Rebouças não podia fugir de sua negritude, pois fenotipicamente era um homem negro e isto implicava algumas restrições e desconfianças do mundo branco do qual participava. Rebouças viveu o dilema o qual aborda Fanon, "branquear-se ou desaparecer". E como ele era um intelectual e a inteligência do negro era sempre posta em dúvida, Rebouças preferiu não fazer uma defesa de sua identidade negra para poder ser reconhecido como refinado, inteligente e superior, qualidades atribuídas aos brancos; porém, não deixou de se interessar pelo movimento abolicionista e, no fim da vida, ainda se dedicou a estudar o desenvolvimento dos países africanos. É de fundamental importância entender o contexto da época, entender que entre os anos finais do Império e início da República as teorias racialistas exerciam grande influência e eram determinantes na condução dos comportamentos da sociedade. A preocupação de Rebouças de se manter reservado em relação a questão racial foi consequência deste ambiente da época e as manifestações a esse respeito só vieram quando ele saiu do Brasil e foi morar na África (SOARES, 2017, p.243).

> A "opção" de Rebouças foi por trafegar entre os estereótipos tentando aderir ora a um a outro, fugir ora de um ora de outro como estratégia de sobrevivência; optou por tentar vagar entre os preconceitos. Obviamente, isto não é agradável, é o espaço daquele que não tem lugar, referências ou repouso; é o inferno daquele que se nega para se afirmar. (SANTOS, 2002, p. 104).

Esta passagem, esta situação vivida por Rebouças, remete diretamente ao conceito de heterotopia de Foucault como foi explicitado anteriormente. O negro sem lugar, sem ocupar um papel na dinâmica estrutural do país. O negro excluído de uma proposta de nação. Apesar de essa exclusão ser uma construção política e social, o discurso de João Batista de Lacerda (1911, p.19) expôs que a redução étnica, ou seja, o desaparecimento da população negra do país fora fruto de escolhas dos próprios negros que, após a abolição, saíram deliberadamente dos centros civilizados e não optaram por uma tentativa de melhoria de suas posições sociais. Ainda segundo o cientista, os negros foram para lugares menos povoados, vivendo em uma situação de selvageria, pois não

seriam capazes de viver em um ambiente civilizado, de progresso e disciplinado, um lugar de ordem e progresso como diriam os positivistas. E esta vida selvagem levaria ao desaparecimento dos negros do território brasileiro, chegando à redução étnica.

Capítulo 4 – Estado Necropolítico

4.1. Biopolítica e Necropolítica: Os Conceitos

O processo deliberado de exclusão de grupos considerados não adequados a comporem um país moderno e civilizado passa por uma proposta biopolítica. Uma proposta de Estado legitimada por intelectuais expertos-ideólogos da Primeira República, que defendiam as teorias racialistas, como o foi o caso de João Batista de Lacerda. A biopolítica está diretamente ligada às ações governamentais, pois como diz Foucault (1999, p.35) "deveríamos falar de 'bio-política' para designar o que faz com que a vida e seus mecanismos entrem no domínio dos cálculos explícitos, e faz o poder-saber um agente de transformação da vida humana (..,)". A biopolítica atua no direito de vida e de morte que, segundo Foucault (1999, p.127), deriva de um preceito romano da pátria *potestas*[18]que permitia que o pai tivesse o arbítrio sobre a vida dos seus filhos e de seus escravos. Este poder do pai migrou para o poder do soberano que geria o direito de vida e de morte dos seus súditos, rememorando o estado de natureza hobbesiano[19], em que tal poder tinha ingerência na manutenção da vida do próprio soberano.

[18]Patria potestas estava inserido no direito romano de propriedade como uma nomenclatura ligado ao pater famílias (chefe do grupo familiar) que incidia sobre pessoas e bens e que, para cada caso, obedecia a uma singularidade; por exemplo, quando a propriedade era referente a casa (domus), chamava-se dominium, quando se referia a mulher como propriedade, chamava-se manus, e por fim, quando era relativo ao filius famílias, denominava-se pátria potestas (COSTA NETO, 2015, p.6). Neste sentido, Agamben (2007, p.98) identifica a situação da pátria potestas com vitae necisquepotestas, ou seja, o poder sobre a vida e a morte dos filhos, localizando o pátria postestas, por extensão, no poder soberano que atua sobre os cidadãos.

[19]Segundo Hobbes, "Todos os homens no Estado de natureza têm o desejo e a vontade de ferir, mas, não procedendo da mesma causa, não deve ser condenado com o mesmo vigor" (HOBBES, 2006, p.33). Neste sentido, Hobbes argumenta que existem algumas causas para ser violento com o outro, uma delas é a igualdade, que permite que os homens entrem em concorrência entre si, disputando o mesmo desejo,

O filósofo e jurista italiano Giorgio Agamben (2007, p.62) enriquece o conceito de biopolítica apresentando a figura do *homo sacer* que "surge no direito romano arcaico e consiste em uma situação condenatória jurídica que um indivíduo se torna matável e insacrificável" (COSTA, 2016, p. 41). Neste sentido, o *homo sacer* é aquele que poderia ser morto por qualquer um, mas após a sua morte não se poderia realizar as suas exéquias. No Império Romano, a ritualística na morte conferia uma conexão com o sagrado que garantia ao morto uma passagem honrosa para o além. A punição aplicada pelo soberano a este morto retirava o seu sentido de morte e de vida e o deixava em um limbo. Havia, nesta severa punição, uma condenação de morte dupla, pois havia a morte no mundo profano e a morte no mundo sagrado, colocando-o em uma heterotopia. O *homo sacer* vive justamente nesta heterotopia, condenado por um soberano que definiu a sua sentença de vida e de morte.

Este *homo sacer* responde por uma vida nua que é matável e insacrificável. Esta vida nua que Agamben (2007, p.9) localiza como uma vida natural ligada a zoé, que era a representação do viver comum a todos os seres viventes, incluindo na lista os animais, os homens ou mesmo os deuses, e que não estava na esfera da pólis. Em contraponto havia a vida qualificada, bios, que era a maneira de um indivíduo ou um grupo viver, mas estava inserida no contexto político societal. Segundo Agamben (2007, p.16) "a dupla categorial fundamental da política ocidental não é aquela amigo-inimigo, mas vida nua-existência política, zoés-bio, exclusão-inclusão". Esta vida nua que não ocuparia um lugar nos cálculos políticos é inserida não como participante, mas como o justo oposto, um não lugar dentro da política, ou melhor, dentro das expectativas dos estados modernos. Destarte, a vida nua fora incluída em uma exclusão, em um espaço heterotópico, o qual Agamben argumenta que

> (...) o fato de que, lado a lado com o processo pelo qual a exceção se torna em todos os lugares a regra, os espaço da vida nua, situado originariamente à margem do ordenamento, vem progressivamente a coincidir com o espaço político, e exclusão e inclusão, externo e interno, bios e zoé, direito e fato entram em uma zona de irredutível distinção. (AGAMBEN, 2007, p. 16)

---

pois se avaliam merecedores ou superiores. Outra causa é a "vã glória", ou seja, a vaidade; e a outra causa é a necessidade de se defender da violência alheia. Nesta configuração, o Estado de natureza hobbesiano se apresenta na guerra de todos contra todos e que a única maneira para controlar essa situação seria a força concentrada em um poder soberano.

O desenvolvimento das sociedades conferiu ao poder político a responsabilidade de gerir sobre a vida e a morte de uma população. Este desenvolvimento obedeceu a uma sequência que Foucault identificou ter se passado em um primeiro momento no século XVII, quando houve um adestramento do corpo, como se fosse uma máquina, a ser útil para desempenhar uma determinada função; ou seja, houve uma disciplinarização dos corpos. Em outro momento houve uma regularização dos corpos, desta vez, sobre um viés biológico que contém em si um processo de controle populacional. Desta forma "A velha potência de morte em que se simboliza o poder soberano é agora, cuidadosamente, recoberta pela administração dos corpos e pela gestão calculista da vida" (FOUCAULT, 1999, p. 131). Isto garante corpos sujeitados sob um poder que exerce domínio sobre a população.

Estes dois momentos, localizados um no século XVII e outro no século XVIII, entraram no século XIX como um biopoder que foi de ingente relevância para o fortalecimento do capitalismo. E um dos elementos constitutivos deste biopoder foi a sexualidade. Fátima Lima (2018, p, 22), porém adverte que estes dois momentos não são distintos e funcionam como um "acoplamento" das engrenagens do poder que dão vida a uma máquina biopolítica que tem um alcance microcapilar abrangendo todas as esferas da sociedade. Neste trabalho, a sexualidade como elemento biopolítico, faz-se presente através do processo de miscigenação que comporta evidentemente o intercurso sexual para a realização do processo político planejado pelo governo de branqueamento da população, afetando as subjetividades negras e as formas sociais de pertencimento ao país. Focault (1999, p.138) argumenta que "saúde, progenitura, raça, futuro da espécie, vitalidade do corpo social, o poder fala da sexualidade e para a sexualidade; quando a esta, não é a marca ou símbolo. É objeto e alvo". Duarte (2008, p.48-49) identificou no século XIX uma evolução em que o disciplinamento dos modos de agir, das condutas, avançou para um controle planificado da população abarcando todo o corpo social.

> O sexo se tornou o alvo de toda uma disputa política, ele se tornou o foco de um controle disciplinar do corpo individual, ao mesmo tempo em que está diretamente relacionado aos fenômenos de regulação das populações, conferindo um acesso do poder à vida da própria espécie (DUARTE, 2008, p.49)

As articulações biopolíticas não se restringem a uma dinâmica de sexualidade, neste estudo será visto as políticas de Estado que envolvem temáticas sanitárias e

habitacionais. O biopoder e suas técnicas relativas ao corpo disciplinar e regulatório conduziram ao domínio do capitalismo e seus processos de hierarquização social e racial, de exclusão, de hegemonia moldada em padrões étnicos e de submissão ao capital. O biopoder entrou no século XX com todas estas capacidades de controle sobre a vida e a morte formatando governos biopolíticos. Estes governos que utilizam a biopolítica entram segundo Agamben (2007, p.125) em um território que abriga campos de concentração, direito e eugenia que podem ser aproximar de uma tanatopolítica, que consiste em controlar a morte de indivíduos, destarte, a "soberania produz o corpo bioplítico da população, dispondo da sua vida e das condições de sua morte. Faz morrer, ou, deixa viver" (ASSMANM. BAZZANELLA, 2012, p. 10). Baumann ao fazer considerações sobre os trabalhos de Foucault e Agamben, e observando a extensão de perspectiva do estudo do filósofo italiano comenta que:

> O biopoder é examinado e ampliado com fenômenos como o campo de concentração, o fugitivo, o complexo técnico-médico, mas precisamente com o direito sobre eles, gerado pelo Estado. O próprio Foucault não teria mais conseguido elaborar adiante esta concepção, depois que colocou preliminarmente de lado os aspectos e as premissas jurídico-institucionais de suas análises do discurso do biopoder moderno. (BAUMANN, 2003, p. 13)

Os estudos de Foucault e de Agamben sobre biopolítica ganharam a contribuição de Achille Mbembe quando este desenvolve o conceito de necropolítica (2018, p.8) que consiste, em primeira instância, neste uso do poder soberano que decide quem deve morrer e quem pode viver. Mbembe deixa claro que o racismo é peça fundamental na construção do biopoder, pois o "racismo é acima de tudo uma tecnologia destinada a permitir o exercício do biopoder" (MBEMBE, 2018, p. 18). Segundo Almeida (2018, p. 115), o racismo cumpre uma dupla função ligada ao Estado, ou seja, ao poder soberano; uma delas tem a ver com a fragmentação que implica um sistema taxonômico em que se hierarquizam os seres humanos, pautado em conceito biológico. Nesta função, o racismo atua classificando as pessoas em superiores e inferiores, atrasados e adiantados, ou mesmo em quem pode viver e os que devem morrer. A segunda função do racismo está relacionada com aceitação, ou melhor, a normatização da morte do outro. Esta função condiciona uma visão não de extermínio, assassínio ou eliminação do outro, mas uma resposta a perfectibilidade da nação em geral, beneficiando a todos do Estado.

Neste sentido, poder soberano, que pode ser identificado neste trabalho como o poder do Estado e do poder das instituições atreladas a ele, decide sobre a vida e a morte

das pessoas. A biopolítica de Foucault e de Agamben, neste estudo, caminha para a necropolítica de Mbembe, pois quando Batista de Lacerda vai ao Congresso de Raças comunicar que havia um planejamento para extinguir os negros do Brasil em um prazo de cem anos, há nesta proposta uma concepção necropolítica. Quando o poder soberano do governo central decide fomentar a imigração com o intuito de uma mestiçagem que levaria a um embranquecimento, há nisto uma intenção de eliminar uma raça específica, a negra, a mestiçagem funciona, desta forma, como um instrumento de fazer morrer e deixar viver.

Agamben (2007, p.113) se aproxima da perspectiva de Mbembe quando afirma que há grupos, e nisso há uma construção de conceito, que têm uma vida indigna de ser vivida, ou seja, são desprovidos de valor, suscitando o aniquilamento dessa vida. Agamben (2007, p. 125), ao se aprofundar nas análises desenvolvidas por Foucault, supõe que o filósofo francês chegou ao ponto máximo da moderna biopolítica quando se refere às políticas dos grandes governos totalitários do século XX, que com o terror, principalmente, dos campos de concentração efetivaram normas biopolíticas. Mbembe (2018, p. 27) por sua vez considera a escravidão como uma das primeiras mostras da capacidade da biopolítica, o embrião do terror moderno. O escravo tinha uma condição de perda tripla, ou seja, há a perda de seu lar, de sua terra natal, perda de direitos sobre o seu próprio corpo e a perda de seu estatuto político. Estas perdas configuram uma morte social. Mbembe fala do escravo em um contexto de plantation, porém, mesmo depois do fim da condição de escravo e com a liberdade formal conquistada, os escravos de origem africana permaneceram mortos socialmente.

Mbembe (2018, p. 31-32) destaca que no mundo colonial houve a proibição de casamentos mistos, a seleção de raças e a esterilização imposta; elementos que caracterizaram os estados totalitários do século XX, realizando, desta forma, uma conexão do nacional-socialismo com o tradicional imperialismo. Evidentemente, não se pretende fazer aqui uma analogia de tempos tão distintos, ou mesmo ser anacrônico, no entanto, estes elementos apresentados caracterizam um estado totalitário. Vale destacar que o legado colonial atingiu a sociedade pós-abolição, mais propriamente estudado neste trabalho, na instalação da república no Brasil compondo uma maquinaria necropolítica em que elementos referentes à colonialidade se consubstanciaram. Estes

elementos são analisados por Lima (2018, p.22) em seu trabalho, que faz uma interposição dos conceitos de Foucault e Mbembe, como um território epistêmico e metodológico que pode ser aplicado tanto no Brasil como nos países latino-americanos e caribenhos e que tem como principais características ter passado por um processo de escravidão e pelo sistema de plantation. Almeida define a necropolitica, nos moldes de Mbembe, da seguinte forma:

> A necropolítica, portanto, instaura-se como a organização necessária do poder em um mundo em que a morte avança implacavelmente sobre a vida. A justificação da morte em nome dos riscos à economia e à segurança torna-se o fundamento ético dessa realidade. Diante disso, a lógica da colônia materializa-se na gestão praticada pelos Estados contemporâneos, especialmente nos países da periferia do capitalismo, em que as antigas colônias as práticas coloniais deixaram resquícios. (ALMEIDA, 2018, p.96)

Seguindo esta linha de raciocínio, torna-se imprescindível coadunar as análises sobre necropolítica ao contexto em que foi apresentado o estudo de Batista de Lacerda em relação ao fim da população negra no país. O Brasil, em específico, guarda características muito pronunciadas e idiossincráticas que conferem uma singularidade nas análises de necropolítica. O Brasil e seu histórico colonial, imperial e escravocrata permitiram estas permanências em seu novo registro de governo, o republicano, pois a lógica do plantation, como diz Mbembe (2018, p. 36-41), em que o direito soberano de matar podia ser exercido a qualquer momento e de qualquer maneira nas colônias sobre quem a soberania definia quem importa e quem não importa fora transferido para as políticas públicas governamentais.

> (...) a soberania consiste no poder de fabricar toda uma massa de gente habituada a viver no fio da navalha ou, ainda, à margem da vida – gente para quem vida é sempre a prestar contas a morte, em condições que a própria morte tende a tornar-se cada vez mais algo de espectral, tanto pelo modo como é vivida como pela maneira como acontece, (MBEMBE, 2017, p. 64-65)

No entanto, houve um refinamento nas práticas do estado republicano, em que a posição e o respaldo dos intelectuais conferem legitimidade a estas políticas públicas, destarte, "(...) o Estado se comprometeria a 'civilizar' os modos de matar e atribuir objetivos racionais ao próprio ato de matar" (MBEMBE, 2018, p. 33). O papel de intelectuais como Lacerda neste processo azeitou as engrenagens da necropolítica que tem como força motriz justamente o poder-saber. Este poder-saber valorizado e

requisitado aos expertos-ideólogos ao fim do século XIX e início do século XX tinha sua força legitimadora que validava propostas políticas do novo regime.

Esta díade poder-saber está diretamente atrelada à produção da verdade que as sociedades em todo o mundo privilegiam. Foucault (2006, p.229) considera que as produções de verdade fazem parte dos mecanismos de poder e os mecanismos de poder produzem verdades. Esta relação de reciprocidade alimenta a máquina biopolítica e se capilariza pelo cotidiano das sociedades e acaba favorecendo a demandas das altas esferas do poder.

A lógica do plantation deixou também para o regime republicano os procedimentos de gestão da vida do escravo que era de uma vida instrumentalizada, coisificada, para atender as demandas da produção; vida sob constante ameaça, sob constante terror e sob constante estado de exceção, pois a regra era não ter regras nas colônias; vida que era propriedade de outrem, mercantilizada e que, por isso, era esvaziada de humanidade e de subjetividade. Nesta lógica do plantation fica claro o poder sobre a vida dos escravizados e que se estendeu, após a abolição, sobre a população deste Estado republicano, que se erigiu através do corte racial. Este Estado republicano que conservou da colônia uma divisão nítida entre o mundo dos senhores e o mundo dos escravos. Fanon (1968, p. 28-29) explica esta distinção quando explicita, em *Os Condenados da Terra*, as diferenças entre a cidade do colono e a cidade do colonizado. A cidade do colono era próspera, iluminada, sólida, onde não havia fome, onde as ruas eram asfaltadas e onde tudo era limpo; era uma cidade de brancos e estrangeiros. A cidade dos colonizados era dos que tem má-reputação, dos que tem fome, onde as casas e as pessoas se amontoavam desordenadamente, onde as pessoas nasciam e morriam sem cuidados e onde não havia luz; era uma cidade dos negros.

No livro *Ponciá Vicênzio* (2003) da escritora negra Conceição Evaristo, a autora descreve durante o percurso do romance uma condição que se assemelha a uma situação colonial, na qual há uma separação territorial entre as terras dos brancos e a terra dos negros, no qual se pode fazer uma analogia com o que Fanon apresenta em *Os Condenados da Terra*. Na cidade dos colonizados ou a terra dos negros: “A cana, o café, toda a lavoura, o gado as terras, tudo tinha dono, os brancos. Os negros eram donos da miséria, da fome do sofrimento, da revolta suicida” (EVARISTO, 2017, p.

70). Neste último ponto, a terra dos negros se encontra uma terra de exceção, uma terra de exclusão da vida. Houve uma diferenciação espacial e o espaço destinado aos negros foi marcado pela ausência, pela precariedade, este lugar impôs ao negro uma inferioridade de condições.

Evaristo expõe essa vulnerabilidade imposta ao mundo dos negros e o poder de penetração na subjetividade e na identidade do negro. Em uma passagem, a personagem principal que dá nome ao livro, Ponciá, percebe que até parte do seu nome, seu sobrenome, não pertence a ela, mas ao branco coronel Vicêncio: "Na assinatura dela a reminiscência do poderio do senhor, um tal coronel Vicêncio. O tempo passou deixando a marca daqueles que se fizeram donos das terras e dos homens" (EVARISTO, 2017, p.26-27). Esse sentimento de não pertencimento, ou melhor, de deslocamento fez com que o negro a todo o tempo se sentisse à margem da sociedade, vivendo em contínuo estado de exceção. Fanon exprimiu com fina percepção essa condição de exceção vivida pelos que vivem na terra dos negros descrita por Evaristo, configurando uma realidade necropolítica, que se notabiliza, justamente, por este estado de exceção. "Aí se nasce não se importa onde, não importa como. Morre-se não importa onde, não importa de quê." (FANON, 1968, p. 29).

Faz-se mister explicitar, utilizando-se de Mbembe (2014, p.3) para este fim, que o negro é uma invenção do capitalismo que necessitava de explorar a natureza e outros seres humanos no século XV para obter ganhos econômicos. Desta forma, o negro teve que ser conceituado desprovido de qualidades humanas, apenas um ser objetificado, uma mercadoria, uma coisa que se vende e que executa funções braçais somente. Mbembe fala de uma "razão negra" implícita neste mecanismo e que "reflete o conjunto de discursos que afirmam que é este homem-objecto, homem-mercadoria, homem-coisa, como deve ser tratado, governado em que condições se deve pô-lo a trabalhar e como deve tirar proveito dele" (MBEMBE, 2014, p. 3).

O Estado republicano brasileiro era desta lógica de plantation descrita acima, mais do que isso, era mantenedora de privilégios imperiais com a sua política de democracia aristocrática hereditária utilizando-se de uma maquinaria biopolítica para as ações do governo. Foucault (1999, p.129) lembra que as guerras significavam o meio de preservação da vida, pois em uma diagramação perversa a guerra protege a vida

impondo a morte a outros; ou seja, pode matar para continuar vivendo. Os Estados, além de proteger a vida de seus cidadãos, levavam a guerra para a sustentação de suas soberanias; porém, a estratégia ganhou outra motivação, desta vez, biológica. O direito de fazer morrer é para proteger a população, "(...) porque o poder se situa e exerce ao nível da vida, da espécie, da raça e dos fenômenos maciços da população" (FOUCAULT, 1999, p.129).

A questão colonial a que se refere Mbembe lança lume sobre como foi feito esta proteção da população, a administração disto passava por uma escolha de qual grupo teria sua vida protegida e qual grupo apresentaria perigo a esta proteção. A escolha partiu de um viés racial, herdado do legado colonial no caso brasileiro, que atingiu de forma peremptória a população negra e a população indígena, mas pode ser estendido às nações que passaram por uma experiência colonial, ou mesmo àquelas como sugere Lima (2018, p.23) de população não negra, mas empobrecida. Esta escolha privilegiou os descendentes dos colonos e dos estrangeiros brancos que, protegidos, por um discurso científico racializado, compuseram o que se entendia como o melhor do país. Almeida (2018, p.94) coloca a questão colonial "(...) como uma forma de dominação política em que se juntam os poderes disciplinar, biopolítico e necropolítico". Nas palavras de Foucault (2005, p.96), o discurso que se apropria da questão racial no âmbito da política interna de cada Estado nos anos finais do século XIX e início do século XX, que pressupõe uma proteção biológica da raça, pode ser entendido como um racismo de estado. Foucault diz que

> E vamos ver, nesse momento, todos os discursos biológicos-racistas sobre a degenerescência, mas também todas as instituições que, no interior do corpo social vão fazer o discurso de lutas das raças funcionar como princípio de eliminação, de segregação e, finalmente, de normalização da sociedade. (FOUCAULT, 2005, p.73)

Esta normalização da sociedade a qual se referiu Foucault atravessou impreterivelmente a questão do biopoder, da biopolítica chegando ao que Mbembe coloca em suas análises políticas que é a necropolítica. Lima (2018, p. 26) destaca a importância dos estudos de Mbembe, observando que a necropolítica contribui para a intelecção de processos de poder, agregando uma perspectiva de colonialidade que não se fazia presente até então. Esta nova perspectiva tira a centralidade europeia das interpretações políticas e coloca as experiências de colonização, neocolonização e

descolonização como fontes epistemológicas de análise. Neste sentido, as análises sobre os estudos de João Batista de Lacerda ganham um aprofundamento quando são passados pelo filtro necropolítico e o próprio filtro conceitual necropolítico se enriquece com a práxis brasileira localizada na Primeira República. A proposta de Lacerda estava inserida em um mecanismo necropolítico, pois, como foi dito anteriormente, defendia o fim da população negra pela miscigenação, que nas pesquisas de início do século XX evidenciava que no cruzamento entre o negro e o branco, a raça branca, como era superior, teria vantagem e nasceriam mestiços cada vez mais claros até chegar ao branqueamento da população e consequentemente, dando fim a população negra do país. Foucault (2005, p.305) argumenta que "a morte do outro, a morte da raça ruim, da raça inferior (ou do degenerado, ou do anormal), é o que vai deixar a vida em geral mais sadia, mais sadia e mais pura". Esta ciência racializada e eugenista consistia em um sistema necropolítico, que determinava a vida e a morte de um grupo. Ou seja, havia uma intencionalidade pautada na cientificidade de extermínio de uma determinada população,

Os estudos sobre necropolítica são aplicados à contemporaneidade conservando praticamente as mesmas propriedades, mas, evidentemente, em circunstâncias diferentes. Na história há um fluxo de permanências e rupturas que embalam as culturas, as sociedades e os contextos econômicos e políticos. A necropolítica tendo como uma das características mais marcantes a situação de plantation, ou seja, a lógica colonial pode ser refletida, segundo Almeida (2018, p. 96), na banalização de situações em que pessoas têm a casa invadida durante a noite, em que amigos desaparecem sem nenhuma explicação e que para andar é preciso passar por cima de corpos. E isto acontecendo em vários lugares do mundo demonstrando que a maquinaria necropolítica atua universalmente, juntamente com o racismo de Estado. Nas pesquisas de Sayak Valencia Triana (2012, p.84) a necropolítica abraça o seu conceito de capitalismo Gore que consiste em uma exposição de violência brutal atrelada a precarização econômica, o crime organizado, a construção binária dos corpos e o uso predatório dos corpos como ferramentas necropolíticas. Traina trabalha este conceito com o México contemporâneo, colocando-o no contexto do capitalismo neoliberal. Oliveira (2018, p.9) posiciona o estudo da necropolítica no Brasil, no Rio de Janeiro, e coloca as UPPs (Unidade de Polícia Pacificadora) como um centro de totalitarismo nos espaços de favela, onde há

espaços de exceção e o Estado entra nestas comunidades com ferramentas de bio/necropoder.

Abordagem desta pesquisa é histórica e pretende identificar as particularidades da necropolítica no contexto da Primeira República, o que confere uma investigação que absorve as circunstâncias de um país que havia saído de uma condição imperial escravocrata e pretendia alçar voos civilizacionais prometidos pela República. No entanto, nesta escalada de progresso civilizatório, o estado republicano se fundamentou em uma concepção excludente de nação, transformando a Primeira República em um Estado Necropolítico.

4.2 Imigração, Desterritorialização e Outras Necropolíticas

O principal instrumento para se efetuar o branqueamento da população brasileira foi a política de imigração. Batista de Lacerda, em sua memória apresentada em Londres, divulgou essa estratégia que levaria ao desaparecimento da população não branca e, por conseguinte, a modernização do país. Contudo, mesmo que o tema da imigração de brancos europeus para o Brasil já tenha sido abordado no primeiro capítulo, é imprescindível para esta pesquisa ampliar a questão da imigração, abordando pontos específicos e abrangendo, desta vez, a imigração forçada de africanos para se entender que proposta de país foi eleita e qual foi descartada.

O processo de expansão marítima europeia, a partir do século XV, estabeleceu um sistema colonial elaborado pelas potências da época como Portugal, Espanha, Países Baixos, Inglaterra e França. Este sistema se sustentou sobre o alicerce da escravidão, principalmente, de africanos que eram levados, atravessando o oceano Atlântico para o continente descoberto, o Novo Mundo, ou seja, a América. Segundo Blackburn (2016, p.13), este sistema inaugurou duas novas instituições, que foram o tráfico oceânico de escravizados e a plantation escravista americana, que ele considera ser pertencentes a primeira escravidão no Novo Mundo, e que compreende o período entre 1520 e 1800. A segunda escravidão foi predominante em algumas regiões das Américas, mormente no

sul dos Estados Unidos, no Brasil e em Cuba, entre 1800 a 1860, porém, do ano de 1865 ao ano de 1888 este sistema se debilitou e exauriu a sua força. Ainda segundo Blackburn (2016, p. 13), "Nunca antes na História houvera um império marítimo como esse, que comprava trabalhadores forçados em um continente para organizá-los e explorá-los em outro, com o objetivo de produzir artigos de consumo popular em um terceiro". Esta escravidão se concentrou no uso de trabalho braçal e a escolha dessa mão de obra foi a força produtiva dos negros africanos e dos afrodescendentes.

Segundo o site Slave Voyages[20], há uma estimativa que 12.517.337 de pessoas foram retiradas à força do continente africano entre o século XVI e XIX, destas 5.848.266 tinham como destino o Brasil, ou seja, o Brasil era o principal destinatário das transações negreiras. Esse número contempla os embarcados, porém, desembarcaram em terras brasileiras 5.099.816 africanos, o que significa que 748.450 de africanos não sobreviveram a viagem. Os comerciantes superlotavam os navios, chamados de tumbeiros, de africanos que seriam escravizados no Brasil, excedendo o número permitido de escravizados por viagem, com o intuito de diminuir os custos, transportando-os em condições subumanas e degradantes, o que acarretava muitos casos a morte destes escravizados. Durante o trajeto, os africanos passavam por uma despersonalização, no qual eram retiradas todas as características que os identificavam como seres humanos, tornavam-se, deste modo, mercadorias.

A migração forçada dos africanos para o Brasil, por meio do tráfico negreiro, fez com que esta população negra se visse fora do lugar e desterritorializada. Ao deixar o seu antigo território houve uma desterritorialização, entendendo a "desterritorialização como perda dos referenciais espaciais, concretos, sob o domínio das relações imateriais" (HAESBAERT, 2007 p.59). Os africanos foram afastados do seu território, do território ligado a uma perspectiva materialista; o território como uma porção de natureza, como fonte de recursos. No entanto, há uma visão do território com enquadramento idealista, nesta visão o território não é só a configuração material, ele tem uma dimensão imaterial, ele abarca o que é visível, mas também o que é invisível. A desterritorialização, desta forma, compreende as concepções materiais e imateriais, pois o território se estabelece também pela sua capacidade de gerar identidade cultural e

[20]Acesso disponível no endereço https://archive.slavevoyages.org/.

formar um imaginário na população pelo seu efeito simbólico. Esta migração forçada implica uma primeira desterritorialização.

Quando houve a migração forçada dos africanos, Portugal fomentou o tráfico negreiro para dinamizar a sua economia, através dessa mão-de-obra escrava. Este movimento foi um processo de desterritorialização, mas também, foi um processo biopolítico, pois alterou a vida da população do continente africano a sua revelia e; controlou os corpos daqueles que foram levados para serem escravizados. Este cálculo que visava ter controle administrativo sobre a vida e sobre os corpos de um grupo de pessoas pode ser chamado de biopolítica. E, neste processo, não havia só a gestão de corpos, mas também a decisão de quem vivia ou morria, novamente, ressalta-se a configuração de uma necropolítica.

O negro africano, feito cativo no Brasil, foi despersonalizado, ou como diz Mattoso (2003, p.101), passou por uma dessocialização, afastado de todas as suas referências, deixou de ser um ser humano, coisificou-se para atender as demandas de quem o comprava. Este novo ser-coisa, esta mercadoria, precisava de ser ajustável as necessidades econômicas e sociais exigidas. Este africano escravizado foi afastado de sua sociedade e colocado sem defesas a um mundo dominado pela cultura branca ocidental.

> No ponto de partida, o negro africano é um "capturado" extraído do seu meio social, e como tal permanecerá até ser metido na sociedade escravista, e essa inserção será tanto mais difícil porquanto a captura foi violenta, brutal, rompeu todo o seu relacionamento anterior, todas essas ligações que formam o indivíduo social, como os laços familiares, de clã e comunidade." (MATTOSO, 2003, p. 101)

Toda esta perda territorial material e imaterial foi construindo nos negros africanos ou mesmo, tempos depois, nos afrodescendentes, uma dificuldade de se enxergarem nesta sociedade em que foram inseridos a contragosto. Mbembe (2014, p.19) diz que o negro sempre sofreu um processo de coisificação e de degradação; que o negro não conseguia ver a si próprio e que só conseguia ver as aporias em que se encontrava. O negro como identidade se relacionou com um status de submissão perante o senhor, a quem o comprava como mercadoria. O intelectual camaronês Mbembe (2018, p.30) afirma que "dado que a vida do escravo é como uma 'coisa' possuída por outra pessoa, sua existência é a figura perfeita de uma sombra personificada".

Nesta configuração de perda da identidade de origem pode haver, segundo Haesbaert (2005, p.40), um resgate identitário pelo campo do simbólico e da representação que o migrante traz com ele durante o deslocamento espacial. A rememoração de sua cultura, em outros termos, foi um recurso que amalgamou a lembrança de que o africano escravizado tinha do seu antigo território com o que ele encontrou no território de chegada. A sua identidade cultural foi reterritorializada causando uma coesão no grupo, neste ponto, Haesbaert (2005, p.40) diz que "Isto faz com que muitos, ao contrário do discurso corrente da desterritorialização, acabem se envolvendo em processos claros de reterritorialização, ou seja, de recomposição de seus territórios em outras bases (...)". Esta reterritorialização foi edificada na dinâmica migratória, mas também, na resistência de cultura, na busca de suas identidades.

Os negros escravizados foram se estabelecendo no novo território, realizando uma reterritorialização; assimilando a cultura ocidental, comunicando-se na língua do colonizador, tornando o seu culto um constructo religioso que agregava os elementos simbólicos das várias etnias; havia elementos bantus, iorubas e católicos em seus ritos. Contudo, como foi demonstrado várias vezes neste trabalho, o negro, principalmente, após a abolição e a partir da instalação da República foi identificado como um obstáculo para o progresso do país. Neste momento, o trabalho de Batista de Lacerda se mostrou relevante para lidimar a política de imigração de europeus, no intuito de retirar os entraves para o progresso do país. Estes entraves era a presença dos não brancos no território brasileiro, por isso, o processo de branqueamento foi dinamizado na Primeira República.

No capítulo que se dedica a tratar do tema da Primeira República foi visto que Fausto (1995, p.275) estimou que entre 1887 e 1930 chegaram ao Brasil 3,8 milhões de imigrantes. O incentivo de imigração europeia foi uma política que foi abraçada pelos governos estaduais e pelo governo federal durante a Primeira República, trazendo 2,5 milhões de europeus entre 1890 e 1914. Esse afã por imigração causou alguns imbróglios por conta de agentes que tentavam se aproveitar das pessoas que desejavam emigrar para o Brasil, como o que foi noticiado pelo jornal o Paiz:

> O governo italiano está creando sérios embaraços à emigração para o Brazil e segundo se affirma todos os commissarios de emigração de nacionalidade estrangeira, vão ser expulsos do território italiano.
> A culpa é devida em parte (ou quasi toda) a certas agencias e a certos agentes que se preocupam mais do dinheiro que recebem dos Estados do que das necessidades dos imigrantes. A expeculação é que vai matar as agencias de

> emigração na Italia, Um jornal cita mesmo o caso de um commissariobrazileiro em Napoles, que enganou toda a gente, compromettendo a causa da emigração. (O PAIZ, 01/08/1898)

Segundo Schwartsmann (2017), em 1902, o governo italiano foi informado que os imigrantes italianos que vieram trabalhar nas plantações de café no Brasil estavam vivendo em péssimas condições. Isto gerou uma reação consubstanciada no Decreto Prinetti, que proibia a emigração subsidiada para o Brasil, apontando que o recrutamento só poderia ser feito pelo Consiglio Generale d'Emigrazione, ou seja, por um órgão italiano. Esta situação gerou um desconforto nas autoridades brasileiras que se apressaram em desfazer o suposto mal-entendido. Era imprescindível a presença de imigrantes brancos, europeus, para a construção de um país ideal.

A preocupação com a vinda exclusivamente de imigrantes brancos ficou clara no decreto n° 528, de 28 de junho de 1890[21], que estipulava a livre entrada de indivíduos válidos e aptos para o trabalho, desde que estes indivíduos não fossem "indígenas da Ásia ou da África", estes só poderiam entrar no país com autorização expressa concedida pelo Congresso Nacional. Ou seja, o decreto comunica a intenção de facilitar a entrada de europeus brancos e, em sentido oposto, dificulta a chegada de imigrantes que provavelmente não fossem brancos. O decreto também se referia a condições facilitadas de acomodação desse imigrante branco que viria para o país, por exemplo, ao regularizar o serviço de introdução e localização de imigrantes, o governo federal, que na época era chefiado pelo marechal Deodoro da Fonseca, assegura a proteção aos imigrantes no que se refere à integração nas propriedades destinadas e à garantia de auxílios que foram prometidos para o seu estabelecimento. A República assegurava subsídios e iniciativas que animassem a iniciativa particular, fortalecendo, destarte, o progresso da Nação.

A vinda dos imigrantes movimentou o setor financeiro do país, na imprensa se verificou ofertas de empréstimos facilitadas tanto para imigrantes quanto para colonos nacionais. O jornal O Paiz (17/03/1890) divulgou uma propaganda do Banco Colonial do Brazil, que tinha sede na cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro, mas com filiais em outros estados como São Paulo, Minas Gerais, Espírito Santo, Santa Catarina e

[21]Disponível em https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-528-28-junho-1890-506935-publicacaooriginal-1-pe.html

Paraná, propondo vários serviços a título de promover a introdução e a colocação dos imigrantes. Havia a proposta de subvenção de 450$ por família de imigrantes colocada em lote de 10 a 20 hectares com casa provisória. O contrato era de 15 anos e o valor total das subvenções atingia a quantia de 9.000:000$000. As inscrições eram realizadas na tesouraria do Banco dos Estados Unidos do Brasil.

Seyferth (2002, p. 132) afirma que na lista de imigrantes os preferenciais, os que tinham o tipo ideal, eram os italianos, os portugueses e os espanhóis, porém, a pesquisadora adverte que os portugueses sofriam com um clima antilusitanismo entre 1885 e 1914, no período de maior volume de entrada de imigrantes. Os jornais da época noticiaram com frequência a chegada dos imigrantes ao Brasil. O jornal O Paiz informou, em 1890, que havia saído de Lisboa 3085 imigrantes, distribuídos em 9 vapores tendo como destino o Brasil (O PAIZ, 19/10/1890). O periódico Correio da Manhã divulgou em 1910 que eram esperados em Santos o desembarque de 260 imigrantes (CORREIO DA MANHÃ, 21/01/1910). Os italianos foram os imigrantes que chegaram em maior número ao Brasil, tendo como destino, principalmente, São Paulo. Desta forma, para melhor obter controle sobre essa massa de imigrantes que chegava a São Paulo, foi criada em 1911, a Agência Oficial de Colocação, que era ligada ao Departamento Estadual de Trabalho, responsável por questões referentes aos imigrantes até o ano de 1930. Vale ressaltar que em 1886, cafeicultores paulistas se reuniram para criar a Sociedade Promotora de Imigração, que cuidava da propaganda no exterior, das condições de transporte, do recrutamento, do recebimento, alojamento e colocação nas fazendas, controlando todo o processo que envolvia os imigrantes (GONÇALVES, 2008, p.184). Segundo Skidmore (1976, p. 156-157) essa Sociedade não era governamental, porém, recebia um vultoso subsídio do tesouro da província de São Paulo.

Essa ingente massa de imigrantes também passou por um processo de desterritorialização, também tiveram que passar pela reterritorialização, contudo, enquanto os imigrantes brancos tinham uma recepção assistencializada do governo federal e estadual, a população negra ex-escravizada era apartada das condições básicas de sobrevivência, suscitando uma segunda desterritorialização. Nesta segunda desterritorialização dos negros, provocada por uma política governamental que visava

substituir a força de trabalho da população ex-escravizada e, também, da população interna do país por uma mão de obra estrangeira, tendo como meta uma superação econômica-racial para o desenvolvimento do Brasil, os negros foram excluídos da ideia de nação. Esta desterritorialização está ligada a uma definição entendida por Haesbaert (2007, p.62) que considera a desterritorialização também por um viés social de exclusão, de precarização territorial. Destarte, a desterritorialização não implica necessariamente um deslocamento, uma mobilidade espacial:

> Aliás, devemos acrescentar que nem mesmo a mobilidade espacial é, por si só, um indicador de desterritorialização: muitos grupos sociais podem estar desterritorializados sem deslocamento físico, sem níveis de mobilidade espacial pronunciados, bastando para isso que vivenciem uma precarização de suas condições básicas de sobrevivência. Habitantes antigos de uma favela muito precária podem estar tão desterritorializados quanto migrantes pobres em constante deslocamento (HAESBAERT, 2005, p.39).

Os negros passaram por uma desterritorialização sem deslocamento e com motivação racial. O mundo dos negros se tornou uma heterotopia. Desta forma, os negros ocuparam o mesmo espaço geográfico dos brancos, mas foram destituídos das mesmas condições dos brancos, sendo desterritorializados com o intuito de desaparecerem no prazo de cem anos, como pregava os estudos de Lacerda. A estratégia principal foi a política de imigração coadunada ao ideal de branqueamento, mas houve outra políticas, ou melhor necropolíticas que atuaram neste projeto. Nestas outras houve também uma desterritorialização por deslocamento físico, no qual a população negra indesejada para o progresso do país foi apartada de alguns pontos de vitrine do Brasil.

Na construção de um país ideal, o sociólogo Castro Santos (1985, p.2) identificou, em suas pesquisas, duas correntes de pensamento nacionalista que tinham no saneamento o elemento fulcral de transformação. A primeira corrente entendia que o crescimento e modernização nas cidades representavam um progresso civilizatório para o país. Nesta corrente havia uma proposta antitética, pois identificava que a modernização do país passava por um processo de europeização, esta visão admitia, como foi visto até aqui, a imigração de europeus para livrar o país de seu passado escravocrata e dos efeitos deletérios da miscigenação. Assim, “o sangue novo – ‘sangue bom’ – permitiria ao brasileiro redimir-se e purificar-se da contaminação de raças supostamente inferiores” (SANTOS, 1985, p. 2). Esta passagem remete a uma

roupagem de razão de estado para a justificação religiosa da Redenção de Cam, como já foi analisado em outro capítulo, fortalecendo a necropolítica do branqueamento.

Neste ponto, Castro Santos (1985, p.2) realiza um liame entre a política imigratória e a preocupação sanitária, pois a ameaça de febre amarela no país reduziu consideravelmente a entrada de imigrantes. Ele afirma que cerca de 120 mil imigrantes chegavam ao país por ano, entre 1890 e 1899; mas, que entre 1900 e 1904, período de mais temor da doença e o qual se iniciou a campanha de erradicação da febre amarela, a entrada anual caiu para 50 mil. Evidentemente, este período de temor foi construído nos anos anteriores, com a divulgação dos índices das doenças, como foi publicado em 1894 pela revista Brazil Médico, que noticiava que a "incidência de moléstias contagiosas era aterradora" no país (SCHWARCZ, 1993, p.224). Os esforços do presidente Rodrigues Alves e do sanitarista Oswaldo Cruz tiveram êxito, restabelecendo a confiança de estrangeiros aportarem no país. A questão sanitária também fazia parte de um programa de modernização do país que contribuiu para alavancar as políticas de saúde pública e suscitou um movimento sanitarista o qual, segundo Ricardo Augusto dos Santos (2012, p. 56), os seus membros se utilizaram de estratégias educativas e/ou coercitivas, que atuavam juntas com as ações sanitárias e higienistas convencionais para eliminar as doenças acometidas nas populações mais pobres. Os sanitaristas enxergavam que os problemas sociais do Brasil, incluindo neste espaço, as doenças e a miséria, eram passíveis de solução através de programas de política de saúde e educação (SANTOS, 2012, p.66).

Os sanitaristas não atuavam somente no espaço urbano, havia propostas que atingiam a área rural. Justamente, neste ponto é que se centra a outra corrente de pensamento nacionalista defendida por Castro Santos (1985, p.2), que se referia a uma integração com o interior do país, principalmente, através do sertanejo, para buscar as "raízes da nacionalidade". O sociólogo destaca a dificuldade de implantação de medidas nas áreas rurais em que o poder local se sobrepunha, no entanto, ele considera que a partir da década de 1920, a força de poder era mais centralizada no Estado proporcionando um viés intervencionista. E ressalta que entre 1918 e 1928 houve um aprofundamento do movimento sanitarista no Brasil (SANTOS, 1985, p. 10). Ligado aos sanitaristas havia um movimento eugenista que entendia um país melhor e saudável

com o saneamento, educação e esterilização, segundo Schwarcz o modelo idealizado pelo eugenistas passava por um viés racial:

> A nação, pensada pelos eugenistas como um corpo homogêneo e saudável, deveria portanto passar por um processo acelerado de mudança, cujos prognósticos mais alentadores faziam alguns eugenistas brasileiros partilharem do sonho de transformar a população local mestiça em 'gregos puros', modificados em suas características físicas e morais (SCHWARCZ, 1993, p. 233)

No início do século XX, houve significativas transformações no cenário urbanístico da capital do país, lidimadas por um discurso médico-sanitarista; discurso este que se materializou em políticas sociais que suscitou reações nada amistosas por parte da população, como foi o caso da Revolta da Vacina em 1904, assunto abordado no capítulo que se dedica a estudar a Primeira República. Algumas medidas autoritárias e emergenciais foram tomadas por parte do Estado, para que a população fosse vacinada. Ainda em 1901, o periódico Correio da Manhã (11/08/1901) divulgou uma reportagem em que abordava o desinteresse da população em se vacinar contra a varíola, e cobrava do governo medidas mais firmes.

> Longe do caso exemplar do saneamento da febre amarela e revelando um discurso cada vez mais autoritário, a medicina carioca partia para um projeto de intervenção que mais uma vez negava a liberdade individual, em nome do conhecimento científico. Não se trata de questionar a eficácia das vacinações, ou mesmo a realidade das epidemias, mas de destacar a construção de um discurso radical que tinha na prática médica sua base de legitimação, (SCHWARCZ, 1993, p. 227)

Ao longo deste trabalho está sendo apontada a influência dos discursos dos intelectuais, seja da ciência ou das letras, os que foram identificados neste trabalho como ideólogos-expertos, na construção de uma realidade política e social do Brasil. No trecho acima, Schwarcz pontua isso de forma bem evidente e deixa mais propício a intelecção a força que o Estado utilizou para cumprir a vacinação. Esses atos de força do governo colocaram a população em um estado de exceção, entendendo que "o estado de exceção apresenta-se como a forma legal daquilo que não pode ter forma legal" (AGAMBEN, 2004, p.12). O estado de exceção surge de um estado de necessidade que deve atender a demandas específicas, submetendo vontades e liberdades em prol de algo que teoricamente beneficiaria a todos. A população, ou melhor, determinados grupos podem ser atingidos em seus direitos para salvar o país. E é sobre esta perspectiva que o estado de exceção é um elemento fundamental da necropolítica como identificou

Mbembe. O intelectual camaronês entende o estado de exceção como um instrumento colonial em que a violência é operada a serviço da civilização (MBEMBE, 2018, p.35).

A reforma urbana promovida pelo prefeito do Rio de Janeiro, Francisco Pereira Passos, entre 1902 e 1906, conhecida historicamente por Reforma Pereira Passos, valeu-se de um poder intervencionista para modificar o cenário da cidade, principalmente, apagando a memória escravista da cidade. As modificações implantadas consistiam, em larga medida, como foi visto anteriormente, na demolição de cortiços, casebres e hotéis baratos da região central da cidade atingindo diretamente a população mais pobre. O poder político exercia através da legitimação jurídica, em estado de exceção, a efetivação de suas medidas de exclusão, a fim de afastar a população mais pobre da cidade imaginada, da cidade europeizada, esterilizada e higienizada.

> Neste ponto, a reforma de Pereira Passos cumpria um duplo papel: fundar o Brasil moderno através da cidade do Rio e afastar a parcela de baixa renda do centro econômico e político da cidade. Conciliando ambos os objetivos, o discurso higienista foi a estratégia adotada pelas autoridades da época para justificar a nova distribuição espacial no Distrito Federal que assumia, assim, um caráter de classe. Uma distribuição que resultou na remoção dessa parcela da população em direção ao subúrbio e/ou morros das proximidades da área central. A modernização trazia em sua essência a exclusão social. (AQUINO ET AL, 2004, p. 32-33).

No trecho acima é colocado que a reforma continha uma questão de classe, uma exclusão social, porém, mais do que uma questão estritamente de classe, havia uma proposta de exclusão racial. Segundo Vanessa de Araujo Andrade (2018, p. 90) as moradias que foram derrubadas abrigavam trabalhadores urbanos e desempregados, sendo que em sua grande maioria era composto pela população negra ex-escravizada que ficou desassistida pelo governo brasileiro após a abolição. A pesquisadora ainda afirma que a libertação dos escravizados não teve uma política que os direcionasse para o mercado de trabalho ou mesmo para qualquer meio de subsistência, colocando-os em uma situação de desemprego ou de ocupantes de subempregos no seio da República (ANDRADE, 2018, p.91). Havia uma proposta de exclusão racial, uma proposta necropolítica em que esta população negra não estava incluída em um projeto de país nos moldes europeus, um Brasil modernizado e civilizado. E a presença dos negros era a lembrança de um país escravista e atrasado.

Esta população negra ex-escravizada foi criminalizada desde o início da República com o decreto n° 847 do Código Penal, de 11 de outubro de 1890[22] e, após as medidas que contemplam a reforma de Pereira Passos, ficou em uma posição de exclusão da sociedade. O Código previa que deixar de exercer profissão, ofício ou qualquer atividade que geria um meio de subsistência, e não tendo uma moradia certa, podia levar a uma pena de reclusão de 15 a 30 dias, caracterizando-o como vadio ou vagabundo. Não era permitido nenhum trabalho proibido por lei ou que se apresentasse contrário a moral e aos bons costumes. Havia também uma pena dura para os que praticassem a "capoeiragem", podendo até serem sentenciados a cumprir uma pena de um a três anos em colônias penais ou presídios militares na fronteira. Ou seja, esse decreto, no código penal, atingia substancialmente a população negra, que havia sido alijada do mercado de trabalho, substituída por imigrantes brancos ou por pessoas que racialmente agradassem ao projeto de país moderno.

As transformações urbanísticas que passaram o Rio de Janeiro derivam de um processo de exclusão que configura também um processo de branqueamento de território (SANTOS et al, 2018, p.469). Neste trabalho foi visto o ideal de branqueamento por qual passou o país, enfatizando os branqueamentos social, estético e biológico; porém, a política de branqueamento, defendida e divulgada por Lacerda no Congresso, pode ser estendida a outras esferas que envolvem o território brasileiro.

> Assim, o projeto de branqueamento teve, segundo esta leitura, uma pluralidade de dimensões espaciais. Três vertentes então são apontadas: o branqueamento da ocupação, com a substituição de não brancos (negros e indígenas) por brancos na composição populacional de porções do território (através de assentamentos de imigrantes, expulsão ou extermínio dos indesejados); o branqueamento da imagem do território, com narrativas de histórias locais que se iniciam a partir da chegada dos brancos, e eliminam a presença de outros grupos enquanto protagonistas de processos históricos; e o branqueamento cultural do território, com a imposição da primazia de matrizes, signos e símbolos culturais que constituem e identificam territórios, lugares e regiões (SANTOS ET AL, 2018, p. 469-470)

Este branqueamento do território corresponde a uma gramática necropolítica e está inserido no conceito de desterritorialização defendido neste trabalho. Este conjunto de procedimentos políticos, como foi visto, faz parte da segunda desterritorialização. A população negra desterritorializada de seu espaço, tendo os seus meios de subsistência

[22]Este código penal de 1890 encontra-se disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1851-1899/d847.htm

negados e até mesmo a sua cultura sendo criminalizada como foi mencionado em relação à capoeira, proibida no decreto n°847; apresentou-se em uma conjuntura de negação de cidadania e de inclusão na sociedade. As políticas de branqueamento foram políticas de extermínio físico, psicológico e cultural, formando um diagrama da necropolítica. No caso específico do território, Oliveira (2019, p.6) postula que "branquear o território unifica as políticas de gestão pela ideia de raça branca como superior e como o universal a ser difundido". O negro se encontrou desterritorializado e, por isso, em uma heterotopia.

Esta segunda desterritorialização aplicada ao um *modus operandi* necropolítico configura que a proposta de país eleita considerava que deveria haver uma nação branca europeizada e, em contrapartida, para que se efetuasse essa proposta seriam necessários a eliminação da população não branca e de todo o passado ligado a esses indesejados do Estado. Evidentemente Batista de Lacerda não foi o catalisador desta proposta, porém ele projetou esse Brasil desejado desde antes do início da República internacionalmente, tornando visível o direcionamento do país naquele momento. Um país que pretendia excluir, como diria Conceição Evaristo, a "terra dos negros", um país que decidiu quem faria parte da nação e quem deveria viver e quem poderia morrer; um país, um Estado necropolítico.

4.3 Estado Excludente, Estado Necropolítico

A Primeira República se configurou em um Estado necropolítico, no entanto, antes de estabelecer as características básicas deste Estado e qual foi a contribuição de João Batista de Lacerda neste processo, faz-se mister entender, resumidamente, as possibilidades de se entender o que é um estado.

Silva e Silva (2009, p.115) definem sinteticamente o Estado como uma "entidade composta por diversas instituições, de caráter político, que comanda um tipo complexo de organização social". O economista Bresser-Pereira (2017, p.157) localiza no norte da Itália, no século XIV, o surgimento Estado com as cidades-estado

governadas por repúblicas, onde começa a revolução capitalista. No entanto, alguns estudiosos posicionam temporalmente o Estado a partir da Idade Moderna, pois neste período o Estado executa visivelmente as suas funções com todo o aparato administrativo, o que não acontecia nas poleis gregas e nem no Estado feudal. O Estado, segundo Carlos Frederico Marés (2003, p. 232), nasceu na Europa e se alastrou para o resto do mundo tendo em seu cerne guerras, revoluções e imposições sobre alguns povos. Este processo de elaboração teórica e prática se estendeu nos séculos XVI, XVII e XVIII na Europa. Mas, uma corrente de pensamento que predomina hodiernamente afirma que o Estado é um elemento presente em diferentes sociedades e épocas (SILVA; SILVA, 2009, p. 116).

Marés (2003, p.233-234) continua seu entendimento de Estado afirmando, que a partir de um sistema de contrato social, o poder do povo seria transferido para o Estado ou expresso na constituição. E isso se efetivou entre os séculos XVIII e XIX, especificamente na Europa, sendo um produto de uma cultura judaico-cristã, que se autodenominou como civilização; e que tinha o expansionismo a sua principal característica. Este expansionismo resultou na subjugação de vários povos e na justificação religiosa e cientifica para a dominação sobre estes povos, utilizando-se de taxonomias em que pessoas, grupos e nações inteiras eram divididos e hierarquizados. Silvio de Almeida (2019, p.90) argumenta que a teoria do contrato social realizou uma indicação moral e epistemológica de uma civilização pautada na raça branca, e este referencial excluiu povos e culturas diferentes desta imposição normativa. Neste sentido, o racismo se incorporou a estrutura do Estado moderno. Almeida (2019, p.87) afirma que "O Estado moderno é ou Estado racista – casos da Alemanha nazista, da África do sul antes de 1994 e dos Estados Unidos antes de 1963 –, ou Estado racial –, não havendo uma terceira opção".

Em relação ao Estado em seu acoplamento com a nação, José Murilo de Carvalho (2003, p.397) considera que "há Estados que englobam várias nações, há nações com mais de um Estado. Em alguns países sobra Estado, em outros sobra nação, ou sobram nações". Ele afirma que por vezes o Estado cria a nação e, em outras, é a nação que cria o Estado, havendo a possibilidade, inclusive, de se criarem mutuamente. Hobsbawm (1990, p.19), porém, dizia que "as nações não formam o Estado e os

nacionalismos, mas sim o oposto". Silva e Silva (2009, p. 308) definem nação coligada ao Estado, dentro de um contexto de realidade europeia e com uma carga política, da seguinte forma: "(...) é uma comunidade humana, estabelecida neste determinado território, com unidade étnica, histórica, linguística, religiosa e ou econômica. O Estado seria, nesse sentido, o setor administrativo de uma Nação". Hobsbawm (1990, p.15), no entanto, põe em dúvida essa definição quando argumenta que sempre pode haver exceções e que os critérios definidores de uma nação como língua e etnicidade são ambíguos, mutáveis e opacos; porém, ele reconhece que são elementos eficientes em projetos propagandísticos e programáticos.

Partindo da concepção que o Estado cria a nação, este trabalho faz uma análise sobre a conjuntura da Primeira República em que o Estado escolheu a nação que correspondia aos seus interesses. Esta nação se pautou por espelho de um Estado excludente, de um Estado necropolítico. Um dos elementos do projeto "propagandísticos e programáticos" de construção de nação a que se refere Hobsbawm, no Brasil, foi a raça. Este elemento que, a princípio, era um obstáculo para a formação de uma identidade nacional que servisse como referência de progresso e civilização no país foi trabalhado para ser um elemento de superação. A eliminação das raças não brancas era o indicativo de superação do problema e de uma caminhada que o país faria para a ascensão no cenário mundial. Neste processo, o estudo de Batista de Lacerda e sua divulgação em um evento internacional foi extremamente importante para a imagem do país. Como foi visto na seção anterior esta nação escolhida era composta por um povo branco.

Chauí (2001, p.13-14) ao organizar seu raciocínio em relação à nação se utiliza da periodização aplicada por Hobsbawm que postulou que entre 1880 e 1918 se levanta a questão da "ideia nacional". Neste período, a nação estava atrelada à língua, à religião e à raça, e que o discurso que sustentava essa posição era conduzido por intelectuais pequeno-burgueses. Ao avançar em seu raciocínio a filósofa aborda a "identidade nacional" argumentando que, sob a égide desta ideologia, o negro era visto pertencendo a uma classe social, que era a dos escravos, atravessada pela escravidão, uma instituição legitimadora da violência e da coisificação do negro. Nesta percepção, o negro fora

destituído da condição de sujeito social e político (CHAUÍ, 2001, p.21). Este status imposto ao negro se manteve com o advento da República.

A nação e o seu correlativo como identidade nacional é entendido por Chauí como semióforo, entendendo como algo que carrega signos, ou nas palavras da filósofa "(...) algo que significa alguma outra coisa e cujo valor não é medido por sua materialidade e sim por sua força simbólica" (CHAUÍ, 2001, p. 8). O "semióforo-matriz" se consubstancializa em nação pelo poder político através de atuações de intelectuais e de outras fontes de construção e de legitimação de semióforos como a escola, os museus e os monumentos celebratórios. Segundo Chauí (2001, p.11) "(...) o poder político faz da nação o sujeito produtor de semióforos nacionais e, ao mesmo tempo, o objeto do culto integrador da sociedade una e indivisa". Neste mesmo sentido o historiador Noah Yuval Harari argumenta em seu livro *Sapiens: Uma breve História da Humanidade*, de 2014, que a ficção, que neste trabalho é identificado uma relação com o semióforo a que se refere Chauí, é capaz de reunir um grande número de pessoas em cooperação e acrescenta que

> Graças ao surgimento da ficção, até mesmo pessoas com a mesma composição genética e vivendo em condições ecológicas similares foram capazes de criar realidades imaginadas muito diferentes, que se manifestam em diferentes normas e valores (HARARI, 2014, p.41).

Estas ficções, que segundo Harari (2014, p. 33-34) podem ser deuses, leis, dinheiro, justiça e nações, que existem na imaginação coletiva dos seres humanos, agem para a cooperação humana em grande escala. Desta forma, os estados nacionais são baseados em "mitos partilhados" coletivamente, ou seja, em ficções construídas para dar unidade a uma organização social e política. E estes "mitos partilhados" abrem uma discussão sobre a função do mito, que para Girardet (1987, p.13) há uma função explicativa em sua narrativa que mesmo evocando o passado fornece chaves para decodificar o presente, estabelecendo um binômio passado-presente que funciona como um modelo interpretativo de determinada pessoa ou uma organização social (COSTA, 2018, p.11). Malinowski (1988, p.30) entende que o mito determina uma função social, pois quando é acionado o passado se abre uma validação para o presente, no entanto, este mecanismo passa por constante modificação a fim de atender as demandas de cada momento histórico.

Ao trazer está análise para o presente estudo, é possível identificar que o passado sofreu uma adequação às demandas e às expectativas de uma República que surgia no Brasil. Isto fica evidente, simbolicamente, no hino consagrado à Proclamação da República. O hino foi composto pelo político, professor e poeta, José Joaquim de Campos da Costa de Medeiros e Albuquerque (autor da letra) e pelo compositor e maestro Leopoldo Américo Miguez, que venceu um concurso, em 1890, para musicar a letra de Medeiros e Albuquerque. Vale ressaltar que a composição vencedora de Miguez continha na primeira frase uma menção a Marselhesa. Outro ponto em que se observa um espelhar francófilo é que os republicanos brasileiros identificados com os ideais franceses cantavam a Marselhesa em francês, como hino desta recente república. Havia também o desejo por parte da República de se desvincular de elementos identificados com a monarquia deposta, inclusive, o hino nacional de Francisco Manuel da Silva não era bem quisto pelos republicanos, mas a sua aceitação pelo povo fez com que as autoridades do novo regime mantivessem o hino nacional do Império. (CHERNAVSKY, 2009, p.46-47).

A letra de Medeiros e Albuquerque versava sobre um país republicano que se pautava na igualdade, na fraternidade e na liberdade, ou seja, no lema da Revolução Francesa. O hino era uma construção ideológica que visava diminuir o impacto de um legado escravocrata como é possível analisar no trecho abaixo:

> Nós nem cremos que escravos outrora
>
> Tenha havido em tão nobre país...
>
> Hoje o rubro lampejo da aurora
>
> Acha irmãos, não tiranos hostis.[23]

O hino era um elemento constituinte de uma República que queria se posicionar como as grandes repúblicas do mundo, expondo, em seus versos, o quão grandioso e alvissareiro se constituía essa nova nação. Por isso, apresentar a escravidão com notas eufêmicas ou mesmo colocar em dubiedade a existência da escravidão no país indicava pensar o Brasil mais moderno, mais civilizado e alinhado com o pensamento europeu; representava, também, construir uma nação desejada. Essa nação desejada como foi

[23]O hino da Proclamação da República está disponível em http://www.pm.ba.gov.br/Hinos/Letras/hinorepu.pdf

visto passava pela exclusão da população não branca. Neste sentido, a questão da criminalização da população negra logo após a Proclamação da República através de leis que atingiam diretamente os ex-escravizados que se encontravam sem moradia e emprego foi um marco nesta política de exclusão, porém, não se restringiu a isso. Os direitos políticos dos negros foram atingidos com o mesmo recurso jurídico. Este grupo de pessoas foi enquadrado no artigo 70 da Constituição de 1891, que previa que os eleitores eram os cidadãos maiores de 21 anos, porém, estes não podiam ser mendigos e analfabetos. Esta condição os tornava não alistáveis e, por conseguinte, inelegíveis. Dora Lúcia Bertulio (1989, p.158) argumenta que os constituintes ao elaborarem este dispositivo na carta magna usaram o pretexto de que os mendigos, por sua situação de carência, eram mais propícios a corrupção no momento do voto. E ela conclui que: "Eis uma das formas de institucionalizar as diferenças como padrão para apreensão (hierarquizada), do outro: o branco trabalha, o negro não trabalha; o negro é mendigo, o mendigo é negro" (BERTULIO,1989. p.159).

Além dos mendigos, os analfabetos também estavam no rol de exclusão. Murilo de Carvalho quando se referiu à elite imperial brasileira afirmou que "(...) quase toda a elite possuía estudos superiores, o que acontecia com pouca gente fora dela: a elite era uma ilha de letrados num mar de analfabetos" (CARVALHO, 2007, p.65). Schwarcz e Starling (2015, p.613) apontam que 99,9% da população escravizada era analfabeta, situação que não teve uma alteração substancial com a instalação da República. Neste sentido, Bertulio (1989, p. 160) analisa que os libertos tiveram pouca acessibilidade ao ensino, e que, embora houvesse um extenso número de pobres brancos analfabetos, a restrição era mais pungente entre os negros, realizando um "cerco" legal à atuação do negro na República. Os estudos de José Murilo de Carvalho (2007, p. 85) demonstram que no Rio de Janeiro, capital do país, havia no começo da República, em 1891, 100 mil pessoas aptas a exercerem a cidadania através do voto, o que representava cerca de 20% da população total. Ou seja, "a exclusão de 80% da população do direito político do voto já é um indicador do pouco que significou o novo regime em termos de ampliação da participação" (CARVALHO, 2007, p.85). A República, desta forma, constituía-se em um Estado excludente, um Estado de exclusivos e de excluídos. E os excluídos legais como foi visto, na análise de Bertulio, atingiam preferencialmente à população negra do país. O Estado de uma nação sem negros.

Schwarcz (1993, p. 243) considera que as teorias racialistas foram usadas no Brasil seguindo os critérios idiossincráticos do país; por exemplo, o evolucionismo se ligou ao darwinismo social, discernindo as raças e negando o modelo civilizatório aos negros e aos mestiços. No entanto, os efeitos deletérios que eram atribuídos a miscigenação não foram postos em evidência, pois isto declinaria o valor de um país intensamente miscigenado. A intenção era "expulsar" a população não branca do ideal de nação, pelo processo de branqueamento, pois como disse Skidmore (1978, p. 186), a preocupação com a nacionalidade no Brasil passava por uma reiteração do ideal de branqueamento. Foi este conceito de Estado que Batista de Lacerda defendeu no Congresso em Londres. Um Estado necropolítico que propusera um modelo de nação pautada na redução étnica, uma nação ocidental e branca.

Lacerda, em 1912, ao escrever as suas apreciações sobre o congresso que participara, ele deixou bem claro que comungava com as ideias desenvolvidas no evento, que exortavam o entendimento da superioridade e da inferioridade das raças. Batista defendia que havia as raças atrasadas e adiantadas, e que o Brasil teve um desenvolvimento dificultado pelo contato excessivo com uma raça atrasada, a raça negra.

> Na infância as impressões fixam-se, permanecem, e pelo curso da idade, tornam-se elas o ponto de origem de grande número de actos inconscientes, que se repetem como expressão de hábitos adquiridos e inconversíveis nas relações sociais e domésticas. Este facto verificou-se não só no Brasil como em outros paizes onde a raça negra teve prolongado contacto com a população branca. (LACERDA, 1912, p.91)

Apesar de uma percepção cultural sobre a questão da raça, Lacerda entendia que a raça negra era um obstáculo para o progresso do país, o que foi explicitado em sua memória apresentada em 1911. Os termos "atrasados" e "adiantados" substituíam respectivamente os termos inferiores e superiores, mas mantinham a sua carga biopolítica em seu cerne. Embora o trabalho de Lacerda fosse legitimador de uma necropolítica, ele apresentava um discurso alinhado com a temática desenvolvida no Congresso das Raças, "(...) mostrando quão importante é para o progresso e a civilisação dos povos a extincção dos preconceitos de raça e do preconceito nacional" (LACERDA, 1912, p.82). Lacerda ao fazer uma avaliação da memória apresentada no Congresso por Sir Harry Johnston, que fora comissário e cônsul da África Central,

concorda com a sua teoria de que no futuro haveria a possibilidade de uma elevação da raça negra:

> O vaticínio de Sir Harry Johnston pode não ser uma utopia, dada as condições em que elle estabeleceu o problema da elevação da raça negra. Os atrazados de hoje serão os adiantados de amanhã, e preciso é não esquecer que os Barbaros que destruíram o Império romano são os civilisados e poderosos Teutões de hoje, marchando à frente da civilisação do mundo (LACERDA, 1912, p. 52).

Ao se posicionar em temas complexos e relevantes da humanidade, Lacerda em seu livro sobre as apreciações do Congresso revela uma inclinação humanista. Ele defendia os direitos do proletariado afirmando que essa classe deveria gozar do conforto e do bem estar que outras classes usufruíam, inclusive, sendo favorável ao desenvolvimento do socialismo, pois "(...) por toda a parte nota-se o esforço para plantar a igualdade dos direitos entre os homens e promover uma melhor distribuição de riqueza publica e do patrimônio nacional" (LACERDA, 1912, p.105). O cientista também defendia uma partilha maior da mulher com o homem no mundo do trabalho e a participação das mulheres na vida política, ocupando cargos de responsabilidade na condução do Estado. Em relação à educação, ele pleiteava que fosse conscientizadora, que esclarecesse os direitos e deveres da massa e de sua força e potencialidade de influência no rumo do "governo das nações". Preocupava-se em se fazer uma política que protegesse os inválidos, os idosos e a infância desvalida. Lacerda condenava as plutocracias e aristocracias que se organizavam em oligarquias e se aproveitavam de sua ingerência no Estado para ganhar proveitos particulares, sem se preocuparem com a res publica.

No entanto, no que se refere ao Brasil, Batista de Lacerda defendia como já foi visto que as raças atrasadas prejudicavam o desenvolvimento do país. Claudio Bojunga em uma biografia sobre Edgar Roquette-Pinto, colega de delegação de João Batista de Lacerda no Congresso das Raças, relata que o objetivo da participação brasileira no Congresso era "oferecer uma imagem positiva do Brasil ao mundo civilizado europeu em plena era colonial" (BOJUNGA, 2017, p.114). Bojunga (2017, p.114) sugere que o seu biografado não concordava plenamente com a memória que foi apresentada por Lacerda e chega a afirmar que o estudo foi uma "encomenda do governo". O fato é que a apresentação de Lacerda mostrou ao mundo qual o Estado que estava sendo gestado,

qual nação estava sendo construída, uma nação que se pretendia de raças adiantadas e que excluía as indesejadas raças atrasadas. Murilo de Carvalho quando estudou a relação da República com a cidade do Rio de Janeiro observou uma "castração política" que inviabilizou o processo de cidadania do povo, "porque o povo não se enquadrava nos padrões europeus nem pelo comportamento político, nem pela cultura, nem pela maneira de morar, nem pela cara" (CARVALHO, 1987, p.162). Desta forma, era preciso construir uma imagem de Brasil que vendesse bem o país, e neste aspecto, a memória de Lacerda atendia a este propósito. O Estado da Primeira República criou uma nação imaginada, uma nação de excluídos e de exclusivos.

Esta nação imaginada parte de uma definição desenvolvida por Benedict Anderson (2008, p.31) que conceitua nação como uma "comunidade política imaginada". Esta comunidade imaginada consegue criar vínculos de pertencimento horizontais entre os indivíduos, através de pontos em comum e pontos de esquecimento. Aplicando o conceito de Anderson neste trabalho é possível identificar que o processo de branqueamento fornecia um ponto em comum, o ideal de ego branco, inclusive, nos não brancos. E os pontos de esquecimento ficam evidentes na análise do hino da Proclamação da República em que houve uma intenção de apagamento, ou uma mitigação, da escravidão. O esquecimento para a formação de uma nação se conjugou no futuro, na proposta de eliminação da população negra do país, na redução étnica apresentada no Congresso por Batista de Lacerda.

Para finalizar, esta nação imaginada partia de uma ficção, de um semióforo, de uma construção ideológica que visava solapar as tensões inerentes de um Estado excludente. Anderson (2008, p.34) postula que a nação é imaginada com uma comunidade "(...) porque, independente da desigualdade e da exploração efetivas que possam existir dentro dela, a nação sempre é concebida como uma profunda camaradagem horizontal". Ou seja, o Estado cria uma nação que atenda uma realidade imaginada, por isso, ela precisa de uma narrativa mítica, que, no caso deste estudo, tenha tido uma legitimação científica de um ideólogo-experto. E esta legitimação confere o diapasão para um Estado que se pretendia moderno.

Considerações Finais

Nesta dissertação, evidencia-se que os estudos sobre os trabalhos de João Batista de Lacerda, principalmente, a sua memória "Sobre os Mestiços no Brasil" apresentada no Primeiro Congresso Universal das Raças, em 1911, na cidade de Londres, possibilitaram entender que o início da República brasileira foi marcado por uma diretriz de modernização[24] que optou em escolher qual grupo comporia a nação e quais grupos seriam alijados deste processo. Batista de Lacerda foi o fio condutor para investigar o pensamento social e racial brasileiro e quanto este pensamento procurava entender as mazelas brasileiras. Ao mesmo tempo, importantes intelectuais que desenvolveram este pensamento social e racial observaram soluções para "melhorar a situação do Brasil", na busca de uma equiparação com as grandes potências mundiais, principalmente, as europeias. E esta característica dos estudos dos intelectuais foi instrumentalizada pelo governo brasileiro, dando azo para que se construísse um Estado de grande teor exclusivo.

Neste ponto, a pesquisa localizou Lacerda como uma referência utilizada pelo Estado para legitimar este projeto de formação de um país modernizado e livre de suas patologias sociais, por isso, a sua memória apresentada no Congresso foi prestigiada pelo governo. A sua apresentação era, na verdade, uma propaganda política internacional que atendia perfeitamente as demandas de um país que pretendia se libertar do estigma escravocrata e de nação atrasada devido à presença maciça de mestiços e da população negra. Neste sentido, os seus estudos que concluíam que os mestiços eram comparáveis aos brancos em várias habilidades e que a miscigenação com os imigrantes europeus brancos tornaria, em um século, o Brasil em um país predominantemente branco foram determinantes para criar um efeito propagandístico. A análise de Lacerda estava pautada em um desenvolvimento de seus estudos que datam de antes mesmo da instalação da República, quando fazia pesquisas antropológicas e anatômicas com indígenas brasileiros no Museu Nacional.

[24]A modernização pretendida é a proposta pelas Revoluções burguesas dos séculos XVIII e XIX, que valorizavam a industrialização, a tecnologia, aspectos de "liberdade" e "igualdade", produzidas pela sociedade branca, da qual os negros não são representantes, como podemos ver no Darwinismo Social, Evolucionismo e Determinismo, aqui trabalhados.

O intelectual, identificado neste estudo como ideólogo-experto, ao conferir credibilidade e autenticidade a um discurso que agrade setores na esfera de poder e que seja passível de instrumentalização. O discurso de Lacerda seguiu esse caminho e, por isso, teve seus estudos visibilizados e propagandeados pelo Governo brasileiro. A adoção do discurso de Lacerda por parte do governo central representava uma escolha dentre as posições oferecidas no cenário das teorias racialistas da época. Uma delas apontava os mestiços, assim como os negros, como um problema e um obstáculo para se construir um país civilizado. Ao propor em seu estudo a valorização dos mestiços e, principalmente, a sua condição transitória, ou seja, o possível branqueamento de parte da população, Lacerda se tornou útil aos interesses do país.

Esta postura assumida pelo Brasil de branquear o país através da miscigenação, e por conseguinte, optar por um padrão determinado de nação a ocupar o território nacional gerou um Estado excludente. A política de imigração deixou evidente quais eram as características essenciais para a formação da nação brasileira: brancos vindos da Europa. Ao mesmo tempo em que se escolheu um perfil de população pretendido, houve a escolha de qual grupo seria excluído. E em um processo necropolítico houve a "redução étnica" defendida por Lacerda em sua memória apresentada em Londres. A necropolítica, que foi o conceito utilizado para entender este processo de exclusão, compreende uma gama extensa de procedimentos como o que foi utilizado pelo governo brasileiro; entendendo que foi uma política de produção de "morte", ainda que indiretamente, no caso de um grupo étnico específico: os negros.

A política de imigração foi um procedimento mais conhecido da necropolítica neste período, porém, na pesquisa é colocado em evidência a desterritorialização, ou seja, o deslocamento espacial, cultural e social da população negra para fora do eixo de atendimento do Estado. Como foi visto, na pesquisa os negros foram descartados do sistema político através de leis que não explicitavam a segregação como fora feito nos EUA, mas que tacitamente atingia diretamente este grupo após a Proclamação da República.

A eliminação da população negra, ou redução étnica, através do branqueamento não se limitou ao processo fenotípico (biológico), estendeu-se nos aspectos estéticos, culturais e geográficos, impactando nas subjetividades negras, afetando a maneira como

os negros se viam e se entendiam ou não se entendiam neste país que os excluía acintosamente. Branquear-se se tornou não uma opção mas uma necessidade para muitos, a assimilação do modelo opressor foi internalizada e reproduzida pelos próprios afetados pelos dispositivos necropolíticos, que Guerreiro Ramos identifica de "inculcação dogmática" e ele explica que "Para que a minoria colonizadora mantivesse e consolidasse sua dominação sobre as populações de cor, teria de promover no meio brasileiro, por meio de uma inculcação dogmática, uma comunidade lingüística, religiosa, de valores estéticos e de costumes" (RAMOS, 1995, p.219)

A necropolítica abarca esta complexidade que transforma as psiques e formula os eleitos e os descartáveis deste sistema. Aos descartáveis sobra a marginalidade, ou uma condição de heterotopia, ou seja, convivendo com os eleitos, mas na condição de subcidadãos ou mesmo de subumanos. Esta receita necropolítica foi utilizada na formação da república brasileira e se mantém ativa nos dias atuais. O século XXI não trouxe uma diminuição da desigualdade racial, mesmo a partir do reconhecimento do presidente Fernando Henrique Cardoso[25] da presença do racismo no Brasil, em 2002, interrompendo um longo período de discurso hegemônico de democracia racial que vinha deste a década de 1930, principalmente, após a publicação de Casa Grande& Senzala de Gilberto Freyre em 1933.

Entre o Congresso Universal das Raças realizado em Londres, em 1911, do qual participou o Batista de Lacerda e a Conferência Mundial contra o Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerância Correlata, sediada em Durban (África do sul), em 2001, passaram-se 90 anos, e neste evento o Brasil assinou a declaração e programa de ação da Conferência em que reconhecia a necessidade de ações para combater o racismo.

> Reconhecemos que a desigualdade de condições políticas, econômicas, culturais e sociais podem reproduzir e promover o racismo, discriminação racial, xenofobia e intolerância correlata, e têm como resultado a exacerbação da desigualdade. Acreditamos que a igualdade de oportunidades real para todos, em todas as esferas, incluindo a do desenvolvimento, é fundamental para a erradicação do racismo, discriminação racial, xenofobia e intolerância correlata (CONFERÊNCIA MUNDIAL CONTRA O RACISMO, DISCRIMINAÇÃO RACIAL, XENOFOBIA E INTOLERÂNCIA CORRELATA, 2001, p. 26)

[25] Declaração disponível em <https://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u42675.shtml>

Neste trecho acima, da declaração assinada pelo Brasil, há o reconhecimento das consequências nefastas do racismo, porém, entendendo o racismo como uma tecnologia de poder, seria importante um combate a questões estruturais como o modelo neoliberal necropolítico de nossos dias, para que, desta forma, houvesse uma mudança significativa no establishment brasileiro. O vaticínio de Lacerda, em Londres, sobre o desaparecimento da população negra em 100 anos, o que ocorreria em 2011, evidentemente, não se concretizou. No entanto, a lógica de exclusão continua alimentando a maquinaria necropolítica de extermínio dos negros no Brasil. E enquanto não houver ações que abarquem as dimensões sociais, políticas, econômicas, educacionais e culturais a desigualdade racial não será combatida com a eficiência necessária.

Referências Bibliográficas

AGAMBEN, Giorgio. Homo Sacer: O poder soberano e a vida nua I. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2007.

AGOSTINHO. Michele de. A Exposição Antropológica de 1882: práticas de colecionamento e circulação de indígenas no Museu Nacional. 41º Encontro anual ANPOCS. Caxambu-MG 2017.

ALMEIDA, Silvio. O que é racismo estrutural? Belo Horizonte: Letramento, 2018.

ANDERSON, Benedict. Comunidades Imaginadas: Reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

ANDRADE. Vanessa de A. A Reforma Pereira Passos (1902-1906): a memória da escravidão e algumas implicações sociais e raciais. Mosaico, v 9, n° 15, 2018.

ARENDT, Hannah. Origens do Totalitarismo: Antissemitismo, Imperialismo, totalitarismo, Companhia de Bolso, 2013.

BACON, Francis. Novum Organum. 2002. Disponível em <http://www.ebooksbrasil.org/adobeebook/norganum.pdf> Acesso em 01 Abr 2019.

BAUMAM, Zigmunt. Legisladores e Intérpretes: sobre modernidade, pós-modernidade e intelectuais. Rio de Janeiro: Zahar, 2010.

BAUMANN, Jochen. A Nova Roupa do cidadão. IHU Online. O estado de exceção e a vida nua: a lei política moderna. Ano 3 n81 2003.

BENCHIMOL, Jaime Larry. Dos micróbios aos mosquitos: febre amarela e a revolução pasteuriana no Brasil Rio de Janeiro: Ed, FIOCRUZ/Ed. UFRJ, 1999.

BERTULIO. Dora Lúcia de L. Direito e Relações Sociais: Uma introdução crítica ao racismo. Dissertação (Mestrado) do Curso de Pós-Graduação em Direito da Universidade de Santa Catarina – Título: Mestre em Ciências Humanas - especialidade direito. Florianópolis, 1989.

BLACKBURN, Robin. Por que segunda escravidão? In: Escravidão e capitalismo histórico no século XIX: Cuba, Brasil, Estados Unidos. Orgs.: MARQUESE, Rafael; SALLES, Ricardo. 1 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.

BOBBIO, Norberto. Os Intelectuais e o Poder: Dúvidas e opções dos homens de cultura na sociedade contemporânea. São Paulo: editora UNESP, 1997.

BOJUNGA, Claudio. Roquette-Pinto: O corpo a corpo com o Brasil. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2017.

BOSI, Alfredo. A Dialética da Colonização. 3 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

BOSI, Alfredo. Poesia versus racismo. Estudos Avançados 16 (44), p. 235-253, 2002.

BOURDIEU, Pierre. Campo científico. 1976. Disponível em <https://cienciatecnosociedade.files.wordpress.com/2015/05/o-campo-cientifico-pierre-bourdieu.pdf: Acesso em 14 mar 2019.

BOURDIEU, Pierre. O Poder Simbólico. Lisboa: DIFEL, 1989.

BRESSER-PEREIRA, Luis Carlos. Estado, Estado-Nação e Formas de Intermediação Política. Lua Nova n 100, p. 155-185 São Paulo, 2017.

CARONE, Edgar. Coronelismo: Definição histórica e bibliográfica. In: Revista Adm. Emp. V 11 (3) , pg. 85-92 Rio de Janeiro, jul/set, 1971.

CARR, Edward. H. O que é História? São Paulo: Paz e Terra, 1982.

CARVALHO, José M. História Intelectual no Brasil: a retórica como chave de leitura. Topoi n1 pp. 123-152 Rio de Janeiro, 2007.

CARVALHO, José M. Os Bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi.. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

CARVALHO, José M. Teatro das Sombras: A política imperial. 3 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

CARVALHO, Nilce C. de; PIRES, Ricardo S. Reflexões acerca do intelectual negro em Clara dos Anjos: o diálogo entre Lima Barreto e seu personagem Leonardo Flores. Recorte (revista eletrônica) Mestrado em Letras: Linguagem, Cultura e Discurso/UNINCOR, (jan-junho) v. 11 n°1, 2014.

CERTEAU, Michel de. A Escrita da História. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.

CHALHOUB, Sidney. Medo Branco de Almas Negras: Escravos, Libertos e Republicanos na Cidade do Rio. Revista Brasileira de História. v 8 n16 p,83-105 mar/ago. São Paulo, 1988.

CHAUÍ. Marilena. Brasil: Mito Fundador e Sociedade Autoritária. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo. Coleção História do Povo Brasileiro, 2001.

CHOMSKY, Noah. Quem manda no mundo? 1 ed. São Paulo: Planeta, 2017.

CHERNAVSKY, Analía. A Construção dos mitos e heróis do Brasil nos hinos esquecidos da Biblioteca Nacional. Fundação Biblioteca Nacional, 2009.

CONFERÊNCIA MUNDIAL CONTRA O RACISMO, DISCRIMINAÇÃO RACIAL, XENOFOBIA E INTOLERÂNCIA CORRELATA, 2001, Durban (África do Sul), disponível em < https://www.oas.org/dil/port/2001%20Declara%C3%A7%C3%A3o%20e%20Programa%20de%20A%C3%A7%C3%A3o%20adotado%20pela%20Terceira%20Confer%C3%AAncia%20Mundial%20contra%20o%20Racismo,%20Discrimina%C3%A7%C3%A3o%20Racial,%20Xenofobia%20e%20Formas%20Conexas%20de%20Intoler%C3%A2ncia.pdf > Acesso em 20 mar 2020.

COSTA. C. S, Celibato Clerical: A Biopolítica no Primeiro Reinado do Brasil (1822-1831). Saarbrucken: Nova edições Acadêmicas, 2016.

COSTA, Karla Rodrigues. França, final do século XIX, a disputa filosófica e política – Monarquistas e Republicanos – O caso Dreyfus. Juiz de Fora: UFJF, 2016. Disponível em <http://www.ufjf.br/bach/files/2016/10/KARLA-RODRIGUES-COSTA-sda.pdf> Acesso em 01 maio 2019.

COSTA, S.; O branco como meta: apontamentos sobre a difusão do racismo científico no Brasil pós-escravocrata, Estudos Afro-Asiáticos, v. 28, nos. 1/2/3, pp. 47-68, jan-dez. 2006.

CRUZ e Souza. Evocações. 1 ed. Rio de Janeiro: Typ. Aldina, 1898.

CUNHA, Euclides. Os Sertões. São Paulo: Três, 1984.

DEL PRIORE, Mary. Histórias da Gente Brasileira: Volume 3: República – Memórias (1889-1950). Rio de Janeiro: Le Ya, 2017.

DOMINGUES, Petrônio. Movimento Negro Brasileiro: alguns apontamentos históricos. Tempo, vol 12 n 23 p. 100-122, 2007.

DUARTE, André. Biopolítica e Resistência: o legado de Michel Foucault. In: Figuras de Foucault. Org. RAGO, Margareth.; VEIGA-NETO, Alfredo. 2 ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

DU BOIS, W. E. B. As Almas do Povo Negro (1998). Disponível em < https://afrocentricidade.files.wordpress.com/2016/04/as-almas-do-povo-negro-w-e-b-du-bois.pdf> Acesso em 20 Dezembro 2019.

EVARISTO, Conceição. Ponciá Vicêncio. 3 ed. Rio de Janeiro: Pallas, 2017.

FANON, Frantz. Os Condenados da Terra. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1968.

FANON, Franz. Pele negra, máscaras brancas. Salvador: EDUFBA, 2008.

FAUSTO, Bóris. História do Brasil. 2 ed. São Paulo: EDUSP, 1995.

FAUSTO, Bóris. História Concisa do Brasil. São Paulo: EDUSP, 1999.

FIGUEIREDO, Angela; FURTADO, Claudio a. Elites Negras. In: Dicionário crítico das ciência sociais dos países de fala oficial portuguesa/ Org. SANSONE, Lívio; FURTADO, Claudio A. Salvador: EDUFBA, 2014.

FOUCAULT, Michel. Em Defesa da Sociedade. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

FOUCAULT, Michel. Estratégia poder-saber. 2 ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006.

FOUCAULT, Michael. História da Sexualidade I: A vontade de saber. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1999.

FOUCAULT, Michel. O corpo utópico, as heterotopias, São Paulo: n-1 Edições, 2013.

FREIRE, Paulo. Pedagogia da Esperança: Um reencontro com a Pedagogia do Oprimido. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

GATES JR., Henry L. Os Negros na América Latina. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

GILROY, Paul. O Atlântico Negro. Rio de Janeiro: Editora 34, 2001.

GIRARDET, Raoul. Mitos e Mitologias Políticas. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

GONÇALVES, Paulo Cesar. Mercadores de Braços: Riqueza e Acumulação na Organização da Emigração Europeia para o Novo Mundo. Tese (doutorado) do Programa de Pós-Graduação em História Econômica do Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 2008.

GONZALEZ, Lélia. Primavera para as Rosas Negras: Lélia Gonzalez em primeira pessoa. São Paulo: Diáspora Africana, 2018.

GRAMSCI, Antônio. Os Intelectuais e a Organização da Cultura. 4 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982.

GUIMARÃES, Antônio Sérgio A. Intelectuais negros e formas de integração nacional. Estudos Avançados 18 (50), 2004. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S010340142004000100023&script=sci_abstract&tlng=pt> Acesso em 03 abr 2019.

HAESBAERT, Rogério, Concepções de território para entender a desterritorialização. In: Território, territórios: ensaios sobre o ordenamento territorial. Orgs.: SANTOS, Milton; BECKER, Bertha K. 3 ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2007.

HAESBAERT, Rogério. Migração e Desterritorialização. In: Cruzando fronteiras disciplinares: um panorama dos estudos migratórios. Orgs,: PÓVOA NETO, Hélion; FERREIRA, Ademar P. Rio de Janeiro: Editora Revan, 2005.

HARARI, Yuval N. Sapiens: Uma breve história da humanidade. São Paulo: L&PM, 2014.

HOBSBAWM, Eric J. Nações e Nacionalismo desde 1780. São Paulo: Editora Paz e Terra, 1990.

IANNI, Octávio. Dialética das Relações Raciais. Estudos avançados n 18, 2004.

KEULLER, Adriana Tavares do A. M. Os Estudos Físicos de Antropologia no Museu Nacional do Rio de Janeiro: Cientistas, objetos e idéias e instrumentos (1876-1939). Tese (Doutorado). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP. São Paulo, 2008.

LACERDA, João Batista de. Congresso Universal das Raças (1911): Apreciação e commentários. Rio de Janeiro: s,n, 1912.

LACERDA, João Batista de. Fastos do Museu Nacional do Rio de Janeiro: Recordações históricas e scientificas fundadas em documentos autênticos e informações verídicas. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1905.

LACERDA, João Batista de. Revista da Exposição Anthropologica Brazileira realizda no Rio de Janeiro, 29 de julho de 1882. Rio de Janeiro: Typographia de Pinheiro & C., 1883.

LACERDA, João Batista de. Sur Les Metis Au Brésil. Premier Congrés Universel dês Races 26-29 juillet 1911, Londres.

LANNA JÚNIOR, Mário Cléber M. Tenentismo e Crises Políticas na Primeira República. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de A. N. O Brasil Republicano:

volume 1: O tempo do liberalismo excludente – da proclamação da república à revolução de 1930. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

LEAL, Maria das Graças de A. Manuel Querino: Narrativa e identidade de um intelectual afro-baiano no pós-abolição. Projeto História n57 pp. 139-170 set/dez São Paulo, 2016.

LIMA, Barreto. Clara dos Anjos. São Paulo: La Fonte, 2019.

LIMA, Barreto. Diário Intimo. Minas Gerais: Virtualbooks, 2002.

LIMA, Fátima. Bio-necropolítica: diálogos entre Michel Foucault e AchilleMbembe. Arquivos Brasileiros de Psicologia, 70 (no, spe) 20-33 Rio de Janeiro, 2018. Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/arbp/v70nspe/03.pdf> Acesso em 21 Mar 2019

LOBATO, Monteiro. A Barca de Gleyre. São Paulo: Editora Globo, 2010.

LOBATO, Monteiro. O Presidente Negro ou O Choque das Raças (Romance americano do Ano 2228). 13 ed. São Paulo: Editora Globo, 2008.

MACCAN, Frank D. Os Soldados da Pátria: História do Exército Brasileiro (1889-1937). São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

MALINOWSKI, Bronislaw. Magia, ciência e religião. Lisboa: Edições 70, 1988.

MARÉS, Carlos Frederico. Soberania do Povo, Poder do Estado. In: Artepensamento/IMS. Edições SESC, 2003.

MATTOSO, Kátia de Q. Ser escravo no Brasil. São Paulo: Brasiliense, 2003.

MBEMBE, Achille. As sociedades contemporâneas sonham com o apartheid. Novo Jornal 17 jan 2014.

MBEMBE, Achille. Necropolítica: Biopoder, soberania, estado de exceção, política da morte. 2 ed. São Paulo: Edições n-1, 2018

MBEMBE, Achille. Políticas de Inimizade. Lisboa: Antígona, 2017.

MORAES, Ana Luísa Z. de. A Formação da Política Imigratória Brasileira: da colonização ao Estado Novo. Revista da Faculdade de Direito da UFRGS v especial, 2014.

MORAES, Vera Lúcia M. de. O Pensamento Científico de Nina Rodrigues e a Construção dos Estereótipos com Relação ao Negro. Dissertação (Mestrado). Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca. Rio de Janeiro, 2014.

MOREIRA, Adílson. Racismo Recreativo.São Paulo: Sueli Carneiro Polen, 2019.

MOURA, Clóvis. Dialética radical do Brasil Negro, 2 ed. São Paulo: Fundação Maurício Grabois, 2014.

MUNANGA, Kabengele. Pan-Africanismo, Negritude e Teatro Experimental do Negro. Ilha v 18, n. 1, p.107-120, junho de 2016.

MUNANGA, Kabengele. Rediscutindo a Mestiçagem no Brasil: Identidade nacional versus identidade negra. Petrópolis: Editora Vozes, 1999.

MURARI, Luciana. Brasil, ficção geográfica: ciência e nacionalidade no país D'Os Sertões. São Paulo: Annablume; Belo Horizonte: Fapemig, 2007.

NASCIMENTO, Abdias do. Genocídio do Negro Brasileiro: Processo de um racismo mascarado. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1978.

NAVARRO-ALAVARADO, Guilhermo A. África deve se unir?: a formação da teorética da unidade e a imaginação da África nos marcos epistêmicos pan-negristas e pan-africanos (séculos XVIII-XX). Tese (doutorado) – Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, 2018.

NIETZSCHE, Friedrich. A Genealogia da Moral. São Paulo: Lafonte, 2017.

NOGUEIRA, Oracy. Preconceito Racial de Marca e Preconceito Racial de Origem. Tempo Social. Revista de Sociologia da USP, v 19, n. 1, 2006.

OLIVEIRA, Denilson A. de. Gestão racista e necropolítica do espaço urbano: apontamento teórico e político sobre o genocídio da juventude negra na cidade do Rio de Janeiro. 2018. Disponível em

<https://www.academia.edu/36614907/GEST%C3%83O_RACISTA_E_NECROPOL%C3%8DTICA_DO_ESPA%C3%87O_URBANO_APONTAMENTO_TE%C3%93RICO_E_POL%C3%8DTICO_SOBRE_O_GENOC%C3%8DDIO_DA_JUVENTUDE_NEGRA_NA_CIDADE_DO_RIO_DE_JANEIRO_1_Denilson_Ara%C3%BAjo_de_Oliveira_Professor_Adjunto_do_Departamento_de_Geografia_FFPUERJ_Coordenador_do_NEGRA> Acesso em 03 abr 2019

ORTIZ, Renato. Imagens do Brasil. Revista sociedade e Estado. Vol 28 n3 set/dez 2013.

PAIXÃO, Marcelo. Manifesto Anti-racista: Ideias em prol de uma utopia chamada Brasil. Rio de Janeiro: Editora Lamparina, 2006.

QUERINO, Manuel. O Colono preto como fator da civilização brasileira. In: Afro-Asia. Salvador, 1980. Disponível em <https://portalseer.ufba.br/index.php/afroasia/article/view/20815> Acesso em 29 abr 2019.

RAMOS, Alberto Guerreiro. Introdução crítica à sociologia brasileira. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1995.

RIBEIRO, Renato Janine. O Cientista e o Intelectual. In: O Silencio dos Intelectuais. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

ROMERO, Silvio. História da Literatura Brasileira. 1888. Disponível em <http://www.santoandre.sp.gov.br/PESQUISA/ebooks/344495.pdf> Acesso em 03 fev 2019.

SAID, Edward. Representações do Intelectual: as Conferências Reith de1993. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

SAMPAIO,A.J.Dr.JoãoBatistadeLacerda:MinhaHomenagemaoBandeirantedaCiênciade Laboratório Disponível em www.museunacional.ufrj.br/obrasraras/o/PAMN.../p84-89_pdf_90-96_PAMN_6.pdf Acesso em 07 dez 2018

SANTOS, Gislaine Aparecida dos. A invenção do “ser negro”: um percurso das ideias que naturalizaram a inferioridade dos negros. São Paulo: Educ/Fapesp; Rio de Janeiro: Pallas, 2002.

SANTOS, José Antônio dos.. Diáspora africana: paraíso perdido ou terra prometida. In: MACEDO, JR.,org. Desvendando a história da África Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2008.

SANTOS, Luiz Antonio de Castro. O pensamento sanitarista na Primeira República: Uma ideologia de construção da nacionalidade. Dados. Revista de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, v.28, n.2, p.193-210, 1985.

SANTOS, Neuza. Tornar-se Negro. Rio de Janeiro, Editora Graal, 1983.

SANTOS, Ricardo augusto dos. O Plano de Educação Higiênica de Belisário Penna 1900-1930. Dinamys 32 (1) 45-68, 2012.

SANTOS, Ricardo Augusto dos**.** Os Intelectuais Eugenistas: da abundância de nomes a escassez de investigação (1917-1937), In:Simpósio Nacional de Estado em poder. 2012. Niterói: UFF. Disponível em: <www.historia.uff.br/estadoepoder/7snep/docs/046.pdf> Acesso em: 01 abr 2019.

SANTOS, Ricardo Ventura; SÁ, Guilherme José da Silva e; RODRIGUES-CARVALHO, Claudia; SILVA, Elizabeth Christina da .Crânios, corpos e medidas: a constituição do acervo de instrumentos antropométricos do Museu Nacional na passagem do século XIX para o XX. História, Ciências, Saúde – Manguinhos, Rio de Janeiro, v.15, n.1, p.197-208, jan.-mar. 2008.

SCHNEIDER, Alberto Luiz. Sílvio Romero, Hermeneuta do Brasil. São Paulo: Annablume, 2005.

SCHWARCZ, Lilia Moritz; DARLING, Heloísa M. Brasil: Uma Biografia. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. Entre ‘Homens de Sciencia”. IN: O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil. 1870-1930, São Paulo: Companhia das letras, 1993.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. Lima Barreto: Triste Visionário. 1 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. Nem preto nem branco, muito pelo contrário: Cor e raça na sociabilidade brasileira. 1 ed. São Paulo: Claro Enigma, 2012.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. Previsões são sempre traiçoeiras: João Baptista de Lacerda e seu Brasil branco. História, Ciência, Saúde – Manguinhos, Rio de Janeiro, v18 v1 jan/mar 2011.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. Sobre o autoritarismo brasileiro. 1 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

SCHWARTSMANN, Leonor B. Médicos italianos no Sul do Brasil (1892-1938). Porto alegre: EDIPUCRS, 2017.

SEYFERTH, Giralda. A antropologia e a teoria do branqueamento da raça no Brasil: a tese de João Batista de Lacerda". Revista do Museu Paulista, Vol. XXX, p. 81-98, 1985.

SEYFERTH, Giralda. Colonização, imigração e a questão racial no Brasil. Revista USP, São Paulo, n 53, p. 117-149 março/maio 2002.

SILVA, Kalina Vanderlei; SILVA, Maciel H. Dicionário de Conceitos Históricos. 2 ed. São Paulo: Contexto, 2009.

SKIDMORE, Thomas E. Preto no Branco: Raça e Nacionalidade no Pensamento Brasileiro. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1976.

SKIDMORE, Thomas E. Uma História do Brasil. São Paulo: Paz e Terra, 1998.

SOARES, Anita Maria P. "O Negro André": a questão racial na vida e no pensamento do abolicionista André Rebouças. Plural, Revista do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da USP. São Paulo, v 24, p.242-269, 2017.

SODRÉ, Nelson. W. História da Literatura Brasileira .9 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.

SOUZA, Jessé. A Elite do Atraso: Da escravidão a Bolsonaro.Rio de Janeiro: Estação Brasil, 2019.

SOUZA, Jessé. A tolice da inteligência brasileira: ou como o país se deixa manipular pela elite. São Paulo Le Ya, 2015.

SOUZA, Vanderlei Sebastião de.; Santos, Ricardo Ventura. O Congresso de Raças, Londres, 1911: contextos, temas e debates.Boletim do Museu Paranaense Emílio Goeldi, Ciências Humanas, vol 7, n3 set/dez, 2012.

TRIANA, Sayak V. Capitalismo Gore y Necropolítica em México Contemporáneo. Relaciones Internacionales n 19 febrero 2012.

VIANA, Oliveira. Evolução do Povo Brasileiro. Rio de Janeiro: Ed. Nacional, 1938.